Revista da Academia Mineira de Letras

ANO 87º – VOLUME LVI – ABRIL, MAIO, JUNHO – 2010

ISSN 1982-6680

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
Rua da Bahia, 1466 – Telefax (31) 3222-5764
CEP 30160-011 - Belo Horizonte-MG
www.academiamineiradeletras.org.br
atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA AML

Presidente: Miguel Augusto Gonçalves de Souza
1° Vice-presidente: Orlando Vaz
2° Vice-presidente: Francelino Pereira
Secretário Honorário: Oiliam José
Secretário Geral: Aloísio Garcia
1° Secretário: Fábio Doyle
2ª Secretária: Elizabeth Rennó
Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
1° Tesoureiro: José Henrique Santos
2° Tesoureiro: Bonifácio Andrada

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Aloísio Garcia
Conselho Editorial: Aluísio Pimenta, Antenor Pimenta e Eduardo Almeida Reis.
Revisão: Pedro Sérgio Lozar
Digitação: Marília Moura Guilherme
Capa: Liu Lopes
Diagramação: IDM Composição e Arte Ltda.
Impressão: Gráfica e Editora O Lutador
Assessor de Imprensa: Petrônio Souza Gonçalves

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 86° – volume LV
Revista da Academia Mineira de Letras/Academia Mineira de Letras / v. LVI/
Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2010.
abril/maio/junho de 2010.

Fundada em 1922
l. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias I. Academia Mineira de Letras

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO
Aloísio T. Garcia 7

O RIO DE HERÁCLITO
Yeda Prates Bernis 9

TARDE SILENCIOSA EM JUNHO
José Bento Teixeira de Salles 11

CONCILIAÇÃO ERA A SUA MARCA.
ATÉ NO ADEUS
Fábio Doyle 17

MURILO BADARÓ, FAROL QUE, DE REPENTE, SE APAGA
Danilo Gomes 21

MURILO BADARÓ, NOTÁVEL POLÍTICO
E LITERATO
Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho 23

COMUNICADO À ABL
Murilo Melo Filho 27

A ALMA DE MINAS
Murilo Prado Badaró 29

QUANDO OS PÁSSAROS ADORMECEM
Petrônio Souza Gonçalves 33

RELEMBRANDO MURILO BADARÓ
Cesar Vanucci 37

TRIBUTO A NORBERTO BOBBIO
Aloísio T. Garcia 41

MARIA, MÃE DE JESUS SHAKESPEARIANAMENTE:
MORRER OU DORMIR?
Manoel Hygino dos Santos 45

JOAQUIM NABUCO, CEM ANOS DEPOIS
José Murilo de Carvalho 51

UMA ACADEMIA À SOMBRA DA SERRA DA
BOA ESPERANÇA
Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza 63

PASSAGEIRO DO TEMPO: MEMÓRIAS
Edmur Fonseca 69

PINTORES, COMPOSITORES E ESCRITORES
Carlos Perktold 79

ESPETÁCULO ÓPTICO NO IMAGINÁRIO DE FRANZ KAFKA
Onofre de Freitas 83

PÁGINAS AMARELADAS: "HISTÓRIA ALEGRE DE BELO
HORIZONTE", CONTADA POR DJALMA ANDRADE
Maria do Carmo de Oliveira Moreira dos Santos 97

OBSERVAÇÕES SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO
Pedro Sergio Lozar 123

TEÓFILO OTTONI, SEGUNDO PAULO PINHEIRO CHAGAS
Carmen Schneider Guimarães 131

O LÍRICO E A IMAGEM: AS MUITAS FORMAS DA POESIA MODERNA
João Carlos de Carvalho 145

A SAGA DOS RETIRANTES
Zanoni Neves 155

SINFRÔNIO DE CASTRO E HONÓRIO ARMOND – DUAS FACES DE UMA ÚNICA ESSÊNCIA
Antonio Carlos de Albuquerque 173

NÓS, A OUTRA RAPAZIADA
Affonso Heliodoro 185

A CHAVE DA GAVETA
Leida Reis 189

RECORDAÇÃO DE JOSÉ SARAMAGO
Luís Augusto Moreira Salomon 193

A MONTANHA ENCURRALADA
Elizabeth Rennó 197

NAMORADA ANTIGA
Gérson Cunha 199

BRASÍLIA, A CIDADE DESEJADA
Agripa Vasconcellos 201

APRESENTAÇÃO ESPECIAL

Este número da *Revista da Academia Mineira de Letras* é editado em momento de luto e consternação pelo falecimento inesperado do presidente Murilo Badaró e de certeza da continuidade do seu trabalho fecundo e de projeção nacional, com a ascensão do Vice-Presidente Miguel Augusto Gonçalves à presidência da Casa, que doravante, deverá ser nominada como Casa de Alphonsus, de Vivaldi e de Murilo Badaró.

O nosso Senado Mineiro, projetado nas comemorações do seu 1º centenário a um patamar de prestígio e respeito jamais conhecidos, deve ao presidente Murilo Badaró essa projeção e respeito, mercê do seu superior espírito cívico, que o tornou servo da Academia, a ela dedicando o melhor do brilho da sua inteligência e do seu prestígio pessoal, alcançado ao longo de 50 anos de vida pública honrada, vitoriosa e coerente.

Sobre o papel e a importância da gestão de Murilo Badaró à frente da Academia Mineira de Letras falarão vários confrades, nas páginas que seguem, enaltecendo sua figura humana, de estadista, memorialista consagrado e homem de vasta cultura e finura no trato.

Como seu amigo da época da Assembleia Legislativa na rua dos Tamoios, nos anos 60, devo me calar, pois outros falarão sobre sua obra e exemplo de vida, e cabe-me, como Secretário Geral da Casa, conclamar os confrades e homens de letras e cultura a prosseguirem no apoio à nossa Academia, contribuindo para o seu engrandecimento e perpetuação.

Hora de olharmos todos para a frente, revestidos de um passado de prestígio e respeito.

O atual Presidente, Miguel Augusto Gonçalves, saudado pelo ilustre conterrâneo Oscar Dias Correa, então Ministro do Supremo Tribunal Federal, recebeu deste um resumo dos traços principais da sua personalidade;

"Este, aliás, traço do espírito e do trabalho de Miguel Augusto; o amor à minúcia, a preocupação com a fidelidade, a capacidade de, sem perder o fio condutor da pesquisa, aclarar aspectos que confortem a conclusão principal". Aí, o ilustre Ministro se referia ao historiador Miguel Augusto Gonçalves, autor da notável obra *O descobrimento e a colonização portuguesa no Brasil* e de *O Marquês de Queluz e sua época*, dentre outras.

Historiador e jurista com obras respeitadas e consagradas em ambas as áreas do conhecimento, Miguel Augusto consegue ser, ao mesmo tempo, ao longo da sua vitoriosa carreira, um executivo de proa, dirigindo empresas de grande porte ou ocupando cargos públicos de 1º escalão em Minas Gerais.

Prestou relevantes serviços a Minas e ao Brasil como Presidente da Açominas, que consolidou, da Fiat Automóveis, do Banco de Credito Real de Minas Gerais, da Associação Comercial de Minas Gerais e da Federaminas, e ocupou as Secretarias de Estado da Fazenda e de Governo e Coordenação Política.

Como disse Oscar Dias Correa ao recebê-lo em nossa Academia;

"Mas não vos contentastes em estudar e escrever a história. Não menos competentemente, vos dispusestes a fazer historia."

E culminou sua vitoriosa carreira ao fundar a Universidade de Itaúna, da qual é Reitor *Honoris Causa* e que se coloca entre as mais conceituadas e completas do País. E deseja ser lembrado por esse ato, ciente de que as nações mudam e seus povos também; as empresas vão à falência ou fecham suas portas; mas as Universidades traspassam os séculos e são o sustentáculo das civilizações.

Bemvindo à direção da nossa Casa, Dr. Miguel Augusto Gonçalves.

Aloísio T. Garcia
Secretário Geral

O RIO DE HERÁCLITO

*Yeda Prates Bernis**

Para Murilo Badaró,
im memoriam

O rio de Heráclito inexiste no mapa.
Atroz geografia
carrega em seu leito
tanto flor de laranjeira
quanto rastros de sangue
e corre em artérias
e seivas e nadas.
O rio de Heráclito
navega entre luzes
e sombras e ódios
e amores, impávido.
Inútil a barragem
de sonhos, coragem:
deságua nas águas
do eterno. Sem magoas.

Amigo Murilo Badaró

Navegastes para sempre nas águas do rio de Heráclito. Mas deixastes, conosco, a chancela de um Homem.

---

* Poetisa. Ocupa a cadeira nº 6 da Academia Mineira de Letras.

TARDE SILENCIOSA DE JUNHO

*José Bento Teixeira de Salles**

A morte, invencível na sua inexorabilidade, não tem forças para amenizar as dores e sofrimentos por ela mesma provocados. Uma vez mais, assim aconteceu com os sentimentos de pesar que a todos invadiram diante do inesperado falecimento do saudoso presidente Murilo Badaró.

Não foi apenas o desaparecimento de um ilustre mineiro, cercado de admiração e amizade por seus conterrâneos. Minas se enluta pela perda de um dos seus mais proeminentes filhos, nesta hora em que o Estado vive e sobrevive em meio ao campo árido da mediania em que se envolve moral, intelectual e politicamente.

Homem público dos mais austeros e competentes, e escritor de méritos incontestáveis, Murilo tinha a adornar sua personalidade a simpatia envolvente dos homens bons.

Inteligente e probo, ponderado e sóbrio, lúcido e cavalheiro, acessível e compreensivo, inabalável em suas convicções e propósitos, formado na mais autêntica escola de fazer amigos que foi o antigo *pessedismo*, o ilustre intelectual e homem público deixou a marca indelével por onde passou, na sua dadivosa existência.

Estudante ainda, encontrou na arte do canto um derivativo de suas preocupações discentes, tornando-se conhecido intérprete de óperas e operetas, sob o pseudônimo de Ricardo Villa.

---

* Jornalista, escritor, ocupa a cadeira nº 27 da Academia Mineira de Letras.

Era a demonstração de seus atributos de sensibilidade e requintada formação artística, mais tarde comprovados pela sua profícua experiência de vida.

As origens familiares eram um imperativo que o conduziria à vida pública, de que ele participou intensa e consagradoramente: deputado estadual, deputado federal, secretário de Estado, senador da República e ministro de Estado de Indústria e Comércio, em todos essas nobilitantes funções teve oportunidade de comprovar seu espírito público e competência administrativa.

Na política sua intensa atividade pode ser retratada por uma linha ascendente e indesviável, que delimitou os contornos de uma existência a serviço da realização do bem comum.

Foi uma vida pública plenamente realizada. Mas, se não bastasse isso, um gesto apenas dá a exata dimensão de seu comportamento cívico: a eleição para prefeito de Minas Novas, sua terra natal. O homem que atingira os mais altos cargos da República, abdica das honrarias deles advindas e se entrega de corpo e alma aos afazeres municipais de seu berço de origem, dignificante exemplo de dedicação e desprendimento.

Ilhado, como tantos outros, no clima de corrupção e demagogia que invade o exercício da coisa pública no país, desiludiu-se da política e se dedicou mais efetivamente às atividades intelectuais. Passou então a atuar na imprensa, à qual empregou as experiências passadas como base para as críticas com as quais profligava erros e falcatruas.

Tudo, porém, feito com ética exemplar, embora firme e incisivo em seus pronunciamentos.

Destes brilhantes trabalhos na imprensa resultaram livros que valorizaram sua bibliografia. Duas dessas publicações merecem realce: *Reforma e revolução* (1970), lúcida interpretação política e econômica da crise mineira e *Memorial político* (1976), uma coletânea de textos e críticas alicerçados em sua intensa vida pública.

Já anteriormente, em 1967, publicara *Do Jequitinhonha ao Tennessee,* ensaio sobre a vida norte-americana, reunindo uma série de 36 artigos divulgados pelo *Estado de Minas*.

De suas crônicas nos jornais da Capital resultaram ainda quatro livros: *O bombardino* (1986), *Vigésimo mandamento* (1992), *Floresta de símbolos* (2004) e *Rondó solitário* (2006).

Como escritor, Murilo Badaró se destacaria também pelas preciosas biografias que publicou sobre José Maria Alkimim, Milton Campos, Gustavo Capanema, Francisco Badaró (romance histórico-biográfico) e Bilac Pinto.

Como bom *pessedista*, foi hábil na seleção dos biografados: dois de seu partido PSD, dois da UDN.

Em todas essas biografias, revela-se o estudioso herdeiro de intensa vivência política e o pesquisador profundo e criterioso.

Na condição de ex-militante da vida pública, pôde emprestar sua experiência ao traçar o perfil daqueles ilustres mineiros e soube revelar importantes, curiosos ou pitorescos episódios da política mineira e nacional, através da arguta interpretação da presença dos ilustres biografados na atividade política, nos últimos 70 anos do século passado.

Além de apresentar textos leves e cuidadosos, os livros citados podem ser fonte de pesquisas históricas, que enriquecerão, certamente, a historiografia mineira.

Quem compulsar estas e outras obras publicadas há de perceber, certamente, a versatilidade do autor, com textos límpidos e seguros, que fogem das abordagens superficiais ou imprecisas para se aprofundarem em estudos e interpretações sólidas e isentas.

Não nos cabe aqui formular críticas literárias sobre as seus livros,, mas apenas registrar a dimensão, a qualidade e a precisão dos textos, sempre expostos com inteligência e acuidade, em estilo sóbrio e escorreito, atributos que mais se projetam diante da vida experiente e pródiga do autor.

Todas essas qualidades de escritor tiveram coroamento com seu ingresso na Academia Mineira de Letras e posterior convocação de seus pares para a presidência da instituição.

O incansável trabalho então executado foi admirável e mais admirável se comprovou para aqueles que de perto conviveram com ele no dia a dia de desafios vencidos e de triunfos conquistados.

A propósito, registre-se desde logo, a milagrosa experiência administrativa de presidir a entidade sem nenhuma fonte de recursos financeiros, a não ser o aleatório e modesto rendimento da locação do Auditório "Vivaldi Moreira", anexo à sede da AML.

A vida, que tanto lhe prodigalizou de êxitos e vitórias, reservara ainda uma nova e importante conquista: a de presidir a instituição no ano do centenário de fundação, o que foi feito com dedicação desmedida e competência exemplar.

Extenso programa comemorativo foi cumprido durante todo o ano de 2009, desde reunião de abertura no dia 20 de março, em Juiz de Fora, local de fundação da Academia, até a concorrida sessão solene de encerramento, na sede da instituição, no dia 21 de dezembro com a honrosa presença do Governador Aécio Neves e de destacadas figuras da vida pública e da intelectualidade mineira.

Murilo Badaró se desdobrou então em esforços excepcionais para que as festividades alcançassem justo êxito.

Permito-me uma observação de caráter pessoal: confesso que somente pude conhecê-lo mais profundamente, como intelectual e amigo, quando dele recebi o encargo de editor-geral da *Revista da Academia Mineira de Letras*. Estreitaram-se, entre nós, os laços de amizade e acentuou então meu reconhecimento pelos méritos e pela nobreza de caráter que enriqueciam a sua personalidade. Deu-me integral autonomia, compreendendo silente erros e equívocos acaso registrados. As colaborações de sua autoria, ele as encaminhava para avaliação, sem um vislumbre sequer de natural imposição.

E não deixou de ser enriquecedor o nosso convívio, entre ele, intrinsecamente *pessedista*, e este modesto escriba, passionalmente *udenista*. Sem sombra de dúvida, foi esta compreensão de sua parte que possibilitou o clima de amizade que tanto me envaideceu em nosso convívio.

Certa vez, provocadoramente, eu lhe disse que esta convivência mais próxima me dera a perceber que o PSD não era um partido político, mas um estado de espírito de quem procurava somar e não dividir, convencer e não impor, compreender e não agredir, sempre agindo discreta e silenciosamente.

E foi assim, discreta e silenciosamente, que em junho, no fim de uma tarde de modorra e sonho, ele inesperadamente se despediu de nós, sem as fanfarras e trombetas dos demagogos e mistificadores. A impressão deixada era a de que ele pretendia dizer apenas: "Agora, adeus. Cumpri o meu dever para com a família, os amigos, a pátria."

CONCILIAÇÃO ERA A SUA MARCA. ATÉ NO ADEUS.

*Fábio Doyle**

Murilo Badaró deixou a marca de sua personalidade e de seu espírito público em tudo o que fez. Era conciliador, mas corajoso na defesa de seus ideais, como no discurso famoso *Protesto de uma geração*, contra a cassação de JK.

Éramos da mesma geração. Vivemos as mesmas experiências. As mesmas emoções. Namoramos na mesma época. Fomos sempre bons amigos. Desde os tempos da velha Faculdade de Direito da Praça Afonso Arinos. Depois, nos encontros diários na Assembleia, primeiro na mesma praça da escola, depois na antiga Casa d'Italia, na rua dos Tamoios, transformada, via bens do eixo incorporados ao patrimônio público, em sede do Legislativo estadual. Ele, no final dos anos 50 do século passado, jovem deputado, um dos mais moços da bancada do PSD, eu um jovem jornalista, transferido da reportagem forense para a cobertura parlamentar. Cumprimos percursos sempre paralelos, sem desencontros. Parlamentar e jornalista defendendo os mesmos ideais. Já no final de sua longa e vitoriosa carreira, assumiu a presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, encontrando-me no Conselho de Administração do banco. Partilhávamos, ainda, de uma dita imortalidade concedida a 40 integrantes da Academia Mineira de Letras, presidida pelo inteligência

* Jornalista, ocupa a cadeira nº 10 da Academia Mineira de Letras.

lúcida e pelo espírito cívico de mestre Vivaldi Moreira, a quem ele veio a substituir, em 2001, o da morte de Vivaldi, por escolha unânime de seus 39 companheiros.

No fim da tarde de segunda-feira, toca o meu telefone. Do outro lado da linha a voz de Carmem, que divide com Marília a competente administração da Academia, denotava que alguma coisa grave acontecera. Pensei em tudo, menos no que ela me comunicaria: Murilo Badaró acabara de falecer.

Dois dias antes, no sábado à tarde, nós nos encontramos na casa do engenheiro Antônio Cadar Neto, no Belvedere, em almoço de comemoração do aniversário do médico Adelmar Cadar, pai de Antônio. Tomamos os aperitivos juntos, conversamos sobre política – ele me confidenciou que havia sido convidado para suplente de senador e deveria dar sua decisão na semana seguinte – sobre a Copa do Mundo, sobre o seu e o meu últimos artigos, sobre a nossa Academia. Murilo estava bem, tomou duas bebidas leves, almoçou junto da piscina. Ele saiu mais cedo, não esperou a sobremesa. Na porta da casa, ao despedir-se, já dentro do carro, me devolveu um guarda-chuva que levara emprestado há alguns meses. Partiu rápido, dirigindo ele próprio o seu automóvel, em velocidade que achei algo exagerada. Talvez já estivesse sentindo a dificuldade de respirar que causaria o infarto agudo que o levaria embora dois dias depois.

Murilo foi dos políticos mais presentes na vida do estado e do país desde o seu primeiro mandato de deputado em 1958. Era pessedista, e nunca deixou de sê-lo. Pelo espírito de conciliação, que era a marca do velho partido que os generais, em decisão inexplicável, resolveram extinguir, junto com a UDN, o PTB, o PR, e todos os demais. Se eu tivesse que escolher uma palavra para caracterizar o Murilo que eu conheci, acredito que muito bem, ela seria *conciliador*. Jamais se deixou levar pelo radicalismo, exceto na defesa dos princípios democráticos, como quando, aos 32 anos, fez na tribuna da Assembleia, em 1964, um discurso que ficou famoso pela coragem e pelo teor, *Protesto de uma geração*, contra a cassação e suspensão dos direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Foi conciliador respeitado no Parlamento estadual e federal, no Senado, na equipe ministerial a que pertenceu, como titular do Ministério da Indústria e Comércio do governo João Figueiredo. Foi assim que conseguiu harmonizar divergências municipais quando elegeu-se, com sacrifício pessoal, já no final da vida política, prefeito de sua terra, Minas Novas, seguindo o exemplo de seu pai, Francisco Badaró Júnior, ex-prefeito de sua cidade, depois deputado estadual, federal e ministro da Justiça. Na presidência da AML foi permanentemente um conciliador e um permanente conselheiro de seus liderados.

Dedicado ao extremo a tudo o que entendia ser seu dever realizar, deixou sua marca por onde passou. A Açominas, cuja criação recebeu sempre seu apoio, quando deputado, foi concluída, inaugurada e batizada com o nome do ex-presidente Arthur Bernardes, quando ele era ministro da Indústria. A Usiminas, a Siderúrgica Mendes Júnior, de Juiz de Fora, muito devem a ele. O estatuto da micro, pequena e média empresa, e o programa de turismo "Minas – Emoções Gerais", foram realizações suas. Como intelectual, e foi dos melhores, deixou extensa bibliografia, com livros premiados, e seus artigos, publicados pela imprensa, eram sempre voltados para a discussão de temas de interesse público.

Na manhã de terça-feira, dia 15 de junho, o conciliador Murilo Badaró demonstrou sua capacidade de congregar amigos de todas as classes sociais e políticos de siglas e de posições divergentes, nas homenagens que lhe foram prestadas na Academia e na cerimônia final do adeus definitivo no Cemitério do Bonfim. Lá estavam, lado a lado, os dois candidatos que disputam o governo de Minas e políticos de todos os partidos, de todas as ideologias. O conciliador Murilo Paulino Badaró, ao lado de sua Lucy, de seus sete filhos, netos e bisnetos, conquistava mais um triunfo na sua missão de paz e harmonia.

MURILO BADARÓ, FAROL QUE, DE REPENTE, SE APAGA

*Danilo Gomes**

Após o falecimento de Vivaldi Moreira, há 12 anos, Murilo Badaró assumiu a presidência da Academia Mineira de Letras. Como seu antecessor, era, ao mesmo tempo, um grande intelectual e escritor, e também um executivo, um empreendedor, um homem de ação, que realizou uma das melhores gestões no comando da Casa de Alphonsus de Guimaraens.

Vitimado por um enfarte agudo, faleceu em seu apartamento, em Belo Horizonte, aos 78 anos de idade, em 14 de junho último, deixando viúva a Sra. Lucy, sete filhos, 16 netos e quatro bisnetos.

Nasceu em Minas Novas, em 13.9.1931. Formado em Direito, foi deputado estadual, deputado federal, secretário de Estado do governo Israel Pinheiro, senador e ministro da Indústria e do Comércio. Foi um dos maiores nomes do antigo PSD e amigo fraternal de Juscelino Kubitschek. Conciliador, verdadeiro líder, diplomata, lúcido e firme executivo, autêntico democrata, presidiu o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no governo Itamar Franco Foi também prefeito de sua natal Minas Novas, a que dedicou sua experiência de homem maduro.

Como escritor, deixou obra vasta e de alto valor, nos campos do ensaio, da crônica, da biografia, que era uma de suas paixões. Dentre outros livros, Murilo Badaró publicou *José Maria Alkmin - Uma Biografia*,

---

* Jornalista, escritor. Da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 2.

Milton Campos - O Pensador Liberal, *Gustavo Capanema - A Revolução na Cultura*, *Floresta de Símbolos* (crônicas e artigos), *O Bombardino* (crônicas de refinado humor), *Rondó Solitário* (marcado por uma poeticidade melancólica). Seu penúltimo livro enfocou a vida de seu avô, que foi diplomata junto ao Vaticano, e intitula-se *Memórias Póstumas de Francisco Badaró* (romance histórico-biográfico). Por último, deu a lume a biografia *Bilac Pinto: O Homem que Salvou a República*. Incansável, pesquisava para escrever a biografia do antigo ministro da Justiça de Getúlio Vargas, o polêmico Francisco Campos, vulgo Chico Ciência. Murilo Badaró foi um entusiasmado machadiano e sempre recomendava aos jovens escritores a leitura dos livros de Machado de Assis.

O pranteado mineiro, homem afável e de amigos inumeráveis, conduziu com mestria, durante todo o ano de 2009, as comemorações do centenário da Academia Mineira de Letras, realizando eventos em Juiz de Fora (onde a instituição foi criada), Belo Horizonte, Mariana, Ouro Preto, Brasília e Rio de Janeiro, na sede da Academia Brasileira de Letras, que dedicou uma sessão solene em homenagem à agremiação centenária.

O governo de Minas Gerais decretou luto oficial por três dias e o dinâmico dirigente acadêmico e operoso escritor da Eternidade.

Pessoalmente, como amigo e seu confrade acadêmico, presto-lhe aqui o preito de minha profunda saudade e ilimitada admiração. Três semanas antes de seu súbito falecimento, estive com ele no seu gabinete na Academia. Alto, forte, bem posto, dinâmico como sempre, como iria eu supor que o perderíamos dias depois?

Consola-nos a ensinança cristã, lembrada pelo também saudoso escritor e antigo monge beneditino Antônio Carlos Villaça, à pág. 12 de seu último livro, "Diário de Faxinal do Céu": *Vita mutator, non tollitur*. A vida é mudada, não é tirada. Lá diz o Prefácio do Mortos.

Fique seu modelar exemplo para os pósteros e descanse na luz de Deus sua boa alma.

Assumiu a presidência da Academia, após o luto de praxe, o escritor, professor e reitor universitário Miguel Augusto Gonçalves de Souza.

MURILO BADARÓ, NOTÁVEL POLÍTICO E LITERATO

*Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho**

Causou profunda consternação no mundo político e literário o falecimento do Dr. Murilo Badaró dia 14 de junho último. Aos 27 anos o jovem Bacharel em Direito já era eleito deputado estadual, iniciando uma carreira política extraordinária. Tornar-se-ia um benemérito da sociedade. Nele reconcentrar-se-iam como num foco e refletiriam como num espelho as qualidades mais admiráveis dos grandes mineiros que serviram com denodo a pátria. É que sua palavra tão robusta como a sua inteligência e sua inteligência tão elevada como o seu caráter sem jaça o fizeram galgar altos cargos nos quais demonstrou a grandeza de uma personalidade marcante, caracterizada por uma probidade inconcussa. Inspirava confiança a quantos o conheciam e, por isto, em 1962 foi reeleito Deputado com um número considerável de votos. O Governador Israel Pinheiro o nomeou Secretário do Governo. Como político, ele fez da política o verdadeiro campo de batalha de suas lides incansáveis, jamais compactuando com as injustiças. Tornou-se uma espécie de mediador plástico, um formidável centro de equilibro entre as cainhezas de certa parcialidade suspeita e as demasias de certa parcialidade impaciente. Era fiel e firme nos seus princípios. Esta fidelidade e firmeza eram próprias do homem que exprimiu nos seus discursos toda veemência de sua alma. Tanto isto é

* Professor do Seminário de Mariana, ocupa a cadeira nº 12 da Academia Mineira de Letras.

verdade que, por exemplo, encarando o sentimento de milhares de compatriotas, notabilizou-se na protestação contra a cassação do Presidente Juscelino Kubischek de Oliveira, sendo sua peça oratória cognominada *Protesto de uma geração*. Deputado Federal, em três mandatos se mostrou um dos mais atuantes membros do Congresso Nacional, respeitado pela sua autoridade indiscutível e competência sem rival. Muito honrou também o Senado Federal e suas atitudes corajosas não permitiriam que houvesse laivos de um rastejar sutil, o escorregar macio de uma opinião flexuosa e revirada e jamais ele entraria os laboratórios da conveniência. Por isso teve seu nome incluído na lista para cassação dos direitos políticos enviada ao Presidente Costa e Silva.

Este soube decodificar bem os dizeres e a postura do grande político mineiro e não compactuou com uma tremenda injustiça. Tal a lisura de Murilo Badaró que, posteriormente, o Presidente Figueiredo o indicou para ser líder do Governo. Inscreveu seu nome entre os mentores da abertura política iniciada naquele período. Figueiredo o nomeou para presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Foi também por este Presidente indicado para Ministro da Indústria e do Comercio, tomando medidas acertadíssimas, como o fortalecimento da Açominas.

Exerceu com eficiência a presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais no governo de Itamar Franco. Magno orador parlamentar, honra e glória da política nacional, o aquilatadíssimo cidadão quis ainda demonstrar seu civismo se tornando Prefeito de sua idolatrada cidade de Minas Novas, cargo a que renunciou para dar maior assistência à sua família e outro grande amor de sua vida: a Academia Mineira de Letras, da qual era Presidente, sucessor do inesquecível Vivaldi Moreira.

Durante o período em que esteve na Política fôra um grande orador e na estância parlamentar brilhou o literato que se aprimorava sempre lendo os melhores autores da literatura mundial. Foi por isto que nos seus discursos, nos seus artigos, nas suas crônicas, nos seus livros se notam um fundo sólido, fruto de uma vasta cultura; uma forma lúcida, efeito de seus conhecimentos literários; uma intuição estremada, proveniente de sua acuidade intelectual. Na Academia Mineira de Letras um dos seus

mais belos discursos foi o proferido na recepção ao Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, D. Walmor Oliveira de Azevedo, pulquérrima peça retórica na qual brilhou a palavra adamantina e vibrante do orador insigne a brindar o numeroso auditório com o sabor de frases cristalinas de um admirável estilista acadêmico. Distinguiu-se, outrossim, como biógrafo talentoso, sendo seu último livro sobre Bilac Pinto, digno dos maiores encômios. A comemoração do centenário da Academia Mineira de Letras foi como que seu Canto de Cisne, tal o esplendor com que revestiu tal acontecimento em Belo Horizonte, em Juiz de Fora, berço deste Cenáculo de Letrados e, igualmente, na Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro. Nos anais dos grandes políticos e literatos brasileiros há de fulgir sempre o nome de Murilo Badaró, exemplo de civismo e de amor à Língua Pátria.

COMUNICADO À ABL

*Murilo Melo Filho**

Senhora Presidente.
Senhora e Senhores Acadêmicos.

É com enorme tristeza que comunico ao Plenário desta Casa o falecimento, esta semana, em Belo Horizonte, do nosso fraternal amigo, o Acadêmico Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras, na qual se houve com invulgar competência.

Ele foi um político à moda antiga, fiel e leal ao PSD, seu partido, onde conviveu com uma inesquecível geração de líderes, como os pessedistas de Minas: Israel Pinheiro, Tancredo Neves, José Maria Alkmin, Gustavo Capanema, Guilhermino de Oliveira, Carlos Luz, Cristiano Machado, Bias Fortes (pai e filho), Mello Viana, Benedito Valadares e Juscelino Kubitschek, além dos udenistas mineiros: Afonso Arinos, Odilon Braga, Milton Campos, Bilac Pinto, Gabriel Passos, Oscar Corrêa, José Bonifácio, Magalhães Pinto, Alberto Deodato, José Monteiro de Castro e Guilherme Machado.

Murilo Badaró começou a sua vida pública como Prefeito de Minas Novas, onde nasceu e, em seguida, como Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Minas, com uma intensa atividade política e parlamentar.

Em 1967, elegeu-se Deputado Federal e reelegeu-se duas vezes consecutivas, sendo um parlamentar honrado e digno, que, apesar de

---

* Jornalista. Da Academia Brasileira de Letras. Ocupa a cadeira nº 13 e é Diretor da Biblioteca.

pertencer a um partido de apoio aos militares, votou contra a cassação do Deputado Márcio Moreira Alves, foi afastado da Comissão de Justiça da Câmara e teve o nome incluído numa lista para cassação dos direitos políticos.

Repudiou a cassação do mandato do Presidente Juscelino Kubitschek, com um discurso que tomou o título de *Protesto de uma geração*.

No Senado, foi líder da maioria e presidente da Comissão de Constituição e Justiça Já no clima da abertura política, viu-se escolhido pelo Presidente João Figueiredo para o cargo de Ministro da Indústria e Comércio, tendo atuado muito na salvação da Açominas, então ameaçada de falência.

Senhora Presidente.
Senhoras e Senhores Acadêmicos.

Vítima de um ataque cardíaco, Murilo Badaró morreu esta semana aos 78 anos de idade, deixando a viúva, D. Lucy, além de sete filhos, sendo quatro homens (Murilo Filho, Marcelo, Eduardo e Henrique) ao lado de três mulheres (Isabela, Léa e Flávia).

Murilo Badaró, nosso afetuoso amigo e xará – meu e do Acadêmico José Murilo era, há anos, presidente eleito e reeleito da Academia Mineira de Letras, onde produziu extensa obra literária, na qual se destacam três livros:

José Maria Alkmim, uma biografia; *Milton Campos, um pensador liberal*, e, mais recentemente, a biografia *Bilac Pinto, o homem que salvou a República*, lançada pela Editora Griphus, aqui no Rio, onde muitas homenagens lhe foram prestadas, inclusive na ABL, com a qual o Autor manteve sempre uma política de boa vizinhança e de estreita colaboração, muito honrosas e muito gratificantes para a sua e para a nossa Academia.

A ALMA DE MINAS

*Murilo Prado Badaró**

Não se trata de bairrismo: alguns mineiros são privilegiados com a alma de Minas Gerais. Poucos sabem o real significado da Alma de Minas.

Os designados com a alma de Minas estão nos segmentos da política e da cultura, das artes, seria difícil nominar todos; nos esportes podemos destacar alguns também.

Existem centenas de mineiros que se ressaltam na mídia, perante seus pares, seus setores específicos, mas nem todos necessariamente têm a alma de Minas.

A alma de Minas tem o altruísmo, a abnegação e a vocação pública como pilares, outros valores, todos positivos estão impregnados também na Alma de Minas.

Ouvi o ex-governador Aécio falar no velório do meu pai: Murilo tinha a alma de Minas.

Ele está certo, sou testemunha e posso contar.

Murilo Badaró é um dos escolhidos para ter a alma de Minas, levou parte dela junto consigo, outros tantos ainda a levarão, mas infelizmente estão diminuindo os homens dignos desta essência.

Conversávamos muito ultimamente, aproveitei "meu velho" até o último instante. Ele me contou muitas histórias, debatíamos sobre a

---

* Empresário, economista e ambientalista. Primogênito de Murilo Badaró.

década de 50 e 60, sobre Vargas, a revolução de 64, os anos 70 e 80, enfim, tínhamos muitas conversas que uniam a minha curiosidade com a sua sabedoria.

Ele me contou a sua decepção e desconforto quando a linha dura, que implantou a ditadura, desvirtuou os ideais da legítima revolução de 64. A sua postura conjuntural de opção política quando seus ideais desviavam para outra direção. O homem idealista e democrata se incomoda com isso, quem o conheceu sabe do que falo.

Nossas conversas eram muitas. Quando, com muito prazer de minha parte, levava um vinho para degustarmos no domingo, as histórias surgiam. Murilo Badaró me contava de sua atuação como oposição a Magalhães Pinto, então governador nos idos de 60: – Murilo, a política precisa de uma oposição combatente, legítima. Estamos perdendo isso. Os interesses, muitas vezes econômicos se sobressaem sobre a essência política do embate e do confronto, educado e necessário. Exclamava ele na sua serenidade.

Nunca vi meu pai alterar seu tom de voz, nem em momentos que fizessem qualquer pessoa normal mudar seu comportamento. Isso é parte da alma de Minas.

Ele me contou o episódio da convenção que disputou no PSD, então com 26 anos, para ser candidato a Vice-Governador na chapa de Israel Pinheiro, perdendo por muito pouco. Derrotado pelos caciques do partido, muitas mágoas para frente podem ter selado seu destino. Pela alma de Minas, ele sempre relevou tudo.

Ele nunca teve inimigos políticos, nem adversários, no estrito senso da palavra. A Alma de Minas dá a estes escolhidos esta prerrogativa, eles conseguem conversar com adversários, conviver, conciliar, negociar, enfim, esta é a essência da política mineira para os que têm a alma de Minas. Nunca testemunhei uma expressão de ódio, desamor ou sentimento de vingança no meu pai, por mais que tivesse motivos ou razão.

Isso é parte da Alma de Minas.

– Murilo, na política muitas vezes, a ousadia é a estratégia, perder ou ganhar é parte de uma eleição, disse-me quando contou episódios de sua vida em que disputou eleição, mesmo sabendo da derrota iminente e

da luta inglória. Nas suas candidaturas a bandeira sempre foi a vocação pública, o sentido de servir a Minas Gerais – nada, além disso.

A coragem é parte da Alma de Minas, derrotas podem ser vitórias perante os preferidos pelo destino para possuírem esta alma de Minas Gerais. Os escolhidos para terem a alma de Minas relativizam a vitória, ela é parte do contexto político, ou não. A luta e a estratégia podem ser mais importantes do que a vitória ou a derrota.

Isso muitas vezes faz a diferença do político mineiro.

Contou-me seu voto contra a cassação de Márcio Moreira Alves e o discurso de protesto contra a anulação de JK; estes quase lhe custaram o mandato, mas ele triunfou com as suas convicções. Ele assumiu os riscos, conseguiu conciliar e contemporizar evitando o pior, mas nunca transigiu dos seus ideais de liberdade e democracia.

Murilo Badaró estava incomodado com a destruição das instituições, com o excesso do dinheiro na vida pública e a deterioração da classe política. Ele como testemunha ocular e presencial de vários episódios deste país, deve ser levado em consideração, os fatos falam mais do que suas ilações.

Meu pai teve a morte dos justos: ele morreu em 5 minutos. Todos têm defeitos e qualidades, mas os que representam a alma de Minas têm seus desígnios.

Não me conformo com a morte dele. A morte não pode ser discutida, nem entendida, ela só pode ser aceita, nada mais. Ele poderia ficar mais alguns anos com a gente, fazendo o bem, ajudando conhecidos e desconhecidos, como sempre fez. A alma de Minas faz as pessoas não pensarem em si, mas nos outros; ele sempre foi assim.

A morte e o dito destino têm seus mistérios, assim como a vida, mas isso não pode ser motivo de resignação.

Minhas lágrimas podem estar secando, minha dor se arrefecendo, mas a saudade tomará conta destes espaços e será eterna, pública e reconhecida por alguns que tiveram este privilégio de ter convivido com ele.

Não estou lamentando, nem me confortando aqui, só quero que muitos saibam que perdemos mais um personagem com a alma de Minas,

e como ele mesmo me disse, a classe política está se degenerando, infelizmente. Espero que ele, na sua sabedoria, estivesse errado, mas os fatos nos mostram isso.

Não se trata de troca de gerações, alguns valores são imutáveis, inegociáveis. A alma de Minas não possui genéricos.

O exemplo dele pode ser resumido pela alma de Minas, para quem o conheceu é fácil entender o que escrevo aqui com a dor da perda, quem não o conheceu ouvirá seu nome ecoando nas montanhas das alterosas, nas homenagens que ainda virão, nos livros que escreveu ou nas histórias de Minas e do Brasil.

Nunca será difícil um filho escrever ou falar sobre um pai em momento como este. No meu caso pode ser mais complicado falar sobre o político, o homem da cultura, o pai, o "detentor" da alma de Minas?

Não importa, afinal, a dor é pessoal e intransferível, que fiquem os seus bons exemplos. São vários!

QUANDO OS PÁSSAROS ADORMECEM

*Petrônio Souza Gonçalves**

Os grandes são sempre maiores. De perto, agigantam-se, aprumam voos, fazem sombra sem nunca nos privarem de sua luz. Assim vi, ouvi e convivi com o presidente da Academia Mineira de Letras, assim conheci o ser humano Murilo Badaró, ex-ministro e ex-senador da República.

Sua vida foi um palco iluminado, ora pela política, ora pelas apresentações como cantor de ópera, quando usava o pseudônimo de Ricardo Villas e arrebatava multidões na Belo Horizonte dos anos 50. Seu talento era tanto, que um parceiro de palco me confidenciou: "Por maior político que o Murilo tenha sido, ele nunca iria superar o barítono que era!"

Seu grande projeto era comemorar os 80 anos, em 2011, com uma grande festa, quando distribuiria um cd com suas óperas resgatadas. Ao imaginar o evento, finalizava: "Será que eu vou conseguir chegar até lá?"

Fez da voz a sua espada, da palavra o seu caminho e duelou com o mundo à sua volta. Jovem deputado estadual, depois de se aconselhar com o pai, tomou a tribuna da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para protestar contra a cassação de Juscelino. Discurso este que os militares nunca perdoaram. Depois, como deputado federal, votou contra

---

* Jornalista e escritor.

a cassação de Márcio Moreira Alves, o que quase o fez perder o mandato. Ao saber que quem o salvou das garras militares foi o adversário e vice-presidente Pedro Aleixo, foi agradecer-lhe, quando ouviu de Aleixo: "Que é isso, essa reunião foi secreta, portanto, ela nunca aconteceu. Se ela não aconteceu, não tem nada que agradecer, meu filho".

Muito poderia dizer do homem público, dos vários cargos e mandatos, do escritor de várias obras e premiadas biografias, do acadêmico respeitado que tinha como a chave da porta para as realizações dos nossos sonhos e projetos junto à Academia Mineira de Letras apenas um telefonema inesperado. Quando tudo parecia esgotado, ele se lembrava de alguém, ligava e tudo renascia. Era um parceiro perfeito...

Eu, seu funcionário, sempre me convidava para acompanhá-lo nas viagens, o que era minha obrigação. No trajeto, contava histórias, rememorava fatos, dividia inconfidências, viajava no tempo tendo ao lado um atento e sereno passageiro.

Trazia no peito a chaga aberta que nunca cicatrizou, por ter sido impedido a se candidatar ao governo de Minas pela Arena, quando estava em sua melhor forma e a vitória lhe parecia certeira. Havia visitado todas as cidades mineiras da época, em todas as regiões. Ao rememorar a campanha, me contava: "Estava em casa à noite quando recebi um telefonema de uma cidade aonde ainda não havia ido. Respondi: Pode ajuntar o pessoal que amanhã eu estarei aí na hora do almoço". Esteve! Era verdade o que o seu lema dizia: "Não importa em qual cidade de Minas você nasceu, Murilo Badaró já esteve lá!". Era o trenzinho das melhores tradições mineiras varrendo o interior de sua gente. Essa mágoa o consumiu até o último minuto de sua vida.

Me ensinou, em política, a diferença entre o adversário e o desleal. Me fez ler a história pelas entrelinhas. Os discursos, pelas interrogações. As versões, pelas pausas.

Fui com ele visitar antigos correligionários no sul de Minas e pude testemunhar a comovida força da amizade que os unia, além do tempo e espaço, coisas que não existem mais. Ao final, indagou: "Como eu poderia ser político nos dias de hoje?". Como que vencido pela imperiosa realidade, constatei: "O senhor não sabe o bem que fez a eles com essa visita".

Certa feita, fomos a Juiz de Fora. Como era de seu feitio, chegamos antes, muito cedo. Juiz de Fora amanhecia. Sentamos em um banco da praça para ler os jornais do dia. Do outro lado da rua, dois mendigos acordavam na praça e começaram a discutir. Um deles veio até nós e perguntou ao Murilo: "O senhor é adevogado ou juiz?" Murilo respondeu: "Sou padre. Este aqui é meu sacristão". "Uai, então me dê uma bençãozinha aqui seu padre!" Murilo fez o sinal da cruz no ar e falou: "Vá em paz e que Deus te acompanhe." O mendigo voltou para onde estava seu companheiro e falou baixinho: "Hoje estou com sorte, fui abençoado pelo padre Murilo Badaró".

Ultimamente, estava de volta ao bom e velho combate, motivado pelo convite do ex-presidente Itamar Franco para compor a chapa como suplente na candidatura ao Senado. E não parava de idealizar projetos. Imaginava fundar uma editora, tendo a participação de um dileto amigo. Queria dinamizar a Fundação das Academias de Letras de Minas Gerais, criada por ele em 2009, com o nome de FALEMG.

Na segunda-feira, dia 14 de junho, não foi à Academia. Às 18h07 terminamos nossa ligação aos risos. Às 19h45, foi encontrar-se com o pai e o avô, no céu, só faltou combinar com a gente. O infarto foi fulminante. Quando cheguei a sua casa, dona Lucy, sua esposa, estava abraçada a ele, como que se quisesse trazê-lo para a longa caminhada, para os palcos da vida, seu lugar natural. Ela representava todos nós, mas ele já não estava mais aqui.

Murilo levou com ele um pedaço de nós, daqueles sentimentos nobres que todos os dias nutria em cada um que estava à sua volta, indistintamente. O sentimento da boa convivência, do respeito às opiniões, do amor à literatura, do livre pensar, uma forma leve de ver o mundo e encarar a vida. A convivência com ele era uma renovada alegria, um privilégio.

Certa feita, quando tarde da noite íamos embora, na garagem cheia de carros e passarinhos, Carmem, sua secretaria, acendeu a luz. Ele protestou: "Que isso, Carmen, assim você vai acordar os passarinhos", saiu do carro e apagou a luz.

Essa é a imagem que trago dele, um homem de voo alto mas nunca esqueceu dos passarinhos aprisionados, dos passarinhos esquecidos que não descobriram a liberdade do ar, os passarinhos do canto limitado, do voo retido. Na verdade, acho que ele era, no mais fundo, um deles também.

RELEMBRANDO MURILO BADARÓ

Cesar Vanucci *

"Seu estilo apurado em requintada prosa valoriza ainda mais a defesa (...) de ideias e valores tão caros à nossa província de Minas Gerais."
(André Carvalho, jornalista, falando da obra de Murilo Badaró)

De Montaigne vem a lírica sugestão para que nos acostumemos a dizer, ao invés que alguém morreu, que ele apenas e simplesmente "cessou de viver". Perífrase bolada, certamente, com o intuito de sublinhar o valor da vida, o significado transcendental da jornada humana. E para confirmar o que Camões disse: as pessoas não morrem, partem primeiro.

Murilo Badaró "cessou de viver" num momento fecundo de sua peregrinação pela pátria terrena. Cumpriu, galhardamente, a missão que o destino lhe outorgou, atuando como testemunha ocular, protagonista e documentarista de episódios expressivos da história política de nosso tempo. De alguns desses episódios poder-se-á, com adequação, reconhecer que, mais do que expressivos, revelaram-se culminantes na vida nacional.

---

* Jornalista.

Na tribuna parlamentar ocupada pelo seu verbo ardente, ou na pena erudita, por onde passou, em livros e artigos, o entusiasmo arrebatante de arraigadas crenças republicanas e pujança de ideias, esse talentoso patrício viveu papel realçante no palco dos acontecimentos culturais e políticos. Ofereceu-nos, o tempo todo, aos que o admiravam à distância e à legião incontável de amigos, lições de fé e de constância na democracia. Pregou fervorosamente o culto austero aos princípios éticos, indissociáveis da conduta do homem público movido pelo ideal do serviço desinteressado.

Colocou à mostra, num sem número de importantes funções, todos esses apreciáveis dons. Deixou marcas de operosidade impressas na Assembleia Legislativa, Câmara e Senado federais, Ministérios, organizações governamentais e Academia Mineira de Letras. Levou pra casa, de cada cargo exercido, opulenta bagagem de serviços. Constituíam atributos seus a energia criadora, a lucidez, e a robustez de convicções que compõem o perfil de uma pessoa realmente comprometida com os misteres da liderança.

Sua aventura intelectual entrelaçou-se com a ação política. Isso frutificou nalguns documentários magistrais de nossa história, representados por sequência de estudos biográficos que pode ser tomada como contribuição preciosa para a compreensão de aspectos fundamentais da formação política nacional. Figura respeitada como prosador. Os círculos intelectuais mais qualificados tinham-no na conta de um esteta da palavra. Competente pesquisador, compôs textos que projetam benfazeja influência clássica em sua orientação literária. Tal coisa fica evidenciada na leitura de seus livros, entre eles, *José Maria Alkimim – uma biografia*, *Milton Campos, o pensador liberal*, *Gustavo Capanema, a revolução na cultura*, *Floresta de símbolos*, coletânea de artigos com enfoque em temas políticos, personagens famosos e situações do cotidiano. Na obra *Bilac Pinto, o homem que salvou a República*, de lançamento recente, retrata-se a trajetória reluzente de um dos vultos exponenciais da vida nacional. O autor bota na envolvente narrativa sincera emoção e arrebatamento afetivo, bem típicos de sua personalidade, que ajudam a explicar aquilo que, para alguns, soa como pitada de exagero: a afirmação

peremptória do título referente ao papel, sem dúvida destacado, desempenhado pelo ilustre biografado em nossa história republicana.

Os leitores dos artigos de Murilo podiam, por vezes, discordar de um que outro conceito ou apreciação expendidos sobre pessoas e fatos, mas manifestavam-se inteiriçamente concordes em relação a um ponto primordial em sua singular capacidade de criação literária: o domínio que detinha do texto, bem elaborado, elegante, de qualidade excepcional.

No livro *Floresta de símbolos*, reportando-se a uma crônica de 1862 de Machado de Assis, Murilo comenta as reações dos leitores, que tanto podem ser de concordância quanto de divergência, no tocante às ideias dos autores. Diz haver se esforçado por seguir os "prudentes ensinamentos" machadianos, comentando os fatos com reserva, louvando ou censurando, como ditado pela consciência, "sem cair na exageração dos extremos". Arremata: "Foi o que sempre tentei fazer. Espero tê-lo conseguido."

Conseguiu. Fez bem mais do que isso: legou à cultura brasileira obra sumamente valiosa. Como está no evangelho, deixou frutos que permanecem.

TRIBUTO A NORBERTO BOBBIO

*Aloísio T. Garcia**

Em 2009 o mundo jurídico comemorou o centenário de nascimento de Norberto Bobbio, o notável filósofo e pensador italiano, que influenciou gerações no Brasil e na Europa.

Esteve ele entre nós em 1983, a convite da UnB, em evento abrilhantado por outros luminares do pensamento ocidental e escritores consagrados, como Raymond Aron, John K. Galbraith, Vargas Llosa e outros da mesma cepa.

Seu primeiro livro traduzido para nosso idioma foi *Teoria das formas de governo*, editado pela propria UnB.

Ao contrario de pensadores que preferem focar e difundir somente suas ideias e visão pessoal, Bobbio aprofunda nos clássicos como Platão, Hobbes, Kant e Hegel e transmitia com desenvoltura e conhecimento suas doutrinas e pensamentos.

Era um mestre que não escondia suas fontes, praticando o provérbio chinês enunciado por Carlos Henrique Cardim ao saudá-lo; "A unica forma de multiplicar meu conhecimento é dividindo-o".

Exemplo de humildade intelectual repete a memorável frase de Isaac Newton em uma de suas palestras; "Sou um anão, se vi mais longe é porque subi em ombros de gigantes ".

---

* Graduado em Historia pela UFMG, Secretário Geral da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 36.

Influenciado por Carlo Rosselli, pensador influente e ativista anti-fascista na Itália, Bobbio adotou a tese do Socialismo liberal, obra principal de Rosselli, e a aprofunda e discute a partir do principio de que o socialismo liberal é uma obra teórica e ao mesmo tempo uma proposta política concreta.

Sobretudo, segundo Bobbio, o liberalismo seria um método e o socialismo um ideal!

Hoje, o liberalismo de Rosselli corresponderia ao método democrático e a política, para Bobbio, seria a conversação da humanidade, através do convívio e da integração, com controvérsia, divergência, convergência e conciliação.

Foi um pensador que permeou vastos e diversos campos do conhecimento, dando importância especial à perquirição crítica e ao conhecimento histórico.

Se é patente sua vinculação à herança historicista, é difícil defini-lo como membro de uma corrente específica de pensadores.

Quando afirmamos que seria ele um luminar do positivismo lógico ou neopositivismo, falamos apenas parte de uma verdade maior.

Teorizando e polemizando em torno de ideias filosóficas, políticas e jurídicas, define seus conceitos sobre filosofia do direito, sociologia jurídica e teoria geral do direito e a sí mesmo como um iluminista.

À frente do seu tempo, reafirmava há mais de 20 anos que a emancipação da mulher é a verdadeira revolução de nossos tempos!

Os *ismos*, no mundo cultural, se tornam sistemas fechados e excludentes de ideias até muito próximas ou complementares.

Fugiu deles, adotando, no direito, a Teoria trimendicional, onde são inseparáveis três pontos de vista: o dos valores, o das normas e o dos fatos.

Vai à antiguidade clássica, relê, interpreta e divulga os mestres e retoma o princípio de que "a autoridade, não a sabedoria, faz as leis".

E na busca do bom governo, discute a questão sempre atual das relações entre socialismo e democracia!

Há Estados democráticos que são capitalistas e há Estados socialistas que não são democráticos e há sucessos em ambos os campos.

Como democrata por excelência, Bobbio viveu o alargamento do sufrágio universal, incluindo mulheres e analfabetos, mas pedia que a participação democrática estivesse presente nas escolas, fábricas e movimentos sociais.

Notáveis lições foram ministradas por Bobbio em torno da interrogação clássica; qual o melhor governo; o das leis ou o dos homens?

A monarquia facilita a tirania; a aristocracia consagra a oligarquia e a democracia pode se tornar oclocracia, ou governo das turbas!

As leis são boas quando os governantes são sábios. Aristóteles já tratava do tema na *Politica* e Platão falava do saber científico, que permite a quem o possui governar bem...

Dizia Bobbio que cada vez sabemos menos, pois o mundo se agiganta e o conhecimento e os horizontes são cada vez mais amplos.

Professor emérito em Turim, Bolonha, Paris, Madri e outras universidades, lecionou em Carmenio, Siena e Pádua, até chegar a Turim, onde se consagrou, com mais de vinte obras publicadas.

Lecionava sobre os grandes pensadores como Kant, Hegel e Spinoza, sempre citados por referências e não pelo vasto conteúdo de suas obras.

Deixando a cátedra em 1984, colaborou com o jornal *La Stampa*, onde escrevia sobre democracia, pluralismo, liberdade e governança.

Viveu em uma Itália marcada pela tradição autoritária e que teve sua unidade conquistada tardiamente.

Conviveu com o historiador liberal Benedetto Croce e o pensador marxista Antonio Gramsci e de certa forma tentou realizar a síntese entre o pensamento de ambos.

Homem de vasta cultura, e relevante atuação na vida politica e cultural do seu país, referiram-se aos grandes que o influenciaram e com os quais conviveu; “essa minoria de nobres espíritos que defenderam até com sacrifício da própria vida, a liberdade contra a tirania, a unidade dos homens acima das raças, das classes e das pátrias”.

Um homem da tolerância e da concórdia, sem transigir quanto aos primados da liberdade, do direito como instrumento da justiça, e da

democracia como sistema de governo representativo indispensável à salvaguarda das liberdades.

Inicialmente restrito aos meios culturais italianos, gradualmente é aceito e respeitado pela intelectualidade francesa e inglesa, vivendo em meio ao confronto das três principais ideologias do século XX; o nazi-fascismo, o comunismo e a democracia liberal.

Sua obra é permeada pela temática da concepção de justiça e pela reafirmação dos princípios do pluralismo e da liberdade.

Proclamando-se um liberal-socialista, identificava o termo como uma atitude de espírito e uma esperança em contínua renovação; mas nunca em um partido político ou uma militância em busca do poder.

A crítica histórica em Bobbio é um traço cultural da sua obra, ao captar o que há de mais importante, inovador ou revolucionário nas produções filosóficas dos clássicos que estudou e difundiu.

Tardiamente, a Academia Mineira de Letras comemora o centenário do seu nascimento, prestando tributo à memória de um mestre na acepção plena do termo.

MARIA, MÃE DE JESUS SHAKESPEARIANAMENTE: MORRER OU DORMIR?

*Manoel Hygino dos Santos**

Se alguém for à Turquia e havendo possibilidade, não deixará de visitar Éfeso, a fascinante cidade antiga, que faz recordar os nomes de Artemisa (o templo de Artemisa foi uma das sete maravilhas do mundo antigo), de São João e Maria, mãe de Jesus, que atraem o interesse dos cristãos em todo o mundo.

Éfeso se localiza na parte ocidental da Ásia Menor, também conhecida como Anatólia, à distância de seis quilômetros do Mar Egeu. O apóstolo João viveu e morreu em Éfeso, mas o visitante encontrará ainda a casa em que teria vivido a Virgem Maria, descoberta por visão de uma monja alemã.

A cidade esteve abandonada e esquecida, mas as buscas nas ruínas revelaram a antiga grandeza e a importância de outrora. Descrever sua história faz recuar tanto no tempo, que se perde num manancial misterioso. Em 334 a. C., Alexandre Magno a libertou do jugo persa. Mas esteve, ainda, sob domínio do Egito e da Síria, até o ano 190 a.C., quando passou aos romanos, tornando-se o mais representativo centro comercial da província na Ásia.

---

* Jornalista, escritor. Ocupa a cadeira nº 23 da Academia Mineira de Letras.

O terceiro concílio da Igreja cristã foi ali celebrado, na igreja de Santa Maria, com presença de 200 bispos para ali transportados por ordem do imperador Teodósio. A grande discussão era se a Virgem Maria era mãe de Jesus ou de Deus.

São Paulo e São João viveram em Éfeso. Aquele ali permaneceu cinco ou seis anos, proclamando e propagando a nova religião; o segundo passou lá os últimos anos de sua vida quase centenária, escreveu parte do Novo Testamento, e morreu. Sua tumba se situa na colina de Ayasoluk, numa igreja construída pelo imperador Justiniano, um magnífico monumento da época medieval, que resiste à inclemência do tempo, dos cataclismos e das intempéries.

Depois da paixão de Cristo, Maria deixou Jerusalém, e teria morado no lugar denominado Panaya-Kapulu, perto de Éfeso, num vale coberto por florestas, onde ainda existe a sua casa, sendo aceita a versão de que São Paulo sabia o local. Uma linha de historiadores admite a "Dormitio Ephesian", ou seja, que a "dormição" (de Maria) foi em Éfeso. São João conduzira a mãe de Jesus à cidade da Ásia Menor, onde ela viveu seus últimos dias.

A cidade, de fato, muito tem a ver com Maria e com o cristianismo. A primeira missa oficial da Igreja foi oficiada ali, assim como lá se construiu a primeira basílica em louvor à mãe de Jesus.

Mas Maria, de fato, morreu? Eis a questão. O tema não escapou à dissertação de mestrado da historiadora mineira Sabrina Mara Sant'Anna "A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandade mineira (1721 a 1822)".

Seu trabalho foi apresentado ao Departamento de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais- área de concentração-História Social da Cultura, tendo como orientadora a profª dra. Adalgisa Arantes Campos, em 2006.

A primeira afirmação da dissertadora é que nas Sagradas Escrituras não há relato sobre a morte e a assunção da mãe de Jesus, temas surgidos no Oriente e difundidos, desde a patrística, pela tradição geral, por fontes apócrifas, pela liturgia e pela arte.

A "morte" e assunção corporal da Virgem são registradas como Dormição (Dormitio) e Trânsito (Transitus). O momento final é um simples sono (o corpo foi poupado de corrupção), e o segundo corresponde ao conjunto- morte e assunção ou, simplesmente, à assunção.

Sabrina Mara observa: "Os estudiosos do assunto, em geral, consideram que a carência de informações neotestamentárias sobre o desenlace da existência terrena da Virgem propiciou o nascimento de lendas do imaginário cristão, que foram difundidas, em princípio, através da tradição oral. Por essa razão, os textos dormicionistas e assuncionistas apresentam variações regionais de elementos e personagens, além de manifestarem crenças diferentes".

Simon Claude Mimouni, analisando 62 relatos apócrifos, estabeleceu três "grupos doutrinais": 1) "Dormição sem ressurreição", afirmando a morte de Maria. O corpo, poupado da corrupção, foi enterrado em um jazigo ou transportado para um lugar, preciso ou não, com sua alma transladada aos céus até a Ressurreição dos Mortos. 2) "Dormição e Assunção", revelando fatos comuns aos dois tipos de crença; 3) Compreendendo textos que admitem a "Assunção" com ou sem "Ressurreição". Nele se inserem os escritos que declaram a mortalidade de Maria (sepultamento, reunião do corpo com a alma, e assunção) e os que consideram sua imortalidade (corpo e alma foram para o céu sem passar pela tumba).

O tema é fascinante e a dissertação excelente. "A liturgia, respaldada na religiosidade popular, instituiu como verdade a assunção corporal de Maria, antes mesmo da teologia formular os argumentos para sustentá-lo". Nem tudo fluiu como água da fonte. Epifânio de Salamina (315-403) exortou os fiéis a refutar a tradição oral, e afirmou que o modo como se deu o fim terreno da Virgem e o destino de seu corpo eram mistérios divinos e não poderiam ser descritos devido à ausência de dados bíblicos.

Eis que Nestório, bispo de Constantinópla, falecido em 451, apareceu para defender a tese de que existiam duas naturezas e duas pessoas em Cristo. Maria não era mãe de Deus (o incriado), mas genitora do homem Jesus (instrumento da divindade da Terra). Assim, a Virgem

devia ser chamada de "cristotokos", mãe de cristo, e não "Theotokos", mãe de Deus.

Entretanto, antes mesmo da fundamentação teológica, surgiu em Jerusalém a "Festa da Assunção", com grande êxito no Oriente desde a segunda metade do século V. No Ocidente, a celebração se deu a partir do século VII. As transformações políticas, econômicas, sociais e culturais naquela parte do mundo, nos séculos XII e XIII, consolidaram a fé no "Trânsito" da Virgem. A Igreja ia absorvendo as necessidades de nova ordem, convidando os fiéis a "plena responsabilidade individual, em progredir passo a passo para a perfeição, segundo George Dubay.

O II Concílio de Lião, em 1274, responsabilizava cada alma por atos e iniquidades em vida, reforçando o recurso à intercessão dos santos e da Virgem, glorificada pelos moribundos que pressentiam a chegada da morte.

Antes, era Céu-Inferno: depois, surgiu com a concepção especial do purgatório, a expressão trina do Além, resultante do II Concílio de Lião. Admitia-se a ida ao "Juízo Particular". Atribuía-se a cada alma atos de iniquidade em vida e assegurava julgamento e sentença, imediatamente após o falecimento, robustecendo a intermediação dos santos e da Virgem. A iconografia dá conta das transformações ocorridas. Cristo aparece como juiz no centro da cena.

No século XIII, apareceu a avaliação das almas pelo Arcanjo São Miguel e a mediação de Maria e de São João Evangelista.

A "Legenda Áurea", do dominicano Jacopo de Verazze, divulgou no Ocidente o texto assuncionista atribuído a João, o Evangelista, sobre o tema mariano, e as homilias de São Cosme, do arcebispo Germano, de Constantinopla, de Dionísio Areopagita, de São Damasceno e de Santo Agostinho.

As grandes desgraças contribuíram para um novo estado de espírito. Entre elas, a "peste negra", que assolou grande parte da Europa. Tangido dolorosamente, o homem sentiu de perto o fim, e também o exemplo da Dormição e Assunção de Maria. Sua morte, tida como simplesmente sono, inspirava os fiéis a vencerem com serenidade e contrição o final indesviável.

Ou seja: "A elevação da alma e do corpo da Virgem aos céus transmitia aos cristãos a convicção da vida eterna, transformando o trânsito entre a "Jerusalém Peregrina" e a "Jerusalém Celeste" em um desejável e incomparável gozo".

A crença chegou à Península Ibérica e ao Brasil. As gravuras da "Ars Moriendi", com exortação à aceitação da morte e a intercessão aos santos, fortaleceram a convicção de que os justos teriam Boa Morte, como a da mãe de Jesus. Clérigos medievais e da época moderna ensinavam que os que vivessem dentro da orientação ética do cristianismo não tinham o que temer.

Os quadros da "Ars Moriendi" em Minas Gerais foram levantados pela autora, que percorreu Minas Gerais em todos os rumos. Na Capitania das Minas, o culto à Dormição e Assunção de Maria foi oficialmente instituído no primeiro quartel do século XVIII. Foi quando irmandades eleitas com vocação a Nossa Senhora da Boa Morte começaram: a primeira, em 1721, na freguesia de Antônio Dias, de Vila Rica.

Essas irmandades tiveram papel relevante, não se cingindo à religião. Tem razão a dissertadora: "No contexto das Minas, as irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte desempenharam relevante papel sócio-pio-político, porque funcionavam como agentes da caridade cristã, prestaram assistência material e espiritual a seus confrades, contribuíram para o desenvolvimento do culto santoral, incentivado pelo "Concílio de Trento" (1545-53) e reiterado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia" (1707), e atuaram como patrocinadoras das artes, encomendando e utilizando os serviços de entalhadores, policromadores, santeiros e músicos.

Além das atividades supracitadas, comuns a todas as confrarias e Ordens Terceiras com oragos diversos, as associações leigas vocacionadas à Dormição da Virgem exerceram importante função litúrgico-pedagógica, pois propagaram doutrina da Comunhão dos Santos, ajudando os oriundos e seus familiares a aceitarem, com resignação a realidade da existência humana: "porquanto és pó e em pó te tornarás" . "Por meio de literatura piedosa, festas, procissões e veneração das imagens, elas transmitiram ao povo católico a certeza da vida eterna, ou seja, a recompensa divina de uma boa morte para os justos".

Mutatis mutandis, a impressão se assemelha à de João Camillo de Oliveira Torres. Para ele, as irmandades conjugaram esforços para criar em Minas Gerais uma civilização pluralista e cristã, de grande esplendor. Se se considerar unicamente a contribuição das irmandades para o movimento artístico de Minas e para integrar as populações de cor na sociedade, somente isto já seria suficiente para justificar o interesse que todos os conhecedores do passado mineiro lhes dedicam, muito embora ainda não se tenha escrito o livro que merecem.

A dissertação em causa ajuda a preencher a lacuna e a fazer justiça.

JOAQUIM NABUCO, CEM ANOS DEPOIS*

*José Murilo de Carvalho***

Tendo que falar sobre Joaquim Nabuco em uma Academia de Letras, pareceu-me adequado ressaltar a importância de sua obra escrita. Tratando-se, no entanto, de uma Academia que, à semelhança da francesa e da brasileira, também abriga pessoas que se destacam em campos distintos do das letras, caberá também alguma atenção à contribuição de Nabuco no domínio da ação política e dos valores que a devem pautar. Assim é que lhes proponho somar os dois temas, começando por um resumo de sua vida.

As quatro vidas de Joaquim Nabuco

Quatro fases bem distintas marcaram a vida de Nabuco. A primeira, de 1849 a 1879, foi o período da indecisão. Nascido em 1849, viveu os primeiros 30 anos sem se distinguir muito de outros jovens talentosos da elite do Segundo Reinado. Formou-se em Direito em São Paulo e Recife. Em São Paulo conviveu com Castro Alves, que empolgava as plateias declamando poemas abolicionistas. O ambiente estudantil era francamente

---

* Palestra proferida na AML em 13 de maio de 2010, nas comemorações do centenário de morte de Joaquim Nabuco.

* Historiador, cientista político, acadêmico da Academia Brasileira de Letras, ocupa a cadeira nº 5.

hostil à escravidão. Em 1869, transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde a atmosfera não era tão favorável à causa abolicionista. Mesmo assim, escreveu um texto intitulado *A escravidão*, que não chegou a publicar, e de que apenas duas partes – 'O crime' e 'A história do crime' – foram redigidas, faltando a terceira parte, 'A reparação do crime'. O manuscrito só foi publicado em 1949 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seu maior triunfo em Recife foi a defesa de um escravo acusado de assassinato e que já fora condenado à morte em primeira instância. Assumir tal defesa numa terra de grandes senhores de engenho, alguns deles parentes de sua mãe, foi, sem dúvida um ato de coragem para o estudante de 20 anos. Na defesa do réu revelou pela primeira vez seus dotes oratórios, coadjuvados por sua imponente presença física. Conseguiu que o réu fosse condenado a galés perpétuas, escapando da forca.

Apesar dessa rumorosa defesa, não se interessou pela carreira de advogado. Buscou rumo em outras atividades condizentes com seu *status* social e formação. Experimentou o jornalismo e a literatura, escrevendo para o jornal A Reforma, onde defendia causas liberais, com ênfase nos tema da separação entre Igreja e Estado. Em 1872, publicou seu primeiro livro, sobre Camões e os Lusíadas, e outro em francês sobre o direito de assassinar, uma polêmica com Alexandre Dumas, filho. Desses primeiros 30 anos, ficaram-lhe algumas poucas marcas: um amontoado de leituras desordenadas, sobretudo de autores franceses e ingleses, e uma ilimitada admiração pelo pai, o senador liberal Nabuco de Araújo, na época envolvido na discussão e aprovação da lei do Ventre Livre,

Nos anos imediatos à formatura, o tema da abolição não era sua preocupação central. Opunha-se, por certo, à escravidão, mas não decidira dedicar-se de corpo e alma à luta por sua extinção. Tendo herdado em 1872 um engenho de fogo morto pertencente a sua madrinha, vendeu-o e decidiu gastar o dinheiro viajando pela Europa durante os anos de 1873 e 1874. Na França, publicou outro livro em francês intitulado *Amour et Dieu*.

Continuou sem rumo certo até abril de 1876, quando ingressou na carreira diplomática ao ser nomeado adido à legação brasileira em

Washington. O trabalho na repartição não devia ser pesado porque são dessa época as mais longas anotações de seu diário. Teve tempo também para terminar mais um livro em francês, *L'Option*, um drama sobre a disputa franco-alemã pela Alsácia. Ficou pouco tempo no posto. Em 1877, foi transferido para Londres, cidade de sua predileção. Mas em abril de 1878 já estava de volta ao Brasil em razão da morte do pai, que se verificara em março desse ano. A morte do senador coincidira com a volta dos liberais ao poder depois de uma década de domínio conservador.

Aproveitando a subida ao poder de seu partido, Nabuco de Araújo preparara a eleição do filho a deputado geral por Pernambuco. Quase forçado a dar continuidade à longa tradição de Nabucos de Araújo na política imperial, Joaquim Nabuco aceitou o desafio da política. Eleito sem dificuldade, graças às conexões políticas do pai, deu início à segunda fase, e a mais brilhante, de sua vida, uma fase política, que se estendeu até a queda do Império. Embora já desperto anteriormente para o problema da escravidão, em parte graças à militância do pai na luta pela aprovação da lei do Ventre Livre, só então, ao entrar na Câmara dos Deputados, decidiu abraçar a causa da abolição e a ela dedicar todas as energias. Lutou nas várias frentes então abertas à ação política: na Câmara dos Deputados, quando conseguia eleger-se; na organização de sociedades abolicionistas; em jornais e panfletos; nas conferências públicas; na mobilização da opinião pública internacional. Foi em uma das estadas em Londres, motivada por uma derrota eleitoral no Município Neutro, que escreveu e publicou pela Abraham Kingdon, em 1883, se primeiro grande livro, *O Abolicionismo.*

Ganha gloriosamente a batalha da abolição em 1888, a primeira em que a opinião publica, mobilizada pelos abolicionistas, teve papel importante, sobreveio no ano seguinte, para Nabuco, a grande derrota que foi a queda da monarquia. Embora muitas vezes crítico do Imperador pelo que considerava sua excessiva timidez na luta contra a escravidão, o abolicionista acreditava firmemente na superioridade da monarquia brasileira sobre as repúblicas dos países da América hispânica. Recusou-se a fazer o que muitos monarquistas fizeram, seguindo a grande tradição

nacional – aderir. Ao invés, iniciou a terceira fase de sua vida, marcada, inicialmente, pela defesa da monarquia, depois pelo recolhimento e o trabalho. Retomou a prática religiosa que abandonara, casou-se e, sobretudo, dedicou-se à escrita de sua obra maior, a biografia do pai, que foi publicada em três volumes entre 1897 e 1898 pela Garnier, com o título de *Um Estadista do Império*. Ao mesmo tempo, foi redigindo aos poucos os capítulos de *Minha Formação*, afinal publicado pela Garnier em 1900. Em 1897, numa rara confraternização entre monarquistas e republicanos, participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, de que foi eleito secretário geral.

Em 1899, no governo de Campos Sales, incentivado por amigos republicanos decidiu, para grande irritação dos amigos monarquistas, aceitar o convite para defender a causa do Brasil na disputa com a Grã Bretanha pelos limites da Guiana Inglesa. Era a quarta e última fase de sua vida, a diplomática. Perdido o pleito em 1904, o barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores de Rodrigues Alves, convidou-o para ocupar o posto de primeiro embaixador brasileiro em Washington. Assumiu o cargo em 1905 e já ano seguinte presidiu no Rio de Janeiro à Terceira Conferência Pan-Americana, quando foi acolhido com imensos aplausos, inclusive na nova capital de Minas, onde foi recebido por Afonso Pena, recém-eleito presidente da República. Faleceu em seu posto em Washington em 1910. Dessa última fase, não restaram escritos de maior relevância.

A trilogia de clássicos

O Abolicionismo, Um Estadista do Império e *Minha Formação*, no entanto, escritos em tempos de amargura, formam uma trilogia de clássicos. O primeiro aparece em qualquer lista de dez livros mais importantes do pensamento brasileiro, que alguns chamam de interpretações do Brasil. O segundo entra fácil na lista das cinco melhores biografias. O terceiro faz o mesmo na das cinco melhores autobiografias. Autor de três clássicos, é caso único no Brasil. Seu competidor mais próximo poderia ser Gilberto Freyre. Mas esse seu conterrâneo pode

emplacar apenas dois clássicos que também aparecem nas listas das melhores interpretações do Brasil, *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*.

O Abolicionismo é ao mesmo tempo um programa de luta e um ensaio de sociologia política dos mais lúcidos já produzidos entre nós. O programa definia a escravidão como um problema nacional, acima dos partidos políticos, que devia ser resolvido pelos mecanismos do sistema representativo, sob a pressão da opinião pública. A sociologia está, sobretudo, no capítulo intitulado "Influências sociais e políticas da escravidão", a mais contundente análise do impacto da instituição escravista na economia, na política, na sociedade, nos valores. A escravidão, segundo Nabuco, bloqueava o desenvolvimento das classes sociais e do mercado de trabalho, produzia a hipertrofia do Estado e do funcionalismo público, gerava a abdicação geral das funções cívicas, falseava o governo representativo, transformava a democracia em paródia. É esclarecedora a comparação que faz da escravidão brasileira com a norte-americana. No Brasil, segundo ele, a escravidão não se continha dentro da linha da cor, não era monopólio de raça ou de classe. Ela invadia todas as camadas sociais. Negros e mestiços, além de brancos, podiam ser, e, de fato, foram proprietários de escravos. Nossa escravidão foi mais aberta, mais hábil, mais flexível, quase se poderia dizer mais democrática. Em o sendo, foi também mais perversa. Ao darmos ao escravo libertado todos os direitos dos cidadãos e ao fazê-lo conviver com os ex-senhores, teríamos criado mestiços políticos, cidadãos que vivem dentro de si o conflito entre o senhor e o escravo.

Por tudo isso, e seguindo com maior elaboração teórica as pegadas de José Bonifácio, Nabuco via a escravidão como um obstáculo não apenas à generalização dos direitos civis, mas, e sobretudo, à construção da cidadania e da própria nação brasileira. E dada a profundidade de suas raízes na sociedade, suas consequências estariam conosco por mais de um século. Nunca se fez no país uma previsão de longo prazo mais correta e mais terrível.

Um Estadista do Império teve como subtítulo "Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época". Tratava-se, sem dúvida, de homenagem

filial e, como tal, nela o papel do senador foi ressaltado. Mas o livro é muito mais do que a biografia de um político. O próprio subtítulo já indicava o alcance que o autor queria dar à obra: sua época. O livro é até hoje a melhor história política do Segundo Reinado, vista por um participante com incomum capacidade de entendimento das pessoas e das forças sociais em jogo. O senador fora um homem público em tempo integral. Espelhando-se no exemplo paterno, Nabuco via tudo sob o prisma do nacional e do universal. O fim da monarquia também contribuiu para lhe propiciar algum distanciamento dos acontecimentos, tornando a análise menos apaixonada e, portanto, de valor mais duradouro. Nabuco conseguiu um equilíbrio raro entre a análise dos atores políticos, de quem desenhou magníficos perfis, e o movimento amplo da política, com ênfase no avanço das ideias liberais. Nesse exercício, não foi até hoje superado.

Minha Formação é um retrato precioso da formação intelectual dos filhos da elite política do Segundo Reinado no período anterior à avalanche dos filosofismos das últimas décadas do século, sobretudo, do positivismo, do evolucionismo, do cientificismo. O livro não segue uma ordem estritamente cronológica, mas resume em alguns capítulos os pontos centrais de sua formação, as influências que sofreu, sua visão da política e do mundo, sua luta contra a escravidão e seu retiro após a proclamação da República. Particularmente contundente é a confissão de sua fascinação pela Europa, que compartia, aliás, com sua geração. Ficou famosa a frase: "O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação é europeia". A fascinação europeia corporificou-se, sobretudo, na admiração por Londres: "O fato é que amei Londres acima de todas as outras coisas e lugares que percorri".

O capítulo mais marcante do livro é, sem dúvida, o que trata de Massangana, o engenho de sua madrinha, dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, em que passou os primeiros oito anos de vida. É nesse capítulo que a emoção aflora com mais força à recordação dos tempos de infância em seu paraíso perdido. É de particular interesse a narração de dois episódios que, segundo ele, teriam marcado sua vida. O primeiro foi o do jovem escravo que, fugindo aos maus tratos de seu senhor, se atirou a

seus pés solicitando que conseguisse da madrinha sua compra para o servir. O outro foi sua visita ao engenho em 1869, 12 anos depois de o deixar. Tinha ele então 20 anos. Dos escravos, restava apenas um pequeno cemitério. Entre as cruzes que marcavam os túmulos, deixou-se levar pelas emoções despertadas pelas reminiscências dos tempos de infância e evocou pelos nomes muitos dos cativos que conhecera. Lembrou-se, sobretudo, da generosidade deles e do fato de se considerarem, apesar de escravos, devedores de sua senhora e não seus credores. Registrou, então, no livro: "Foi assim que o problema moral da escravidão se desenhou pela primeira vez aos meus olhos em sua nitidez perfeita e com sua solução obrigatória". E a seguir acrescentou: "[...] e então ali mesmo, aos vinte anos, formei a resolução de votar a minha vida, se assim me fosse dado, ao serviço da raça generosa entre todas que a desigualdade da sua condição enternecia em vez de azedar e que por sua doçura no sofrimento emprestava até mesmo à opressão de que era vítima um reflexo de bondade...". A propósito do primeiro episódio, já registrara um sentimento quase escandaloso na boca de um abolicionista. A generosidade dos cativos, passada a abolição por que tanto lutara, produzia nele saudades do escravo.

É interessante observar as diferenças entre o livro de memória e os textos de militância abolicionista. Minha formação foi escrito 31 anos depois do episódio descrito. A versão aí oferecida para a origem da decisão de se dedicar totalmente à luta antiescravista não, como vimos, confirmada pela vida de Nabuco. Não há em sua correspondência e em seu diário nenhuma indicação de que a decisão tenha sido tomada antes de 1879, após a morte do pai. Acresce-se a isso o fato de que visitou a capela do engenho Massangana um ano antes de completar o texto A escravidão. Ora, as razões apresentadas para combater a prática escravista em A escravidão, escrito em 1870, em O abolicionismo, de 1883, e nas cartas aos abolicionistas britânicos são totalmente distintas das encontradas em Minha formação. Nos três primeiros textos, a escravidão é combatida com os mesmos argumentos usados por José Bonifácio de Andrada e Silva em 1823: ela é um atentado à civilização, hoje diríamos um crime contra a humanidade, um obstáculo ao progresso econômico e político,

ela é responsável pelo atraso do país e um obstáculo à construção nacional. São razões cívicas, públicas. Em *Minha formação*, ao contrário, a "querida e abençoada memória" da infância interfere em sua reconstrução do passado ao ponto de dar à campanha e à sua decisão de nela se empenhar uma característica moral e sentimental. O motor de sua decisão é aí o sofrimento dos "santos pretos", que, além de perdoar a seus senhores, até lhes agradeciam. Não por acaso, menciona aí ter lido mil vezes o sentimental *A cabana do Pai Tomás*. As leituras que inspiraram a campanha foram bem outras, provinham dos grandes abolicionistas ingleses e norte-americanos. Em suas reminiscências, Nabuco parece pedir desculpas aos abolicionistas norte-americanos W. L. Garrison e John Brown por fazer a confissão quase escandalosa de ter saudade do escravo.

Quer isso dizer que a versão dada em *Minha formação* sobre o momento da decisão é uma construção posterior, dessas tão comuns em autobiografias. Destina-se a dar maior coerência à vida das pessoas e a eliminar o que é próprio de quase todas as vidas, o inesperado, o fortuito, o não planejado. Já a diferença na motivação entre as duas versões é mais difícil de explicar porque a de *Minha formação* piora a biografia, tira a força política dos argumentos da campanha, reduz tudo a emoções pessoais atribuíveis a uma experiência particular de convivência com os escravos que pode mesmo ser tachada de paternalista. Em termos de hoje, diríamos que ela é politicamente incorreta. Como explicar o fato? Seria um excesso de franqueza? O efeito de um saudosismo da monarquia que se estendia à instituição da escravidão? Ou a admissão de que a filantropia e a compaixão estiveram sempre presente e tinham sido afastadas durante a luta para darem lugar a argumentos mais convincentes perante a opinião pública brasileira e internacional? Entramos aqui na complexidade dos sentimentos humanos que cabe apenas registrar.

O reformismo democrático e os valores universais

Por formação ou por convicção, ou pelas duas coisas, Joaquim Nabuco nunca escondeu a tática que adotou na luta pela abolição. De várias maneiras tinha sido abolida a escravidão em outros países: pela

guerra servil, como no Haiti, pela guerra civil, como nos Estados Unidos, pela ação do governo, como na Rússia. Nenhuma delas foi considerada adequada ao Brasil por Joaquim Nabuco e seus companheiros. O caminho escolhido foi o do inglês Wilberforce e do norte-americano Guarrison. A escravidão deveria ser destruída por uma lei votada pelo Parlamento com todas as formalidades constitucionais. Para isso, a campanha deveria ter por alvo o Congresso e a opinião pública. Dirigir-se diretamente aos escravos, levá-los à revolta, à maneira de Spartacus ou John Brown, seria no Brasil, segundo ele, uma covardia criminosa e um suicídio político. Covardia porque colocaria os escravos à mercê da repressão, suicídio político porque jogaria a nação contra o movimento abolicionista.

A tática que adotou poderia ser chamada de reformismo democrático. Esse reformismo distinguia-se, de um lado, da posição conservadora, defendida por José de Alencar, que condenava qualquer ação do governo, confiando à dinâmica social a destruição da escravidão; de outro, afastava-se de propostas revolucionárias de promover a abolição ao arrepio das leis, se necessário com o emprego da violência. Para justificar sua posição, Nabuco recorreu em O abolicionismo à hipótese de uma delegação inconsciente feita por escravos e ingênuos que os abolicionistas interpretavam como um mandato irrenunciável porque não dizia respeito apenas a escravos e ingênuos. Na abolição da escravidão estava embutida a questão nacional que interessava a todos. Acabar com a divisão entre senhores e escravos significava simplesmente criar a dignidade do cidadão brasileiro.

A opção provocou críticas dos dois extremos, o dos escravistas e o dos abolicionistas radicais. Os primeiros não queriam que o governo promovesse a abolição, sobretudo, sem indenização. Os radicais, como Silva Jardim, o vigoroso propagandista republicano, a acusavam de paternalista, de conservadora por evitar envolver o povo e os próprios escravos na luta. Essa última crítica talvez seja mais comum hoje do que na época. E não é verdadeira quanto a não envolver o povo. As campanhas eleitorais de Nabuco no Recife foram as mais populares jamais feitas no Brasil. O candidato ia de porta em porta pedindo votos e pronunciava

discursos em locais públicos. E a opção pelo reformismo democrático teve êxito espetacular no prazo curto de apenas dez anos. Ela pode ter reduzido o impulso reformista no pós-abolição, considerado pelo próprio Nabuco e, sobretudo, por seu companheiro de luta, André Rebouças, como complemento necessário da abolição. Mas não há como avaliar as possibilidades e as consequências de uma eventual opção revolucionária.

A parceria entre Nabuco e os abolicionistas britânicos deu margem a outra polêmica que envolvia um problema complexo. Desde a primeira viagem a Londres em 1881, ele foi acusado pelos escravocratas de difamar o nome do Brasil no exterior ao expor os males da escravidão, foi acusado de atitude antipatriótica. A acusação era-lhe muito incômoda. Dela se defendeu várias vezes. Boa parte de seu discurso em um breakfast que lhe ofereceram em Londres em março de 1881, foi dedicado ao tema. Acusavam-no, disse, de encorajar 'uma espécie de intervenção moral da Europa em nossos negócios íntimos e de patentear aos olhos do mundo uma desgraça nacional que deveria ser cuidadosamente oculta a todos os olhos'. Sua resposta foi que não se tratava de uma revolução nacional, mas do último combate contra a escravidão no mundo civilizado.

Sua reação mais contundente foi provocada por um artigo de Goldwin Smith, publicado na Macmillan´s Magazine em 1886, em que o autor criticava o fato de ter W. L. Garrison recorrido à opinião pública inglesa em busca de apoio para a luta em seu país. Escreveu uma resposta apaixonada. Defendeu a tática de Garrison, mas defendeu, sobretudo, sua própria posição, pois ele estava fazendo exatamente a mesma coisa. Não podia ser antipatriótica, argumentou, uma ação que tentava elevar o Brasil ao nível de civilização já atingido por outros povos. Não se poderia prestar maior serviço ao Brasil do que conseguir que o mundo inteiro condenasse a escravidão como pirataria, pois tal decisão ecoaria no país e produziria seu resgate e sua liberdade muito antes do que o conseguiria sua voz.

A resposta lembra uma passagem de *O abolicionismo* em que aponta a corrupção do patriotismo, isto é, seu uso para defender uma instituição condenada pela civilização, como um dos males decorrentes da escravidão. Nabuco e os abolicionistas em geral colocavam os valores

da civilização acima de qualquer patriotismo que os negasse. Quando, em *O abolicionismo*, postulou o fim da escravidão como condição indispensável à construção nacional, ele estava naturalmente trabalhando com um conceito de interesse nacional distinto do dos escravistas e próximo ao do de José Bonifácio. Na visão dos dois estadistas, não podia haver conflito entre nação e civilização.

No fundo, ele recorria ao argumento usado por todas as sociedades abolicionistas: a abolição da escravidão era uma questão de civilização, de progresso moral da humanidade, a que nenhum país podia fugir sob pretexto de um patriotismo estreito limitado à defesa de uma causa já condenada. O verdadeiro patriotismo, argumentava, exigia a incorporação do país ao mundo civilizado. Ao defender os interesses da civilização como parte da concepção de patriotismo, revelava também os motivos que o tinham levado a recorrer à opinião internacional: jogar o peso dos valores da civilização sobre os interesses dos escravistas que se protegiam com a bandeira do patriotismo.

As críticas ao fato de ter recorrido à opinião internacional vieram aqui também de outros setores além do escravista. Silva Jardim o acusou de ter recorrido à Inglaterra, país que já nos ofendera a dignidade cívica ao nos pressionar pela abolição do tráfico na década de 1840. Nas duas vertentes da crítica, a escravista e a de Silva Jardim, a nação era colocada acima da civilização, o nacionalismo acima da cidadania. Quem, no entanto, mirava no futuro era Nabuco. Ele antecipou uma transformação importante na consciência jurídica ocidental que nos dias de hoje já começa a ganhar força de lei. A figura do crime contra a humanidade, e a escravidão certamente era um desses crimes, já foi incorporada ao direito internacional. Esses crimes são imprescritíveis, ultrapassam as fronteiras dos estados-nação e já são julgados por cortes internacionais, como o Tribunal Penal Internacional. Mais ainda, cresce a noção de uma jurisdição universal para esses crimes, como o demonstra exemplo do juiz espanhol Baltasar Garzón, conhecido internacionalmente, entre outras coisas, por pedir a prisão do ex-ditador chileno quando este se achava na Inglaterra. Pode-se prever com segurança que tal visão terá aceitação cada vez maior num mundo cada vez mais globalizado. Cada vez menos,

os estados poderão recorrer à soberania como álibi para a prática de crimes contra a humanidade.

O reformismo democrático e a colocação dos direitos humanos acima de interesses nacionais são dois preciosos legados de Nabuco. A eles devem-se acrescentar o exemplo de dedicação total a uma causa pública e a capacidade de combinar a ação política com uma penetrante análise sociológica. É certo que a natureza foi generosa com ele: um belo físico, uma bela voz de orador, uma inteligência privilegiada. Mas é também certo que ele colocou esses dons a serviço da grande causa abolicionista que era, também, em sua visão a causa da democracia brasileira. É razão mais que suficiente para celebrarmos o centenário de sua morte.

UMA ACADEMIA À SOMBRA DA SERRA DA BOA ESPERANÇA

*Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza**

A Academia é inimiga da imobilidade, da complacência, do conformismo. É um ambiente em que todos podem e mesmo devem oferecer sua contribuição, indo cada um além de sua atividade específica.

Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira
1º Presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas

Em 28 de novembro de 1969, deu-se a minha estreia como jornalista, com um artigo publicado no prestigioso jornal *Estado de Minas*, intitulado "Boa Esperança, cem anos de simpatia". No "nariz de cera" do texto, escrevi: "O arraial foi fundado em 1797, pelo Capitão-Mor de Milícia português José Alves de Figueiredo. Seu primeiro nome foi Dores do Pantano (sem circunflexo). Depois passou a se chamar Dores de Boa Esperança e, com esse nome, o distrito foi elevado à categoria de cidade

* Professor universitário e jornalista. Integra os quadros da Academia Mineira de Letras, da Academia Mineira de Letras Jurídicas, da Academia Mineira de Direito Militar e da Academia Dorense de Letras, de Boa Esperança – MG. É Diretor da *Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais* e Editor da revista *Del Rey Jurídica*.

em 15 de outubro de 1869. Mais tarde, somente Boa Esperança. Mas os filhos da terra, principalmente os mais velhos, ainda continuam a se dizer dorenses."

No mesmo artigo, fiz referência sincera e espontânea ao povo dorense, por sua educação, sua amabilidade, sua elegância, sua simpatia. E pela beleza de suas mulheres, de todas as idades.

Como me casei naquela cidade, pude conhecer de perto a sua sociedade, possuidora de uma cultura característica, própria de uma gente crescida no "sul cafeeiro, assentado na terra roxa de declives ou em colinas que, europeias, se arrumam, quem sabe numa das mais tranquilas jurisdições da felicidade neste mundo" (Guimarães Rosa).

De Boa Esperança, tornei-me logo, *ex officio*, cidadão coronário e depois, pela generosidade de seus legisladores, cidadão honorário. Nos bate-papos nas varandas ou nas cadeiras das calçadas ou nos bancos das praças em tardinhas de verão, no aconchego das salas de visita em noites de inverno, nas fartas recepções de aniversário ou de casamento, nos elegantes bailes do Radium Clube Dorense, pude ver, nos habitantes da terra, uma cultura fina, haurida, naquela época, pelos homens, nas faculdades do Rio de Janeiro ou de São Paulo e, pelas mulheres, jovens ou mais experientes, no Colégio Notre Dame de Sion, na Campanha, ou no Colégio Padre Júlio Maria, da própria cidade.

Música, literatura, poesia eram assuntos comuns da gente dorense. Isso tudo aconteceu no fim da década de 50 e no início dos sessenta. Depois, não sei se por influência dos "anos de chumbo" ou pela intromissão televisiva, que me perdoem os que de mim discordarem, houve um período de letargia cultural naquela aprazível freguesia das bacias do rios Grande e Sapucaí.

Em 1998, renasceu o movimento cultural na cidade, que é berço de Nelson Freire, o pianista mundialmente famoso; do escritor Rubem Alves, sempre na lista dos *best sellers* das livrarias; do capitão Joaquim Cândido Neves, modelo de administrador municipal, que sabia (como muitos hoje não sabem) distinguir o poder pessoal do poder institucional; do cientista Newton Maia, que revolucionou internacionalmente as noções de genética humana; do processualista Cândido Naves, que pontificou na velha "Casa

de Affonso Penna"; do professor Hermínio Pinto, exemplo de ética médica na ginecologia e obstetrícia e na cátedra da UFMG; do parlamentar Geraldo Freire, que, mesmo no período difícil de nossa história sendo líder do governo, soube se pautar pela linha da velha UDN; enfim de tantos outros expoentes da cultura mineira e brasileira.

E por que, em 1998, renasceu esse indispensável culto às letras, às artes, à música, como um todo?

– Porque, entre talvez outros motivos, no dia 7 de junho daquele ano, "um passo enorme para a cultura de Boa Esperança tomou corpo: um grupo de notáveis e cultos escritores se reuniu em torno de um ideal e deu forma a um sonho que povoava o imaginário de muitos", como muito bem se expressou o acadêmico Sílvio Antônio de Figueiredo, no tradicional e renovado Radium Clube Dorense, em sessão solene de comemoração do 10º aniversário de criação da Academia Dorense de Letras.

A simpática e bela cidade que, em 1936, recebera a visita do famosíssimo Lamartine Babo e ganhara de presente, daquele compositor carioca, a imorredoura canção *Serra da Boa Esperança*, fundou "um movimento cultural e literário que pudesse promover a disseminação da cultura, da verdade e do bem".

O primeiro Presidente dessa Academia, a que tenho a honra de pertencer, por eleição de seus fundadores, foi o farmacêutico e poeta José Lourenço Leite Naves, ex-prefeito da cidade por dois mandatos.

Na ocasião, o comendador Geraldo Freire, tribuno incomparável, eleito Vice-Presidente da agremiação, falou "sobre o papel de uma academia de letras no cenário histórico e cultural da sociedade humana, frisando que Boa Esperança, terra de notável índice cultural e cívico, preenchia uma lacuna sentida em seu seio cultural".

Hoje, presidida pela culta e dinâmica professora Marisa Parreira, a Academia Dorense de Letras – ADL, com seus 40 filiados, tendo como associado especial o Senador Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras – AML, tem contribuído proficientemente para a cultura da boa gente dorense.

São concursos de contos e de poesia, conferências, palestras, aulas especiais, atividades conjuntas com a Casa de Cultura da cidade,

participação em júris de festivais musicais, lançamentos de livros de autores da terra, pesquisas dirigidas, concursos de jardins na primavera, publicação do "Informativo ADL", com notícias e trabalhos literários, apresentações musicais.

Digna de relevante registro foi a comemoração do Dia de Portugal em Boa Esperança, em 1999, por iniciativa da Academia Dorense de Letras. Pela primeira vez, em sua história, um diplomata português, o Cônsul Silvino Ferreira Leite, visitou Boa Esperança. Com apoio da Prefeitura foi realizada uma sessão solene, altamente concorrida, em que se ouviram as palavras do Presidente de Academia, do representante português e deste autor.

Com relação ao Concurso de Contos, que já teve, no ano passado a sua sétima edição, é preciso ressaltar que, após cada certame, é publicada e distribuída uma antologia com os trabalhos premiados. Curioso registrar que, no volume corresponde ao "VII Concurso de Contos", estão os três primeiros classificados e as menções honrosas, todos de qualidade muito boa, de candidatos de Boa Esperança – MG e, interessante, de Itararé – SP, Campos do Jordão – SP, São Paulo – SP, Juiz de Fora – MG, Belo Horizonte – MG, Alterosa – MG, São José do Rio Preto – SP, Porto Alegre – RS, Jaboatão dos Guararapes – PE, Monte Alegre do Sul – SP, Bento Gonçalves – RS, Rio de Janeiro – RJ, Campo Grande – MS, Vinhedo – SP, Divinópolis – MG, Nova Lima – MG e Itajubá – MG.

Tal diversidade geográfica claramente mostra a abrangência do trabalho da ADL e a evidente isenção da Comissão Julgadora do Concurso (como não poderia deixar de ser).

No tocante à realização de palestras, eu próprio tive a honra de falar, para um auditório lotado e atento, sobre a vida atribulada e a maravilhosa poesia sofrida de Florbela Espanca, a maior poetisa de Portugal.

Ao atender à honrosa convocação do Presidente da Academia Paulista de Letras, Desembargador José Renato Nalini, um dos maiores escritores jusfilósofos do Brasil, para escrever "sobre o papel das academias neste século", entendi ser interessante, e singular também, focalizar a influência cultural de uma academia de letras em cidade do interior.

Acho que fiz bem e, ao examinar mais de perto a história da jovem Academia de Boa Esperança, percebi quantas realizações culturais foram feitas e quantas mudanças, nesse campo, aconteceram na cidade.

Livrarias se abriram nas ruas principais, a Direita e a de trás; o Cine Coral, depois de tantos anos fechado, voltou a funcionar, com seu prefixo musical (o Concerto nº 1, de Tchaikovski) a tocar nos alto-falantes, chamando o público para os últimos sucessos da "telona"; novos conjuntos vocais sendo criados, em perfeita afinação; o tradicional semanário da cidade, *A Vanguarda*, a dedicar a primeira página para os eventos da ADL; música ao vivo nos restaurantes à beira-lago; dorenses escrevendo e publicando livros de prosa, de versos, de memórias e de Direito!

Tudo coincidência? Ou influência da Academia? Respondo positivamente às duas perguntas. Elas não se contradizem: completam-se.

Não há melhor e mais adequado fecho para este texto, que pretendeu mostrar um caso concreto da importância de uma academia de letras em uma comunidade (como tem sido em Boa Esperança), do que as precisas e belas palavras ditas por Murilo Badaró, na noite de posse do ex-Ministro Ronaldo Costa Couto na centenária Academia Mineira de Letras.

Disse o Presidente da "Casa de Alphonsus de Guimaraens", Vivaldi Moreira":

> "Se, por um lado, preocupa-nos o desinteresse da sociedade pelos destinos desse tipo de instituição, alegra-nos, por outro lado, verificar que se espalham pelo estado e pelo Brasil academias, grêmios literários e entidades congêneres, todos buscando o mesmo ideal que dominou Machado de Assis no final do século 19".

PASSAGEIRO DO TEMPO: MEMÓRIAS

*Edmur Fonseca**

Passageiro do Tempo, de José Bento Teixeira de Salles, é um livro de memórias que se inscreve, desde sua publicação, no grupo dos testemunhos mais importantes da história recente de Minas Gerais.

Jornalista, militante político, líder indiscutível da juventude universitária de seu tempo, tornou-se conhecido pela acuidade de sua atuação e o sentido humanístico de suas convicções.

É autor de um livro clássico para a melhor compreensão de como se estabeleceu, através da prática democrática, o lento, mas efetivo processo de derrubada dos viciados sistemas de poder, herdados da velha República: Milton Campos, o pensador Liberal.

José Bento Teixeira de Salles é também figura exponencial da grande geração dos cronistas mineiros: Carlos Drummond de Andrade, Felix Femandes Filho, Fernando Sabino, Franklin de Salles, Jair Silva, Milton Amado, Otto Lara Rezende, Paulo Mendes Campos, e Rubem Braga, (este nascido no Espírito Santo deu início à sua carreira em Belo Horizonte, que lhe possibilitou revelar-se como jornalista exímio e modelar escritor).

---

* Jornalista, escritor. Ex-diretor do Centro de Estudos da América Latina, da Fundação Memorial da América Latina em São Paulo.

José Bento Teixeira de Salles teve origem semelhante. De linguagem clara e objetiva, reafirma a cada novo texto, peculiar nos seus achados de humor, a finura da observação, lirismo intenso e reflexivo, análise lúcida sobre os acontecimentos submetidos a uma crítica moral do mais sincero altruísmo. Há, no decorrer de suas lembranças, instantes intencionais de sarcasmo diante das agruras do dia-a-dia.

Apesar de sua militância partidária, coincidente com a criação da União Democrática Nacional, a UDN, de que é um dos fundadores no Estado; a cujo ideário se manteve fiel, mesmo depois do seu desaparecimento como legenda, não há quem possa contestá-lo como personagem intelectual de destaque entre nossos homens públicos de méritos.

Há cerca de dez anos dizíamos, no lançamento de *Vigílias – Crônicas*, que cada página da referida seleção traçava o perfil ágil do viver belorizontino, absorvendo com agudeza os aspectos marcantes dos fatos e bem assim das particularidades e conflitos correntes.

Ampliando e consolidando essas características, *Passageiro do Tempo* traz uma dimensão nova, a da memorialística, ou seja, não só a descrição de ocorrências a que se refere pessoalmente, mas a toda uma época. O bom memorialista tem sempre de cultivar a necessária equidade exigida pelo relato dos fatos e o exercício escrupuloso das próprias ideias.

Trata-se, no caso de *Passageiro do Tempo*, de uma obra rara, diferente em sua disposição semântica, fascinante pela variedade dos temas tratados.

José Bento (permitam-me chamá-lo só pelo nome, em virtude da admiração que lhe tenho desde a adolescência) é um apaixonado pelo futebol. É assim que foi buscar no seu esporte favorito a estrutura básica de seu livro, que tem início pela "Preliminar", uma meditação retrospectiva sobre um possível ajuste de contas dos muitos anseios e fantasias da mocidade e a dura realidade de sua vida. Observa-se o correr das horas e o passar "dos dias, os anos se escoando na grande provação da incerteza." Faz-se a apresentação dos tempos regulamentares: o "Primeiro Tempo", dedicado às histórias da infância e juventude; o

"Segundo Tempo" para a complexidade mnemônica da maturidade e a "Prorrogação", síntese do término decisório de uma eliminatória ou finalíssima.

Vem igualmente da prática esportiva o uso sistemático dos sub-capítulos sucessivos e contínuos, ininterruptos como nos planos cinematográficos, uma sequência desdobrada em tomadas rápidas de significativa unidade visual..

Nascido em 1922, José Bento compartilhou com Santa Luzia, sua cidade de origem, e Belo Horizonte, residência de seus pais, a jovialidade moderna da capital, e o barroquismo colonial dos velhos casarões e das igrejas luzienses. A fé mobiliza os moradores quando do Jubileu. Há a quaresma e o mês de Maria. Há os festejos Natalinos, os folguedos infantis e os recantos pitorescos, como a Carreira Comprida, símbolo do recuo desordenado das tropas de Caxias, em 1842, frente aos revoltosos liberais, em seus conflitos com os conservadores.

Antes da enumeração circunstanciada das artimanhas dos meninos, José Bento faz um apanhado – pode-se dizer substancial – da Historia de Santa Luzia: as tradições religiosas e culturais, os bens materiais e sociais da família, base real da prevalência política. A proximidade imaginada da morte, aos 85 anos, logo superada pelos avanços da medicina preventiva, dá lugar a uma ponderada consideração sobre "eventuais confusões ou mesmo equívocos da memória", a passagem do tempo como a árdua provocação da descrença existencial, como parte do insondável mistério do desconhecido, em face da visão cristã da eternidade.

É com palavras como essas que José Bento justifica o amplo panorama de impressões e sentimentos que se projetam em sua obra, revelando como essencial no espaço da vida o que lhe resta diante da perspectiva da morte.

Terminados os itens inaugurais, vem a humilde confissão de possíveis defeitos junto às qualidades herdadas do passado, a que se acrescentam novas qualidades e se aprimoram novos defeitos.

José Bento, pela sua própria avaliação, foi criança retraída, que levou uma infância comum, cercada de episódios banais e aconchegos familiares, cuja única glória (infantil) foi a de ser um ótimo aluno.

Porque então escrever suas memórias? Pelo gosto, talvez, de transcrever no papel "suas memórias dos outros" ou de relacionar as personagens que valorizaram o transcurso do cotidiano.

Voltando a Santa Luzia: avulta, desde logo, a individualidade do bisavô, Manoel Teixeira da Costa, senador estadual e chefe político da região, território de grandes dimensões, abrangendo o que é hoje a superficie de 14 municípios.

A sucessão no comando prossegue com Ari Teixeira da Costa, tio avô, médico e deputado. Celebrado pelo azedume contra certo tipo de pessoas, seu pai dedicou-se, já aposentado, mas na plenitude de suas convicções, a redigir e montar interessante manuscrito, em prosa e versos, reunindo além de esparsos documentos, textos de incontida revolta e saborosa jocosidade em seu repúdio permanente à política de Getúlio Vargas. Isso após a anulação das eleições de 1937 e a instauração do Estado Novo.

A impressão que ficou para José Bento é que sua casa se tornara uma trincheira democrática. A ele lhe caberia o dever de resistência ao arbítrio ditarorial. O ensinamento doméstico persistiu com a montagem, por seu pai, de um segundo volume, sobre o governo de Minas, então ocupado por Benedito Valadares, descrito maliciosamente, em termos passionais. Os versos, distribuídos clandestinamente, mostram toda a veemência oposicionista do inconformado liberal.

Na Faculdade de Direito, José Bento Teixeira de Salles assumiu indiscutível posição de liderança, que o levaria à presidência do Diretório Acadêmico, seguindo-se à da UEE e a da vice-presidente da UNE, órgão máximo de representação estudantil.

O trabalho desenvolvido pelo jovem presidente da entidade estadual, tanto no plano associativo como cultural, tem como exemplos a vinda a Belo Horizonte do Balé da Juventude e a revitalização do Teatro do Estudante, sob a direção de João Ceschiatti, pioneiro de sua especialidade na Capital.

1943 foi o ano do lançamento do *Manifesto dos Mineiros*, pronunciamento que contribuiu, expressivamente, como grito de alerta e despertar de consciências pela derrubada do Estado Novo.

Como se poderia esperar, o documento levou José Bento e seus companheiros a se aproximarem dos signatários da decisiva proclamação. Monopolizado pelos novos combatentes em fase de filiação, sobressai de importância a seriedade descontraída de Milton Campos, que viria exercer influência determinante na configuração moral, intelectual e ideológica do correligionário nascente.

Essa foi a época na literatura, da chamada geração de 45, que no âmbito das letras repetia a lição dos predecessores modernistas, revolucionários no que se refere aos critérios artísticos e inconformados com a realidade do país. José Bento fala da evolução nas artes plásticas e na música sinfônica, na arquitetura, e na postura política dos escritores. Tudo se refletindo nos jornais e revistas, sobretudo as publicações dos mais jovens. Como contrapartida à agitação intelectual, ganha corpo o tumulto crescente nos meios universitários, na busca de reformas para a construção de uma realidade sócio-política e econômica de configuração moderna.

José Bento faz um relatório pormenorizado dos comícios realizados no centro de Belo Horizonte, os concursos de oratória na Faculdade de Direito, o "Júri Simulado de Hitler" interessante paródia burlesca de larga repercussão na cidade.

É estimulante a descrição de como se dava a resistência, em grupos organizados nos moldes das células comunistas, encarregados da distribuição de panfletos, boletins e proclamações, acrescidos mais tarde de um jornal, também clandestino. Seu nome, *Liberdade*.

Intensifica-se a gerência de Simão da Cunha Pereira, a quem se refere nosso memorialista com indisfarçável admiração e respeito.

Amplia-se o sentimento oposicionista de que participava José Bento, através de seguidos pronunciamentos e atos de reação aos equívocos governamentais.

As idas à Polícia em razão de suas atuações nos movimentos de rua, os apelos pela unidade nacional em prol da democracia, de que resultaria, tempos depois, a União Democrática Nacional (UDN), são narrados, com propriedade, por José Bento, no que lhe resta de persistente continuidade.

A exposição de Arte Moderna, promovida pelo prefeito Juscelino Kubitschek, mas cercada do passionalismo que tomou conta das conferências, como a de Oswald e Andrade, e outros, todos imbuídos de alto fervor antifascista.

A invasão da Europa pelas forças aliadas e a entrada do Brasil na guerra aumentaram ao máximo a militância universitária, em seu empenho pela derrocada das instituições locais. Apesar dos compromissos funcionais – lecionar, estudar, presidir a UEE – José Bento arranjava tempo para ler criações como *Quincas Borba*, sobre a qual faz procedentes apreciações.

Antes do término do "Primeiro Tempo", 1945 foi crucial para a mocidade da época. Assinala o fim da guerra mundial com a derrota do nazi-facismo, a queda posterior do Governo Vargas, o início da redemocratização, a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, e, no plano pessoal, a descoberta de Maria Amélia por quem se apaixonou, para casar-se em seguida.

No "Segundo Tempo" têm lugar os amplos espaços dedicados a Milton Campos e Cid Rebelo Horta, falecido tragicamente em um acidente automobilístico. Ambos foram presenças destacadas na consolidação dos princípios morais e intelectuais que virão orientar José Bento nos longos anos de sua vida. No que concerne a Milton Campos, chamam a atenção os acontecimentos que envolvem sua intransigente defesa dos direitos humanos, o restrito respeito aos adversários e, sobretudo, a eliminação – no serviço público das remoções por divergências ideológicas ou partidárias. Nada de atos de vingança contra opositores. Impôs-se uma lição permanente de praxe democrática, em conflito quase sempre com interesses menores de coligados no governo. Rompiam-se de vez os grilhões da censura à imprensa, conquistava-se a liberdade individual e implantava-se o regime da justiça e da lei.

Milton Campos era um liberal, não no sentido do impiedoso jogo do mercado e sim no da evolução não extremada das instituições, conforme o radicalismo francês dos séculos XIX e XX, uma posição não conservadora, benéfica as modificações gradativas, coadjuvante de uma espécie de neo- capitalismo de acentuada perspectiva social. Tanto assim

que é na administração Milton Campos que se dá a primeira ação de planejamento em Minas Gerais, o Plano de Recuperação Econômica, gênese direta da CEMIG e demais iniciativas de vulto, determinantes do desenvolvimento estadual.

Mais que a crônica emotiva de uma convivência de dezenas de anos, as páginas dedicadas ao ilustre mineiro recorrem a depoimentos, artigos de jornais e documentos históricos de uma oportunidade de comprovação que faz jus aos mais credenciados pesquisadores. Dele diz José Bento: "Penso que o saudoso mineiro está por merecer um estudo sério e profundo de seu pensamento político, mostrando a extraordinária dimensão do programa de realizações empreendidas de março de 1947 a janeiro de 1951".

Não é possível, numa resenha simples como esta, detalhar todas as manifestações de amizade de que desfruta José Bento, o exercício do jornalismo como profissão, a atividade político-administrativa e partidária, o emprego como noticiarista na Imprensa Oficial, (onde fez carreira e por duas vezes respondeu pela diretoria da repartição), as reminiscências da Rua da Bahia como centro boêmio e social, a experiência frustrada na advocacia, o ingresso no serviço de Divulgação e Imprensa da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, precursora da moderna siderurgia no Brasil, em que permaneceu até aposentar-se. Foi ali que lhe foi dada a oportunidade de conviver com o jornalista e professor Cid Rebelo Horta, chefe do SDI.

Dele diz o autor: "De perspicaz e arguta inteligência, sólida cultura humanística, competente, honesto e compreensivo, desde logo ele deixou de ser um simples chefe de serviço para se tomar um fraternal amigo. Aqueles atributos eram reforçados por uma simplicidade a toda prova, o que fazia dele um sábio modesto – não fossem modestos todos os sábios".

Há a assinalar as viagens ao exterior e as ocorrências de vários tipos e variadas proporções, causadoras das surpresas, todas elas fascinantes pela originalidade de sua exposição.

Belo Horizonte, proporcionalmente à sua população, é a cidade do Brasil com o maior número de bares. Gerações inteiras tiveram sempre,

como ponto de referencia, um bar ou alguns bares, para congraçamento dos amigos. Para José Bento e companheiros desde a juventude, destaque especial para a Gruta Metrópole, local que se tornaria o "ponto de encontro diário de jornalistas, artistas, professores, poetas e políticos, filósofos, advogados, médicos e dentistas, publicitários, empreiteiros, bicheiros, contrabandistas e banqueiros, estudantes e funcionários, além de outros representantes de variada fauna boêmia da mocidade".

Numa citação a mais: "Não há dúvida de que a Gruta Metrópole teve particular importância na vida da cidade, já que representou um reduto da tradição boêmia da Rua da Bahia. Em plausível exagero poderia ser dito que a Gruta não era propriamente um bar, era antes uma instituição".

"A Gruta foi a mais admirável mixórdia humana que o álcool soube produzir". "A confusão era geral. Discutia-se sobre todos os assuntos: política, esportes, negócios, artes, literatura, jornalismo, filosofia, religião, conhecimentos gerais e particulares, o diabo a quatro, mas tudo na mais santa paz do Senhor. Derrubava-se a ditadura e construía-se o mundo ideal do futuro.

Dissecava-se o último *best-seller* e criticavam-se as instituições falidas.

E calava-se a seleção brasileira de futebol e puniam-se os responsáveis pela irresponsabilidade que grassava. Descarregavam-se os sofrimentos do dia, as angústias da semana e os desesperos do mês. Em compensação, vibrava-se com a vitória do Atlético, com o primeiro prêmio do jogo do bicho, com a derrota do governo na Câmara ou com o lançamento do livro do Murilo Rubião".

Caracterizado o agrupamento a que pertenceu por anos a fio, encerremos a leitura das preciosas evocações elaboradas por José Bento, constatando que o principal mérito de Passageiro do Tempo é a extrema objetividade do seu texto, o senso do humor de que falamos anteriormente. Essas qualidades, a par de um estilo ameno e coloquial, fazem de *Passageiro do Tempo* uma obra brilhante, envolvente e rara pela humanização das peripécias de uma vida. A despeito do apreciável material coletado, os tempos em que se dividem os capítulos têm um tom

de familiaridade, que tomam os fatos narrados, parte integrante da visão pessoal de cada leitor.

Em Passageiro do Tempo desfilam muitos dos maiores nomes da política, da economia, da literatura e das artes de Minas Gerais e do Brasil, personalidades de relevo na construção e testemunhos do processo de desenvolvimento nacional.

José Bento Teixeira de Salles dá-nos, a constância e coerência de suas reflexões e observações sobre o próprio comportamento, ademais da dimensão, de proporções antológicas, do discorrer de seu tempo, que é tempo de nosso país e do mundo. Trata-se da criação de um novo imaginário, que não pode deixar de ser lido.

PINTORES, COMPOSITORES E ESCRITORES

*Carlos Perktold**

Há uma comparação que habitualmente se faz, um consagrado clichê, entre o compositor musical e o escritor, na qual se comprova que o primeiro sempre leva vantagens intelectual e financeira sobre o segundo, porque as pessoas não se cansam de cantar certas canções, os cantores profissionais as gravam geração após geração, enquanto pouquíssimas pessoas leem o mesmo livro duas vezes. Em geral, os leitores olham a capa do livro ou o seu título e declaram "já li", descartando-o e saem de perto dele a cantarolar velha canção, certos de que são poucos os livros que merecem a segunda leitura. A maioria dos livros que não foram lidos na época de seus lançamentos tem pouca chance de leitura posterior. Enquanto isso, por causa daquela frequência de sucessivas gravações, há ainda a vantagem, para o compositor, de que os direitos autorais serem mais generosos que aqueles destinados ao escritor.

Do lado do pintor, pode-se argumentar que é possível fazer serigrafias de seus quadros e óleo, como se elas fossem comercialmente uma espécie de CD do pintor, mas a quantidade editada, seu alto preço e as suas vendas não ocorrem com a simplicidade daquela de um disco e o

* Psicanalista e crítico de arte. Integra a ABCA, AICA e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

seu público é infinitamente menor. A vantagem do compositor é, por certo, muito maior.

Se compararmos os trabalhos das três categorias de intelectuais e artistas na velhice, o compositor, o escritor e o pintor, este último perde para aqueles de maneira cruel. Os dois primeiros fazem um trabalho que o tempo ajuda a aprimorar pela experiência da vida, a chegada da difícil simplicidade, a troca da juventude pela sabedoria, além dos conhecimentos acumulados pela longevidade. Se há ou não indicação biográfica do autor, ninguém relaciona ou associa suas criações com a idade do seu autor ou as percebe com a qualidade diferente daquelas de sempre. Com frequência, elas são até melhores que as realizadas na sua juventude.

Já o pintor, pela falta de destreza manual que a inexorabilidade da vida e o tempo impõe a todos, tende a piorar sua obra. Há exceções, raríssimas. Rembrandt e Picasso são duas delas. A falta de segurança no traço a lápis ou no pincel é visível pelo tremor da mão e o tremido rastro deixado sobre o suporte, resultando em obras que inevitavelmente são comparadas àquelas do passado. Sorte dos artistas como Van Gogh, Pollock, Gauguin, Guignard, Portinari, Modigliani e tantos outros que, morrendo cedo, não tiveram a desvantagem de verem declinar sua vitalidade artística, sua criatividade ou mesmo seus movimentos finos e firmes no pincel ou na mistura das cores, refletidos nas suas obras. Por causa disso, não têm fase ruim nas suas trajetórias. Menos ainda apresentam nas telas algumas composições com cores amargas que certas pinturas de artistas idosos trazem. Nas obras dos pintores que tiveram a sorte da longevidade, o lugar do vigor da juventude de outrora, às vezes, se transforma em um inconsciente amargor da velhice, visível nas composições, nas cores sombrias e na insistência de continuar fazendo mal feito o que outrora foi brilhante. O resultado é desastroso e corre-se o risco de generalizar os trabalhos de uma vida, nivelando-os sempre mais baixo que o merecido. Para má sorte dos seus admiradores, as suas últimas obras pictóricas começam a aparecer no mercado de arte com mais frequência que as primeiras. O motivo é claro: os colecionadores, vendo o fim de carreira do pintor e o que ele está produzindo, retêm o que ele produziu de melhor e as obras primas somem do mercado.

A última fase desses artistas existe como se suas pinturas contivessem a verdadeira face da bela pintura de outrora, mas agora elas são vítimas do tempo devastador. É o fenômeno comparável ao que ocorre com certas jovens que conhecemos no passado e que gradual e imperceptivelmente perdem sua juventude e beleza e, de repente, vemos que elas ou eles estão inteiramente mudados. Ainda os reconhecemos, é verdade, mas com diferentes e mais marcadas feições nas quais procuramos em vão por um lampejo do charme e beleza perdidos. Não faltam exemplos desta hipótese na vida pessoal de amizades de longo prazo, sobretudo se não envelhecemos juntos, nem em obras de grandes pintores consagrados: Renoir nos seus últimos trabalhos beirava a vulgaridade; Braque caiu em armadilhas de pequenas confusões; Derain afundou-se no convencional; Salvador Dali tornou-se apenas um fabricante em série do que ele chamava de arte, pensando em dinheiro com tanta intensidade que, maldosamente e já em 1938, André Breton fez de seu nome os cruéis anagrama e apelido de *Ávida Dollars*; Kandinsky repetia-se a si mesmo sem cessar e De Chirico era incapaz de imitar-se a si mesmo. É nesta fase que a vida demonstra ser pouco generosa com o pintor e altruísta com o escritor e/ou o compositor.

Admiradores de certos pintores ficam perplexos de ver seus trabalhos se afundando na baixa qualidade e perguntando por que alguém da família não protege a obra do pai, do tio ou do avô. Preferem deixá-lo destruir sua imagem de grande artista com enorme produção sem valor algum. Há casos nos quais os familiares forçam o parente pintor a se levantar mais cedo que o habitual apenas para ele ter mais tempo para produzir mais, enriquecendo seus herdeiros e empobrecendo seu legado. E nem são somente os familiares e pressionar o artista a produzir mais e pior. *Marchands* natural e comercialmente e preocupados com suas vendas insistem com novos pedidos, pressionando o pintor a fazer o que ele não consegue mais. Por certo, todos precisam ganhar a vida, mas presume-se que o artista que chegou à longevidade tenha patrimônio ou renda para garantir sua subsistência sem precisar trabalhar com tanto afinco.

Para evitar constrangimentos dessa natureza, todo pintor deveria fazer o que fez o consagrado artista Arcângelo Ianelli. Ao longo de sua

vida, ele separou vários quadros de diferentes fases, tamanhos, cores, técnicas, todos de alta qualidade e mantidos pela família. Alguns ele não vendia por preço algum. Durante sua existência, nunca precisou pedir emprestado trabalhos pertencentes a colecionador para participar de retrospectiva: grandes e numerosas obras primas estavam guardadas em seu próprio atelier. A sua última retrospectiva na Pinacoteca de São Paulo em 2002 foi composta de quadros exclusivamente da família. Ianelli tinha consciência de seu valor e sabia da importância de seus trabalhos e considerava as vendas importantes, mas o dinheiro estava longe de ser o principal. O artista que não manteve um acervo de suas próprias obras e está no fim de carreira é visto pela família como uma máquina de fazer dinheiro que perdeu o poder de produzir e que, a todo custo, deve funcionar em tempo integral com o restante da força que ainda lhe resta. Nada mais destrutivo a médio prazo para sua carreira.

Quem não conheceu os trabalhos deles do passado e vê os novos sem o vigor, a vitalidade e a beleza dos anos da juventude e os compra cai numa espécie de provocada e inconsciente armadilha pictórica, perceptível depois quando vê as primeiras obras e registra a enorme diferença de qualidade artística entre os períodos de vida e de produção. Nada mais frustrante para o colecionador e nada mais constrangedor para o *marchand*, cobrado posteriormente pelos seus clientes.

O artista, jovem ou velho, precisa produzir e viver de seu trabalho e aguardar quem o reconheça e o compre, mas, assim como outras atividades profissionais, há um momento no qual ele precisa e deve parar, caso contrário corre o risco de ser (re)conhecido pelo que deixou de melhor e de pior.

ESPETÁCULO ÓPTICO NO IMAGINÁRIO DE FRANZ KAFKA

*Onofre de Freitas**

– I –

O TEXTO[1]

"MENINOS NA ESTRADA"[2]
(CONTO)
FRANZ KAFKA (1883-1924)
TRADUÇÃO
(Parafraseada)

Um narrador em primeira pessoa, que não se identifica, segue dizendo:

---

* Professor universitário e advogado. Presidente de O ATENEU – Centro Mineiro de Estudos Literários.

[1] **NOTA INTRODUTÓRIA (desnecessária e pretensiosa)**
Faz já certo tempo. Eis o que me aconteceu:
Entrei no Edifício Maleta com outro objetivo. Mas ao passar frente a uma livraria vi uma banca posta no *hall*, cheia de livros amontoados. E uma tabuleta dizia: "*A escolher: R$1,00 a unidade.*" Decidi visitar a banca, examinar (alguns volumes, bem encadernados, bonitos). Comecei a revolver o monte. Obras desconhecidas, publicações vulgares, "encalhados" sem interesse. Embaixo, sufocado pelos outros, descobri um volume branco, fininho, envolto num plástico transparente. O titulo logo apareceu "***NIÑOS DE LA CARRETERA***". Trouxe-o à tona. Pude logo identificar: **Franz Kafka**. ***Traducción del alemán, prólogo y notas por Oscar Caeiro***. **Buenos Ayres: Editorial y Libreria Goncourt, 1977.** Que achado! Comprei o livro: paguei um real! Assim nasceu este artigo, ora dado a público.

"Eu ouvia como passavam os coches junto à grade do jardim. De tempo em tempo eu os via através dos claros da folhagem que balançava ligeiramente. Como rangiam no claro verão a madeira dos raios de suas rodas e dos seus varais. Vinham dos campos os obreiros e riam escandalosamente.

"Eu estava sentado em nossa pequena rede e descansava entre as árvores, no jardim da casa de meus pais.

"Diante da grade não parava o desfile. Meninos passavam rapidamente na estrada. Passavam também carros abarrotados de trigo, com homens e mulheres sentados sobre os feixes e fardos, e projetavam sombras sobre as folhagens.

"Já entardecia quando reparei num velho senhor que passeava apoiando-se no seu bastão. Umas meninas que vinham, de mãos dadas, porém em sentido contrário ao dele, saudando-o, se desviaram para o lado onde havia uma touceira de plantas.

"Logo voaram pássaros como assustados e chilreantes. Eu os segui com a vista, vi como num instante alcançaram o alto, até que já não pude mais saber se eles é que subiam, ou se eu é que caía. E segurando fortemente as cordas da rede, comecei a me balançar um pouco. Logo me balancei mais e mais, quando o ar já soprava mais fresco e, em vez de pássaros que voavam, apareceram estrelas cintilantes.

"Ceei à luz de velas. Muitas vezes apoiei os dois braços sobre a mesa e, cansado, mordia o meu sanduíche. As cortinas, escancaradas, enfunavam-se com o vento quente e, de vez em quando, um dos que passavam pela estrada, afastavam-nas com as mãos para poder me ver melhor ou falar comigo. Por fim logo se apagava a vela e, no meio da fumaça escura que deixava, agitaram-se durante certo tempo os mosquitos que se juntaram. Se alguém falava comigo através da janela, eu o olhava com indiferença como se estivesse contemplando as montanhas, ou simplesmente o ar, e ele nem ao menos parecia fazer questão de uma resposta.

"Se saltava alguém por sobre o peitoril da janela e anunciava que os outros, todavia, estavam em frente à casa, então me deparava suspirando.

" *"– Não, por que suspiras assim? Que te aconteceu? Trata-se de alguma desgraça especial que não se pode reparar? Nunca vamos poder remediar isso? Realmente está tudo perdido?"*

"Nada estava perdido. Corremos para diante da casa. *"– Graças a Deus, haveis chegado!" "– Sempre chegas tarde demais!" "– Quem? Eu?" "– Sim, tu! Fica-te em casa se não queres vir." "– Ó destituído de misericórdia!" "– Quê?, eu sem misericórdia? Que dizes?"*

"Em nossas cabeças parece que se finou a tarde. Já não percebíamos nenhuma diferença entre o dia e a noite. Ora se atritavam entre si os botões dos nossos casacos como dentes, ora corríamos a uma distância sempre igual, expelindo fogo pela boca como os animais nos trópicos. Como cavalos nas guerras antigas, dando patadas no solo e saltando no ar, empurrávamo-nos uns aos outros ladeira abaixo pelas ruelas, e, com este impulso que tínhamos já nas pernas, voltávamos a subir para a estrada. Alguns saíam para o acostamento, e, mal acabavam de desaparecer na escuridão do abismo, já estavam como gente estranha no caminho acima e olhavam para baixo.

" *"– Vamos, descei!" "– Vinde primeiro vós aqui pra cima!" "– Para que nos empurreis pra baixo? Nunca! Nem pensar! Somos todavia bastante espertos!" "– Quereis dizer que sois covardes. Mas vinde, vinde!" "– Realmente? Vós aí? Justamente vós nos ireis empurrar? Vamos ver.""*

"Partimos para o ataque; eles nos rechaçaram, empurrando-nos pelo peito e, ao cairmos, ficamos estendidos, sem nenhuma reação, sobre o pasto do acostamento. Tudo estava uniformemente quente, não sentíamos nem frio nem calor, só muito cansaço.

"Se alguém se virava para o lado direito e punha a mão sob a orelha, sentia então vontade de adormecer. Outro queria por certo erguer-se de novo de queixo para cima, porém tornava a cair numa vala mais profunda. Nesse ínterim, alguém, estendendo os braços para o alto e agitando as pernas, ameaçava saltar no ar, mas acabava caindo numa vala bem mais profunda. E ninguém queria terminar com isso.

"Somente se pensava, então, em como na última vala este se esticaria todo, o mais que pudesse, especialmente as pernas, para dormir,

enquanto aquele se mantinha estendido, pronto para chorar, como um enfermo, sobre o ombro de alguém. Havia quem se assustava quando algum dos meninos, apoiados os cotovelos sobre os quadris, saltava por cima de nós, deixando ver as solas escuras dos sapatos, desde o barranco até o meio da rua.

"A lua já ia alta. À sua luz passava um coche do correio. Um vento brando soprava por toda parte, era sentido até dentro das valas e, nas cercanias dali, começava o bosque a murmurar. A esta hora ninguém já se importava por estar só.

"*"Onde estais?" "Vinde aqui!" "Todos juntos!" "Para que te escondes?, deixa de fazer loucuras!" "Não sabeis que o correio já passou?" "Não me digas!, já passou?" "Provavelmente, passou enquanto dormias." "Eu dormi? Nada disso!" "Cala-te, está se vendo em tua cara." Contudo, por favor." "Vinde!""*

"Corremos muito juntos, alguns se davam as mãos, não era possível levantar a cabeça o suficiente, porque esta pesava para baixo. Alguém soltou um grito de índio, disparamos num galope como nunca; quando saltávamos, o vento como que nos levantava pela cintura. Nada teria podido nos deter: corríamos de tal maneira que, ainda quando nos ultrapassávamos, podíamos cruzar os braços e nos virar tranquilamente para olhar.

"Paramos na ponte sobre a correnteza; os que tinham ido além, recuaram. Embaixo a água golpeava contra as pedras e raízes, como se não estivesse anoitecendo. Não havia nenhum motivo que impedisse que esse ou aquele saltasse por sobre o vão da ponte.

"Na distância, por trás da mata, passava um trem; todos os vagões estavam iluminados, abertos os vidros das janelas, e baixados certamente. Um dos nossos pôs-se a cantar uma canção popular; porém todos nós queríamos cantar. Cantávamos muito mais rápido do que o trem que passava, agitávamos os braços porque só a voz não bastava; provocamos com nossas vozes um tumulto, com o que nos sentíamos bem. Quando a gente junta sua voz com outras vozes, a gente parece estar fisgado por um anzol.

"Assim cantávamos, tendo o bosque à nossa retaguarda e vendo os viajantes à distância. Na aldeia, porém, os adultos velavam, as mães preparavam as camas para a noite.

"Já era tempo. Beijei aquele que estava ao meu lado, estendi as mãos para os três que estavam mais próximos, e comecei a correr de volta pelo caminho; ninguém me chamou. Na primeira encruzilhada, donde já não podiam me ver, virei e, através de alguns atalhos, me embrenhei na estrada e no bosque. Tencionava eu ir à cidade que ficava ao sul, a respeito da qual se dizia em nossa aldeia:

– "Ali há gente! Imaginem só: eles não dormem."

– "E por que não?"

– "Porque são néscios."

– "Os néscios não se cansam?"

– "Mas... como haveriam de se cansar os néscios?""

(Traduxit Onuphrius a Freitas)

– II –

UMA LEITURA POSSÍVEL

(O) ESPETÁCULO ÓPTICO NO IMAGINÁRIO DE FRANZ KAFKA

> *"Tout le fantastique est rupture de l´ordre reconnue, irruption de l´inadmissible au sein de l´inaltérable legalité quotidienne."*[3]
>
> Roger Caillois
>
> (*Au coeur du fantastique*. Paris: Gallimard, 1965, p. 191.)

Franz Kafka me parece o exemplo mais perfeito de quem sabe, ou consegue, demonstrar que no cotidiano mais simples é que acontece o estranho mais inquietante. Otto Pick[4], numa resenha bibliográfica para uma revista berlinense, reconhece que Kafka possuía a virtude de transformar o cotidiano em extraordinário e fazer-nos conviver com o fantástico. Envolta embora numa linguagem singela e espontânea, a realidade no entanto adquire, na obra kafkaniana, um dinamismo interno, sofre inesperadas transformações.

Referindo-se a seus próprios textos, o próprio Kafka explica como os via: "*súbitos raios de luz que penetram numa infinita confusão, e é necessário colocar-se bem próximo para ver algo."*[5]

"*... ver algo.*» – detenhamo-nos na consideração deste aspecto.

---

[3] *«Todo fantástico é ruptura da ordem reconhecida, irrupção do inadmissível no seio da inalterável legalidade cotidiana.»*

[4] Apud CAEIRO, Oscar. In: KAFKA, Franz. *Contemplación.* Traducción, prólogo y notas por Oscar Caeiro. Buenos Ayres:Editorial y Libreria Goncourt, 1977. p. 11.

[5] KAFKA, Franz. Opus cit., p. 10.

"*MENINOS NA ESTRADA*" é o texto de abertura da primeira obra publicada por Kafka, intitulada em alemão "*BETRACHTUNG*", ou seja: "*CONTEMPLAÇÃO*"[6]. Por que este título para uma coletânea de escritos, na sua maioria textos breves, alguns de menos de página? Informa-nos Oscar Caeiro[7] que o próprio Kafka hesitou sobre como deveria chamar a estas suas primeiras produções, para defini-las formalmente. Vacilou entre "*STÜCKE*" ("*Fragmentos*") e "*KLEINE PROSA*" ("*Pequena Prosa*"), mas afinal optou por "*BETRACHTUNG*" ("*Contemplação*"). Consoante observação do mesmo crítico argentino Oscar Caeiro[8], parece evidente o caráter de miniaturas, para recalcar não apenas a pequenez senão ainda a esmerada elaboração dessas narrativas. Dir-se-á que são rápidas *olhadelas* para o mundo, *instantâneos* do cotidiano, *momentâneas visões* do real. Estaria assim justificada a escolha do título? Vejamos:

Reza o dicionário do Aurélio:

"**Contemplar**. (Do lat. *contemplare*.) V. t. d. 1. Olhar, observar, atenta e embevecidamente;" etc.

"**Contemplação**. (Do lat. *contemplatione*.) S. f. 1. aplicação demorada e absorta da vista e do espírito."

Ao que se percebe, o título se justifica pela própria denotação do vocábulo '**Contemplação***'*, sem mais indagação de ordem interpretativa: Kafka foi objetivo e direto, para informar o leitor de que a presença de uma "*inquietante estranheza*" que desponta do real não era senão a sua maneira de '*ver'* o cotidiano das coisas.

Esse "*UNHEIMLICH*" de que se entretece a literatura fantástica e para o qual nos alerta a perspicácia de Freud[9] (quando analisa "o homem da areia", de Hoffmann) corresponde, pois, a uma maneira de *'ver'* e de *'narrar'*.[10]

---

[6] Usarei para referências o texto da minha tradução, que antecede este artigo.
[7] KAFKA, Franz. Opus cit., p. 9.
[8] Idem, ibidem.
[9] FREUD, Sigmond. O estranho. In: _____ . *Obras completas*. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 275-314.
[10] Sobre a ' incerteza intelectual' levantada por Ientch como condição fundamental do fantástico, ver FREUD, S. Opus cit. p. 275-314. Consultar, também, sobre a questão da 'hesitação do herói e do leitor': TODOROV, Tzvetan. In: ____ . *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 29-183.

Tomemos para exemplo o primeiro dos textos da citada obra – *MENINOS NA ESTRADA*:

Tendo-se em mira a enunciação do fantástico, este texto pode ser dividido em três módulos, a saber:

– o *primeiro*, do início até "*escandalosamente*" (compreendendo o *1º parágrafo*;

– o *segundo*, de "*Eu estava...*" até "*... estrelas cintilantes*" (do *2º* ao *4º parágrafo* inclusive;

– o *terceiro*, de "*Ceei à luz de velas*." até o final (do *5º* ao *20º parágrafo*).

O *primeiro módulo* firma o contexto, enfocando a *solidão* e *prisão* do herói-narrador em seu próprio lar paterno. O *segundo* concerne à *transição* do real para o irreal. O *terceiro* contém todo o elemento de "*inquietante estranheza*" que torna o texto classificável dentro da série 'fantástica'.

Trata-se de uma narração-descrição (Importante: é descrito *o que se vê*) em primeira pessoa, em que o eu-narrador (*intradiegético*[11]) relata uma experiência (conhecimento através dos sentidos), inicialmente *auditiva ("Eu ouvia...")* mas, em seguida, puramente, exclusivamente, *visual ("De tempo em tempo eu os via através dos claros da folhagem que balançava ligeiramente.").*

Enquanto só *auditiva*, tal experiência nada encerra de extraordinário. A partir, porém, do momento em que se converte em "*Contemplação*" do real, tudo se transforma em "*súbitos raios de luz*", numa visão para além do '*aqui'* e do 'a*gora'*, num plano de fantasia de que decorre para o narrador (e para o leitor implícito[12]) uma "*inquietante estranheza*" como consequência da "*incerteza intelectual"*[13] que se estabelece.

Eis a situação:

O narrador é uma criança mantida só e presa dentro de casa pelos pais. Através da janela, observa a rua por onde "*passavam os coches*

---

[11] Na classificação de ?, o 'narrador-personagem', que participa da história.

[12] "*Leitor implícito*"; aquele que o escritor tem em mente, enquanto escreve. Quem escreve pensa em alguém que o lerá.

[13] CAEIRO, Oscar. In: KAFKA, F. Opus cit. p. 12.

junto à grade do jardim". A percepção do real é através do ouvido: "*Eu ouvia como passavam os coches junto à grade do jardim*". Só de quando em quando podia "*vê-los*" através dos claros da folhagem, ligeiramente movida pelo vento. As sensações que preponderam são, porém, as auditivas: o ranger da madeira *("Como rangiam no claro verão a madeira dos raios de suas rodas e dos seus varais.")*. No primeiro instante narrativo tem-se um quadro normal do cotidiano, descrito a partir dos elementos de percepção auditiva. Vem um segundo instante quando o narrador se descreve descansando numa rede, entre as árvores. Portanto, já no jardim, mais próximo da rua, e agora em condições de "*ver*". Então, o narrador concentrará a sua atenção na passagem de algumas meninas que, ao cederem o caminho a um senhor com quem cruzam, esbarram numa touceira de plantas, espantando os passarinhos que ali se abrigavam. Até aqui a descrição – com excesso de pormenores – serve ao "*efeito de real"* que o autor quer produzir, um real bastante cotidiano, sem nenhuma caracterização extraordinária. É o vôo dos pássaros o elemento essencial da transição que se vai operar na *visão* do narrador (e na do leitor implícito): *"Logo voaram pássaros assustados e chilreantes, eu os segui com a vista, vi como num instante alcançaram o alto."* É a observação do voo dos pássaros que vai estabelecer no narrador o grau de "*incerteza"* suficiente para instaurar o fantástico na sua narrativa: ele já não sabe se os pássaros estavam "subindo" ou ele "caindo": "*Eu os segui com a vista, vi como num instante alcançaram o alto, até que já não pude mais saber se eles é que subiam, ou se eu é que caía."*

No final desta segunda parte da narração, haverá uma alternância de planos de visão, uma substituição do real pelo irreal, uma passagem do consciente para o inconsciente, entrando o narrador (e o leitor implícito) no domínio puro do fantástico – o que é precedido por sugestiva informação do ´balanço na rede´, que pode ter como efeito uma vertigem[14]: *"E segurando fortemente as cordas da rede, comecei a me balançar um pouco. Logo me balancei mais e mais, quando o ar já soprava mais fresco e, em vez de pássaros que voavam, apareceram estrelas cintilantes."*

---

[14] sensação de que tudo em volta gira e de que se está a girar: perda da consciência.

O olhar que segue os pássaros na fuga para o céu substitui o objeto de sua "*Contemplação*" real pelas "*estrelas cintilantes"*, simbolizando, neste processo permutativo, a troca pelo objeto do desejo, a transferência do real para o irreal.

Observa Hélène Cixous que "*Os limites do estranho são da ordem do recalque e dos sentimentos positivos*".[15] Tal afirmativa permite-me compreender que o "*UNHEIMLICH*" é a resposta ao desejo recalcado e a liberação dos impulsos inconscientes na explosão imaginativa. Em outros termos, e aclarando o meu pensamento, quero dizer que o fantástico parece ser o fluxo da imaginação a partir da impulso de um desejo recalcado. É dessa maneira que consigo explicar o *estranhamento* instaurado no real pelo olhar do herói-narrador. A partir daí (começo da fantasia), bem mais do que no início da narração-descrição, implanta-se a categoria do *movimento* (as personagens se deslocam em ações contínuas num espaço aberto), em oposição à *imobilidade* real do herói em sua prisão solitária. Tudo é *passagem*, ou *viagem* (o coche do correio, o trem, a própria lua no céu), e induz ao desejo de libertação em que se traduz o recalque do menino-prisioneiro em casa de seus pais.

Não percamos de vista que o narrador é uma criança (adolescente?) que padece de solidão, vivendo na casa paterna como numa cela entre grades. Ao desejo de companhia de outras crianças de sua idade e ao desejo de poder sair pela estrada em busca dessa companhia e dos folguedos de infância corresponderá a própria alucinação que é vivida na terceira parte: seu encontro com os meninos na estrada e todo o desenrolar do "jogo" entre eles e o narrador, até o final.

Quando se despede dos companheiros, o herói-narrador não volta para casa (sua prisão e solidão), mas toma o caminho que leva à cidade do sul, cujos habitantes não *dormem*, porque não se *cansam*, e não se *cansam*, porque são *néscios*[16].

---

[15] Remeto novamente a Ientch e Todorov. Ver *nota 9*.

[16] Entendo esta passagem como alusão à ideia sugerida de que só os simples é que são verdadeiramente livres e felizes, porque eles não racionalizam.

Kafka revela consciência irônica do texto que pratica. Parece que ele quer transmitir a noção do "*estranho"* como uma emanação, não do "*sobrenatural",* mas como algo que irradia da "*Contemplação"* do próprio natural e cotidiano. Consegue concretizar seu objetivo, com especial habilidade, através do *"efeito de real"* produzido por certos expedientes realistas: *primeiro*, por via da *descrição minuciosa da cena*, enunciando pormenores sem nenhum interesse para o desdobramento narrativo; *segundo*, por uso do *discurso direto* (alternando o "*telling*" com o "*showing*", de acordo com a distinção estabelecida por Percy Lubbock), cujo propósito só parece tornar mais real a cena.[17] O primeiro recurso (*descrição minuciosa*) constitui a essência das duas primeiras partes de nossa divisão do texto. Aparece, subsidiariamente, na terceira e última parte, na qual o *"efeito de real"* está produzido, sobretudo, pelo processo do *showing* (discurso direto). Aliás, o texto se encerra com um diálogo (entre o narrador e o leitor implícito), fazendo perdurar o *"efeito de real"* como reforço para o clima de *"inquietante estranheza"*.[18]

Pelo menos neste conto de Kafka, entendo que o fantástico possa ser entrevisto como o fluxo da imaginação a partir da força de um desejo recalcado. Como o interpretaria Freud, é o reprimido que retorna. Comprovo:

Trata-se de um *eu-narrador intradiegético* que começa por sugerir a sua condição de criança solitária contida dentro dos muros da casa paterna. É, entretanto, através de uma visão alucinatória que ele – o herói – se liberta da sua prisão e ultrapassa as grades do jardim e se integra na turma dos "*MENINOS NA ESTRADA*", para viver a liberdade e o prazer da companheiragem e dos folguedos infantis. A cena do trem iluminado (assim como a passagem do correio) reflete a fantasmagoria do desejo de fuga, e explica (e se harmoniza com) a decisão do herói, que, em vez de

---

[17] Sobre o *telling* e o *showing*, como processos de instituir/constituir o real, consultar: WARNING, Rainer. Le discours ironique et son lecteur: l'exemple de Flaubert. In: DALLENBACH, L. & RICARDOU, J. (dir.). *Problemes actuels de la lecture*. Paris: Ed. Clancier-Guénaud, 1982. p. 123-131.

[18] Sobre o '*efeito de real'*, consultar BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 158-165.

retornar a casa, toma o caminho da "*cidade que ficava ao sul, a respeito da qual se dizia em nossa aldeia: – "Ali há gente! Imaginem só: eles não dormem."*

Parece correto, pois, segundo o mesmo Freud[19], aliar a alucinação do herói ao seu conflito íntimo de castração. Sua decisão de dirigir-se para a "*cidade dos néscios"*, em lugar de retornar à casa paterna, confirma o desejo de não submeter-se ao processo castrativo. O *"ser néscio"*[20] é o não conhecer a castração do desejo, é o não acatar a '*lei do pai'*, é, em conclusão, o reintegrar-se na mãe, o preencher a falta. Tais elementos interpretativos remetem a problemática do herói ao complexo edipiano.

Ante o exposto e demonstrado até aqui, inclino-me para aceitar a tese do fantástico como uma maneira de ver e de narrar, como propõe Bellemin-Noël em "*Notes sur le fantastique*"[21], podendo surgir do próprio cotidiano (conforme alguns autores) – o que, aliás, constitui a aludida particularidade estilística de Kafka.

Se o fantástico é, pois, uma maneira de "ver", é o olhar que engendra esse universo do "*UNHEIMLICH*", essa irrupção da fantasmagoria, ou bem: o espetáculo óptico no imaginário. Tal como ocorre na obra de Franz Kafka, em especial, conforme o demonstrei, em "**MENINOS NA ESTRADA**".

---

[19] Opus cit.

[20] Afirma Freud que "o próprio medo da castração não contém outro significado, nem outro segredo mais profundo do que um justificável medo de natureza racional". (Opus cit.. p. 289). Eis por que sou levado a relacionar o "*ser néscio*" com a "*não castração*".

[21] BELLEMIN-NOËL, J. Notes sur Le fantastique (Texte de Théophile Gautier. In: *Littérature* (8), déc. 1982. p. 3-23.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BELLEMIN-NOËL, J. Notes sur *Le fantastique* (Texte de Théophile Gautier. In: *Littérature* (8), déc. 1982.

CAILLOIS, Roger. *Au coeur du fantastique*. Paris: Gallimard, 1965.

FREUD, Sigmond. *O estranho.* In: ___ . *Obras completas*. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAFKA. Franz. *Contempação*. Traductión del alemán, prólogo y notas por Oscar Caeiro. Buenos

Ayres: Editorial y Libreria Goncourt, 1977.

TODOROV, Tzvetan. In: ___ . *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

WARNING, Rainer. *Le discours ironique et son lecteur: l'exemple de Flaubert*. In: DALLENBACH, L. & RICARDOU, J. (dir.). *Problemes actuels de la lecture*. Paris: Ed. Clancier-Guénaud, 1982. p. 123-131.

PÁGINAS AMARELADAS: "HISTÓRIA ALEGRE DE BELO HORIZONTE", CONTADA POR DJALMA ANDRADE

*Maria do Carmo de Oliveira Moreira dos Santos**

Em aventuras como essas, prodigalizei e consumi meus anos. Não me parece inverossímil que em alguma prateleira do universo haja um livro total; rogo aos deuses ignorados que um homem – um só, ainda que seja há mil anos! – o tenha examinado e lido. Se a honra e a sabedoria e a felicidade não estão para mim, que sejam para outros. Que o céu exista, embora meu lugar seja o inferno. Que eu seja ultrajado e aniquilado, mas que num instante, num ser, Tua enorme Biblioteca Se justifique. (Jorge Luis Borges)

Enveredar pela "enorme biblioteca" e se aventurar por inúmeros escritos adormecidos, guardando em segredo histórias e relatos de outros tempos, é sempre algo fascinante. Foi entre páginas e páginas amareladas que me deparei com as crônicas do escritor/poeta/jornalista, Djalma Andrade. Djalma Andrade nasceu em Congonhas-MG, em 2 de dezembro de 1892 e faleceu em 5 de maio de 1975. Estudou Humanidades na

---

* Mestre em Literaturas de Língua Portuguesa, pela PUC-Minas, com o trabalho intitulado, "Imagens Urbanas: uma leitura dos signos da cidade contemporânea no espaço narrativo de João Antônio e Luiz Ruffato". Doutoranda em Literatura Brasileira, com o projeto de de tese "Carlos e Mário": análise de suas correspondências sob a perspectiva do público e do privado".

Universidade Federal de Ouro Preto, formou-se também em Medicina na UFMG. Bacharelou-se em Direito, pela mesma Universidade, em 1915. Atuou como jornalista em muitos jornais e revistas de Belo Horizonte. No Estado de Minas, assinava uma coluna intitulada, "História Alegre de Belo Horizonte". Foi também professor de História e Literatura pela UFMG. Membro da Academia Mineira de Letras (cadeira no. 9, 1944) e Membro Honorário da Academia de Letras de Lisboa.

A partir da pesquisa, "Intelectuais e vida pública", coordenado pela Profa. Dra. Maria Zilda Cury (UFMG) e pela Profa. Dra. Ivete Lara Camargos Walty (PUC-Minas), surgiu a ideia de desenvolver um estudo sobre Djalma Andrade, a fim de investigar sua atuação como um intelectual. Optei por fazer um recorte na obra do escritor, privilegiando as crônicas, publicadas no *Estado de Minas* na coluna intitulada, "História Alegre de Belo Horizonte".[1]

Além das crônicas, Djalma Andrade escreveu: "Poemas para as escolas", "Versos escolhidos e Epigramas", "Vinha Ressequida", "Brasil ditosa Pátria", "Poemas de ontem e de hoje", "Cartuchos de Festim", obra esta que lhe valeu alguns anos de prisão, pelo seu teor crítico à ditadura brasileira. Todas as obras citadas foram localizadas em bibliotecas, menos "Cartuchos de Festim" que pelas informações teve tiragem pequena e exemplares apreendidos.

Pelo contato com a obra do autor, através de suas crônicas, dá para inferir que, não menos satírica, a escrita de "Cartuchos de Festim" provavelmente incomodou a muitos, o que pode ter sido a razão para sua apreensão. Em outra ocasião, o Presidente Artur Bernardes mandou prender Djalma Andrade por ter produzido um jingle que fazia insinuações

---

[1] Todas as citações referentes a crônicas foram retiradas do jornal *Estado de Minas.*
Numa primeira pesquisa, constatei que esta coluna aparece a partir de 1947 até os primeiros meses de 1954, não aparecendo em agosto/54.
1947 - a coluna aparece na p.7, dividida em 2 partes: sátiras em forma de trovas e um relato de algum fato, do dia ou não;
1952 - a coluna foi transferida para a p.4, parte baixa da página, continuando com a mesma configuração;
22/7/52 - mudança na diagramação: coluna destacada com moldura, no alto da p.4, continuando com as 2 partes.

sobre a sexualidade do presidente. Assim diz a letra: "Quando à cova ele desceu/ inteiramente despido/ Disse o verme a outro verme/ Não como, já foi comido." De forma às vezes bem humorada, outras em um tom bastante irreverente, o autor critica a elite de sua época. Assim, a tessitura das crônicas, publicadas na coluna "História Alegre de Belo Horizonte", não escapa a esse tom provocativo, próprio do escritor.

Ao perceber Djalma como crítico de sua sociedade, algumas questões complexas surgem e exigirá um estudo minucioso, quais sejam: Se os intelectuais, segundo Sérgio Miceli, possuem uma relação tensa com a classe dominante, pois parece "servir sem servir, fugir, mas ficando, obedecer negando, ser fiel traindo"(p. 72), e isso constitui uma contradição; de que maneira posso pensar Djalma Andrade na esteira desses intelectuais que também, como define Sartre (1984), seria por essas mesmas contradições, um "monstro"? De que maneira em seu discurso pode perceber seus conflitos ideológicos? Esse intelectual corresponde às expectativas ditadas pelos interesses das classes dominantes entre elas a própria igreja, já que seu discurso é atravessado por sua formação religiosa na Igreja Católica?

Falar de Djalma Andrade, ou, em alguns momentos, "falar por", é uma forma de lembrar o que foi esquecido por um determinado grupo ou geração e de narrar o desconhecido para muitos. Recuperar textos e montar percursos através dos diversos fragmentos recolhidos é uma maneira de "cuidar da memória" dos que contribuíram com a construção da história coletiva, neste caso específico, da história literária e cultural mineira. Nesse ínterim, remexer as crônicas arquivadas e amareladas desse escritor significa realizar o papel de reconfigurar um passado, de recuperar e de transmitir uma história que se mostra fragmentada e que, assim, se configura como uma falta, uma ausência.

Para Derrida (2001), o arquivo tem um lugar, um lugar da falta originária e estrutural da chamada memória. Derrida define que além de escolher o espaço físico para guardar o material, os arcontes também interpretavam os arquivos. Nessa função árquica, o arquivo abriga, dissimula, reúne signos. Dessa maneira, o resgate do trabalho e da atuação de Djalma Andrade na cena pública permite discutir e refletir sobre

questões que ajudam a compreender um dos períodos da nossa história cultural. Como não há um acervo, um arquivo constituído do escritor/cronista/poeta, torna-se necessário fazer o levantamento dessa memória, que se mostra ainda tão fragmentada. O trabalho com fontes primárias envolve toda uma pesquisa para construção do objeto a partir do qual irá debruçar o pesquisador. O trabalho com fontes primárias, escreve Cury (1993), "significa (..) a reconstrução – ainda que impossível na sua totalidade - de um material fragmentado, espedaçado, lacunar, sujeito às intempéries da história, do fogo do tempo, dos vazios da memória e dos buracos das páginas." (p.80).

Todo esse percurso torna-se pertinente uma vez que, como defende Derrida (2001), a palavra arquivo, apesar de apontar para o passado, também indica o futuro. Segundo esse autor, o trabalho de resgate do passado abre a possibilidade da construção de um futuro menos amnésico e de construir, no presente, a possibilidade de reviver o passado em um futuro próximo. Nessa mesma linha de pensamento, Cury (1995), diz que o olhar para trás possibilita a compreensão do nosso presente, porque "o que é arquivado revela-se como espaço que abriga a produção viva que se resgata para a iluminação do presente". (p.56). Em trabalhos desta natureza, isto é, os relativos a fontes primárias, o pesquisador vê-se na contingência de "criar" seu objeto de análise. Diferentemente do livro já pronto, o pesquisador de acervos, de jornais, e revistas, necessita desta manobra, que também se faz um trabalho criativo, uma vez que o ato de arquivar significa manter viva uma história, um período, uma produção e faz "re-circular" discursos.

Agora, "entrando no bosque" literário de Djalma, este estudo comenta a configuração das crônicas desse autor. Em primeiro lugar há que se precisar o período que durou a publicação das crônicas intituladas "História Alegre de Belo Horizonte", que começou em 13/4/1947 e durou pelo menos até 1954. Uma pergunta está ainda sem resposta: Essa coluna retorna depois de 1954, em outro jornal? Além dessa pergunta outras foram surgindo a partir das primeiras pesquisas na hemeroteca do Arquivo Mineiro e na biblioteca da Academia Mineira de Letras, como por exemplo: O que lia Djalma Andrade? Existe ainda a sua biblioteca

particular? O que anotava e como seria a sistematização da feitura das crônicas? Mas, tudo isso faz parte de um projeto que não morre com esta publicação. Há muito que se pesquisar sobre esse autor intrigante pelo seu humor crítico.

É interessante notar, além do teor crítico de suas crônicas, a particularidade da estruturação do texto nas colunas, "História Alegre de Belo Horizonte". Na primeira parte, Djalma Andrade traz um fato do dia, relatando um acontecimento social e/ou político e, logo depois, constrói trovas, satirizando o fato:

> "Noticia do dia: o senhor Ademar de Barros foi vaiado no Maranhão; o Sr. Góis Monteiro explicou as conversas que manteve com o Sr. Dalton Coelho, líder populista: o Sr. Bias Fortes pede prudência aos chefes de partidos; o Sr. Cristiano Machado foi aplaudido em Uberlândia; o Sr. Juscelino Kubitschek, com grandes probabilidades ao eixo, percorre o Estado fazendo propaganda de sua candidatura.
>
> Protestos e tempo quente./ Que a hora é de confusão:/ Ademar foi brutalmente/ Vaiado no Maranhão.
> Afastando um caso sério,/ Em alto, claro e bom tom,/ O Góis desfaz o Mistério/ Das conversas com Danton.
> Na defesa da decência/ Do regime e tudo o mais,/ O Bias pede Prudência/ Aos cabos eleitorais.
> Já que lutar é preciso/ Em rude e doida carreira/ Cristiano com um sorriso/ Empolga Uberlândia inteira.
> Entre foguetes e bandas,/ De Euterpes Municipais/ Juscelino, velas pandas/ Percorre Minas Gerais." (5/8/50)

Numa segunda parte da crônica, o autor relata outros fatos acontecidos no dia em que a crônica é publicada ou, pelo contrário, conta histórias do passado:

> "Noticiam os jornais que o sr. Getulio Vargas não adotou a hora de verão. Seu relogio[2] está uma hora atrasado. Acreditam alguns que o ex-ditador assim procede para demonstrar que não deseja acertar o seu relogio com o do general Dutra. O fato não tem importancia já que o cronometro do sr. Getulio Vargas deixou, há muito, de marcar a hora do Brasil.
> Quanto mais o tempo aperta,/Mais seu odio se renova/Seu relogio não acerta/Pelo do Dutra, eis a prova." (11/1/54).

É preciso saber do momento político da época para entender a crítica, como por exemplo, a rivalidade política dos ex-presidentes Vargas e Dutra. As crônicas de Djalma tratam de fatos históricos ou comuns, ligados a um determinado contexto. A narrativa é livre, trazendo perspectivas pessoais, com marcas peculiares do cronista.

O texto que ocupou a parte de entretenimento do jornal *Estado de Minas* tinha, assim, o objetivo de entreter o leitor, marcando a importância de perceber o espaço da crônica como um veículo de interação do intelectual e seu leitor. Quem lia a coluna "História Alegre de Belo Horizonte"? De que forma ao fazer uso de uma coluna do maior jornal mineiro, *Estado de Minas*, este intelectual o faz de maneira a defender um discurso ideológico? São questionamentos que ainda persistem. Veja como exemplo esta crônica em que Djalma faz uma crítica ao uso excessivo da palavra "povo":

> "Nunca se pronunciou tanto a palavra povo como nos discursos ouvidos no dia primeiro de maio e, no entanto, nunca o povo foi mais infeliz, abandonado e escarnecido.
> Povo! Povo! Expressão oca./ Vaga, fluida, fugidia,/ É a palavra que enche a boca De quem tem alma vazia.

[2] As citações foram transcritas da mesma maneira em que aparecem no jornal, com os erros de digitação.

> Palavra que não diz nada,/ Mas que brilha, que faz onda,/ Que dá vigor á tirada/ E a fase morta arredonda.
> Quem afinal neste novo/ Regime esta com a razão?/ Se o governo é bem povo, / Também o povo é opinião.
> O povo na atrapalhada, / Do regime áspero e rude,/ É tudo e não vale nada,/ É nada, mas vale tudo.
> Sofredor faminto e mudo/ O seu destino maldiz:./ Pelo seu bem se faz tudo/ e o povo é sempre infeliz." (5/5/51).

Usada por políticos, essa palavra apareceu num momento da ditadura e vinha carregada de todo um valor ideológico. O populismo brasileiro dos anos 50 e 60, herança da era Vargas, oscila entre a democracia liberal da Constituição de 1946 e a prática política centralizadora e autoritária. A partir dessa constatação surgem outras indagações, como por exemplo, como se dava a relação de Djalma, escritor crítico, satírico, com o perfil ideológico do jornal *Estado de Minas*? Seria possível extrair uma crítica no seio do espaço ideológico do maior jornal mineiro?

> "Noticiam os jornais que os lideres do PTB estão em contato permanente com chefes comunistas esperando o momento oportuno para se apresentarem à nação como um bloco único e terrível. Em cidades do norte do Brasil queremistas e comunistas se reúnem camaradamente na mesma sede e lutam pelos mesmos princípios e ideais.
> Pelo mau fado tangidos/ Vargas e Prestes reunidos/ Dão cabo do brasileiro;/ A pátria apenas avista/ A foice do comunista/ E o chicote do vaqueiro.
> Comunismo e queremismo,/ E a pátria a beira do abismo/ Nesta hora confusa e atroz,/ corre em vilas e cidades/ Que as das calamidades/ Querem se unir contra nós." (...). (15/1/49).

Interessante relembrar que Luiz Carlos Prestes foi um dos principais líderes comunistas do Brasil e em 1934, designado pela Internacional

Comunista, liderou um movimento, com o objetivo de derrubar o governo de Getúlio Vargas. Mas o movimento revolucionário foi derrotado pelas forças de Vargas. Prestes foi preso, juntamente com Olga Benário, sua esposa. Olga foi deportada para a Alemanha, mesmo grávida de uma filha de Prestes, pelo governo Vargas, que neste momento simpatizava com a ditadura de Adolf Hitler. Presa na Alemanha, Olga dá à luz sua filha. Após anos de prisão em campos de concentração, Olga foi morta na câmara de gás. A crítica que Djalma faz da suposta união de Prestes e Getúlio passa por essa triste história. Mesmo perdendo sua esposa por situações adversas, Prestes esquece esse episódio e se une ao seu principal opositor.

Fatos como esse são recuperados pelo espaço da crônica, quando os cronistas os registram não os deixando se perder no tempo, e os pesquisadores os resgatam, presentificando-os. O hábito de escrever crônicas tornou-se recorrente entre os intelectuais brasileiros, pois é através desta escrita que os cronistas sempre comunicaram com o seu público:

> "Em Recife, a policia encontrou numa casa em que se reuniam comunistas milhares de boletins com a frase: "Trata o burguês com casaca e tudo". Para tornar a vida insuportavel[3], a Russia aconselha aos adeptos do credo vermelho que procurem irritar o povo, e, principalmente, os representantes das classes abastadas.
> Da Russia que não nos poupa,/Veio o conselho, bem vês:/ Se és garçom, derrama a sopa,/No paletó do burguês." (31/10/48).

O movimento comunista surge no Brasil pela rebelião operária de 1917-1920, quando os operários de fábricas se manifestaram enquanto classe diante da burguesia e do Estado e da revolução socialista internacional. Essa revolução burguesa deveria ser realizada pela aliança

[3] As citações estão sendo reproduzidas tal qual encontradas nos jornais, sem as marcas de alguns acentos e com alguns erros gráficos.

da classe operária com o campesinato e a pequena-burguesia urbana. Com o objetivo de promover o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas do capital, esses segmentos deveriam se unir, propiciando um processo produtivo voltado para o mercado interno de bens de capital e de consumo. Para tanto, o confronto com o latifúndio feudal e com a dominação imperialista era inevitável. Pela crônica acima pode-se perceber como o cronista interpreta esse conflito. Nessa perspectiva, Djalma, ao defender suas ideias no espaço público da imprensa, se caracterizaria um intelectual à luz de Sartre?

Sartre (1994) define o intelectual "como um idealista, por acreditar no porvir; como um mal necessário, pois se precisa dele para conservar, transmitir e enriquecer a cultura." Ainda em consonância com Sartre, "o intelectual moderno é o homem contradição" (p.7), porque nasce da classe burguesa e trabalha a favor da classe menos favorecida. E é essa divisão que se percebe nos escritores brasileiros. Premidos por uma necessidade econômica, muitos foram cooptados pelo governo, ocupando cargos públicos, sendo obrigados a trabalhar a favor de uma ideologia. A esse respeito diz Sartre:

> "O especialista do saber prático é um ser dividido: é um pesquisador e um servidor da hegemonia. É alguém, portanto, dilacerado entre as exigências da universidade presentes na prática da pesquisa e os particulrismo sociais, econômicos e culturais que condicionam a sua atividade e a sua própria vida. Em outras palavras: é um universalista na técnica e um particularista na submissão à ideologia dominante. Só quando se rebela, o "especialista" se torna um intelectual."(SARTRE, 1994:.7).

Esse teórico define, pois, o "Intelectual orgânico" de Gramsci, que formado no campo da burguesia, assume o ponto de vista das massas populares, para entender a sociedade. Os filósofos aparecem assim como intelectuais orgânicos, "no sentido que Gramsci dá à palavra", nascido da classe burguesa, encarregam-se de exprimir o espírito objetivo dessa

classe. "De onde vem esse acordo orgânico? De início, do fato de que são engendrados por ela, levados por seus sucessos, penetrados por seus costumes e seu pensamento". (p. 21). "Intelectuais e oprimidos no que pesem as mesmas contradições sociais no presente, deveriam encontrar-se 'num porvir longínquo, de uma sociedade de homens livres" (p. 9). Sartre resume o intelectual como "alguém que se mete no que não é da sua conta"; ".. abusam da notoriedade para sair de seu domínio e criticar a sociedade e os poderes estabelecidos em nome de uma concepção global e dogmática". (SARTRE, 1994 :15).

Djalma não pode ser visto como um intelectual isolado e alienado, sem relação orgânica com a comunidade mineira, como se observa na separação entre o público e o privado típica do mundo capitalista burguês da época. As crônicas dão exemplo de um intelectual que, segundo Said, "tem de circular, tem de encontrar espaço para enfrentar e recrutar a autoridade e o poder, pois a subserviência inquestionável à autoridade no mundo de hoje é uma das maiores ameaças a uma vida intelectual ativa, baseada em princípios de justiça e equidade." (p.121). Talvez fosse pensando em criar esse espaço que em 13 de abril de 1947, Djalma inaugura sua coluna de crônica, " A História Alegre de Belo Horizonte", diariamente publicada no jornal *Estado de Minas*:

> "Belo Horizonte sempre foi uma cidade alegre e feliz. Em meio século de vida, nenhuma calamidade, nenhum dia de luto pesado, nenhuma página triste a ser relembrada. Construída por uma ruidosa turma de jovens engenheiros, a capital crescerá vertiginosamente, desmentindo as profecias do Padre Correia de Almeida e zombando de seus epigramas.
> "É a terra dos episódios estranhos, inexplicáveis, dizem uns, não existe a palavra impossível no dicionário de Belo Horizonte, acrescentam outros. Há, ninguém nega, no que aqui acontece uma nota viva de originalidade e pitoresca. É exatamente esse aspecto alegre dos episódios que procuraremos fixar, em tópicos leves, nesta secção que hoje iniciamos." (13/4/1947).

É interessante observar o tom da escrita desta crônica inaugural. O autor fala da "cidade alegre", como um lugar edênico. "Nenhum dia de luto pesado, nenhuma página triste a ser relembrada."? A leitura que se pode fazer dessas palavras é que existe uma certa negação dos períodos negros vividos anteriormente. É como, tal qual a coluna de crônicas, se inaugurasse nesse momento uma nova história. E nesta História não caberiam mais os horrores da guerra. Ora, o contexto histórico era de um pós-Segunda Grande Guerra. Por que esse intelectual se nega a narrar os horrores desse período?

O que parece causar estranhamento nas crônicas do Djalma é perceber que a crônica também como um gênero literário poderia ser um espaço propício para reelaborar os traumas desse período.

Mas, há que se ponderar que apesar do tom alegre da primeira crônica, sustentado pelo título da coluna, as demais crônicas não perdem a dimensão crítica. Djalma Andrade, através de sua coluna "História Alegre de Belo Horizonte", relata os acontecimentos da jovem capital, denunciando, inclusive, as injustiças para as quais a sociedade fecha os olhos:

> "Toda a imprensa tem protestado contra a proibição da entrada de gente de cor no "rink" de patinação "Roberto" existente em Copacabana. A tabuleta que traz o irritante aviso já foi varias vezes quebrada pelo povo revoltado.
> Nesse "rink" que fascina/ A gente fina e a ralé,/Somente a loura granfina/ Terá rodinhas no pé." (19/9/48).

Dessa maneira, esse escritor se posiciona em defesa dos direitos do cidadão, criticando o preconceito racial. Ao engajar sua competência particular (jornalismo) dá-lhe um sentido universal, usando da autoridade de seu saber para fazer uma intervenção crítica. Isso justifica a importância desse espaço criado pelo intelectual. Como na linha do intelectual à Zola, que se manifesta a favor de Dreyfus, constituindo a cena primária de intervenção pública, Djalma, assume esta feição particular do intelectual moderno ao denunciar os que são injustiçados, também, por questões étnicas:

> "Um hotel de São Paulo, que não hospeda gente de côr, vai abrir exceção para a artista Josefina Baker.
> O hotel em que predomina/ O preconceito ancião, / Vai receber Josefina/ Por gentileza e exceção./ Essa empresa irritadiça/ Que não recua ou perdôa:/ Fecha os olhos á mestiça/ E abra as portas para a "boa"... (12/7/1952).

Não somente a questão do racismo fica evidenciada nessa crônica como também a hipocrisia da sociedade. Em outro texto, ainda criticando o hedonismo da sociedade brasileira, o cronista provoca os jovens de sua época ao comentar aqueles que copiam a moda dos atores do cinema internacional:

> "(...) Ha quinze anos passados, a revista "Montanhesa" procurava, valendo-se da satira, ridicularizar os jovens que, aqui, imitavam nos trajes e nos gestos os mais famosos atores de cinema. As cronicas rimadas do popular "magazine" obtiveram, na epoca, extraordinario sucesso. Dizia a "Montanhesa";
> "Os jovens são banais, estouvados e rudes,/ Sem talento, sem graça, sem virtudes./ Procuram copiar os gestos dos atores/ Plagio, reles, serviu, de maus imitadores.(...)
> Clarck Gable infeliz que vive numa toca,/ Tendo uma Greta Garbo a morar na Barroca/ Postiços e "poseurs", na arrogancia invenciveis,/ Dizem tolices só, mas tolices incriveis." (10/9/48).

Djalma critica a juventude à deriva, com seus valores distorcidos e também denuncia as contradições da sociedade e seus preconceitos. Mas, suas crônicas trabalham com assuntos variados, reservando um espaço para falar das artes e atividades culturais de sua época. Assim essa escrita salta de um assunto para outro e se abre para falar das produções culturais da época, evidenciando, inclusive, a relação de Djalma com o mundo das artes. Pelas crônicas não fica muito claro se o cronista coaduna com a geração de escritores das décadas de 40 e 50. São raras as menções aos

escritores do complexo estético e ideológico da poesia de 22. Assim comenta em uma crônica:

> "A Exposição Internacional de Arte de Moderna continua a obter grande sucesso.
> A exposição! Nem há rimas/Para exalta-la entre as mais/Gentios de todos os climas/Na nossa Minas Gerais!
> Tudo belo na luzida/Exposição bienal:/A Unidade Tripartida/ Mas o restante, integral.
> Muito embora o povo grite/Há ali telas imortais:/Arte pura para a elite,/Pilheria para os demais...
> Todo o salão se ilumina/A' noite. Sensacional!/Ostenta, snob, a granfina/o seu talento bienal." (22 /7/1952).

Em outra crônica, Djalma deixa escapar a sua crítica ao estilo modernista, quando solidariamente comenta um poema escrito pelo deputado Afonso Arinos, criticando a demolição da igreja da Boa Viagem:

> "... E o seu protesto foi proferido num poema de acentos modernista, mas nem por isso despido de emoção e beleza. Disse ele:
> 'A igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem/ (que lindo nome para um barco a vela)/ Foi construída em 1765,/ Por ordem do Senhor capitão Mor de Minas/ Para povos do Curral del Rei./ Nessa igrejinha de janelas verdes/ Eu me batizei.'"(...) (5/1/51). (parte do poema de Afonso Arinos)

Considerando o modernismo como um movimento para a elite, Djalma mostra como algumas autoridades e o próprio povo não compreendiam esse estilo que se instalava para ficar. Um dado importante que ainda precisaria de uma maior pesquisa é analisar o porquê de nomes importantes da literatura da época, não terem sido mencionados por Djalma. Cito como exemplo Pedro Nava, Emílio Moura, Murilo Mendes,

Cyro dos Anjos, assim como Manuel Bandeira, Carlos Drummond etc. Principalmente porque esses escritores também eram colaboradores do *Estado de Minas*. Só para corroborar essa constatação, nota-se que na edição do jornal de 11/5/54, quando Djalma ainda era cronista, aparece, na primeira página, um artigo de Carlos Drummond, Intitulado "Palavras Cruzadas". O fato de o cronista de "História Alegre de Belo Horizonte" não citar alguns nomes ligados ao movimento modernista poderia levar a uma inferência de que esse autor teria uma visão conservadora, resistente às novidades no mundo das artes? Muitos outros nomes não tanto conhecidos foram citados na sua "crítica de rodapé". Ali, também, operava a divulgação de acontecimentos literários e culturais, lançamento de livros, resenhas críticas. O autor fazia julgamento crítico e resumos biográficos, tratava tanto das publicações nacionais como das estrangeiras e divulgava os eventos culturais:

> "Sebastião Noronha, em plena maturidade, lança seu primeiro livro de versos. Não sentiu a ânsia de publicação comum entre nós. Trancou-se dentro de sua oficina e, em silencio, trabalhou, soou e sofreu. Poupou ao publico o espetáculo de assistir a vacilação dos seus primeiros passos, de observar as falhas e tentativas dos seus primeiros vôos..."
> Djalma abre espaço em sua crônica para publicar parte do poema "Amor", de Sebastião Noronha.":
> "Esse frio, esta febre, este tormento/ Que tudo quanto vejo transfigura,/ Que leva os extremos da ternura/ E os desvarios de um furor violento; Esta ausência, em que vivo desatento,/ Ou de felicidade ou desventura;/ Este enlevo, este anseio que tortura/ Mas deixa de ser contentamento:/Chama-se amor; e, quando vem consiste/ Numa vontade alegre de ser triste:/ Uma tranquilidade e bem estar. Um sonho, uma ilusão, porém tão boa/ Que eu viveria rindo, rindo á-toa,/ Se não fosse a vontade de chorar!."
> "Voltaremos em breve a falar deste livro que fixa em belos poemas, encantos naturais de Belo Horizonte e feitos da nossa gente." (17/1/49).

Na crônica do dia 18/1/49, O cronista volta a citar Sebastião Noronha:

> "Muitos autores de real valor têm sido ultimamente editados aqui. Há quatro dias noticiamos o aparecimento de "Sombras e claridade", de Sebastião Noronha, e hoje temos sobre a mesa "A mulher na poesia do Brasil", notável antologia, organizada por Da Costa Santos. (...)
> É preciso ressaltar que essa crítica jornalística possuía uma grande força naquele período, por isso citar os modernistas seria de grande valia para a divulgação de suas produções. A conhecida "crítica de rodapé" serviu para determinar o sucesso ou não de um lançamento, de um evento. Estar nas páginas do jornal significava poder literário: "Poder literário era em parte sinônimo de uma presença constante nas páginas e noticiário de jornal" (Sussekind, 1995:16).

Cito outra crônica como exemplo:

> "Nesta secção muitas vezes temos feito referencias ao ilustre mineiro Padre Correia de Almeida, considerado por Camilo Castelo Branco um dos maiores poetas satíricos do Brasil. O Sr. Mario Franco de Lima, residente em Barbacena, terra do grande escritor, acaba de enviar-nos um trabalho inédito do poeta que também destacava a política e os políticos:
> 'Dr Djalma Andrade,
> Leio, sempre, com muita atenção, a sua espirituosa e bem organizada secção 'A Historia Alegre de Belo Horizonte', na qual há dias, apareceu um soneto, inédito, do consagrado Padre mestre Correia de Almeida. Na oportunidade, pareceu-me interessante enviar-lhe um outro trabalho daquele ilustre sacerdote, dedicado ao antigo industrial, da tal cidade, dr. Camilo Ferreira. O soneto abaixo, organizado há meio século, parece ter sido escrito em nossos dias...

> ‘Ceramica fundou em Barbacena/o mais sincero e franco democrata,/E d’essa fundação de que ele trata, /Ressalta utilidade não pequena. Entre os dedos tendo eu agora a pena,/Uma ideia me vem bastante grata,/Pensamento fecundo de ouro ou prata,/ Que se deve aceitar em quarentena.” (...) (24/9/48)

Ao abrir espaço para o diálogo com seus leitores, o cronista parece tentar estabelecer uma identificação através da literatura difundida por escritores mineiros. Vale aqui voltar a Said que, ao discorrer sobre a relação do intelectual com a identidade nacional, comenta o conceito de intelectuais dado por Mathew Arnold, em Culture and anarchy (1869). Nesse conceito, Mathew apresenta os intelectuais como “indivíduos cuja capacidade de pensamento e discernimento os torna adequados para representar o melhor pensamento – a própria cultura - fazendo-os prevalecer.” (p.41). Nessa perspectiva, “o papel do intelectual deve ser o de ajudar uma comunidade nacional a sentir uma identidade comum, e em grau muito elevado”.(p.41). E se preocupando com uma “certa autonomia” democrática de uma comunidade, os intelectuais teriam também o papel de “acalmarem as pessoas, de mostrarem a elas que as melhores ideias e os melhores trabalhos de literatura constituíam uma forma de pertencer a uma comunidade nacional.” (p. 41). Uma das maneiras de despertar essa identificação é através das artes. Nessa perspectiva, em outra crônica o autor comenta de maneira vaga uma obra que parece ter causado polêmica na época:

Quem vê Aníbal Vaz de Melo, a caminhar pelas ruas de Belo Horizonte, mal pode adivinhar que problemas profundos atormentam o seu cérebro de homem estudioso e sutil. O seu ultimo livro, “Sinais do tempo”, como, “A Era de Aquário”, dá muito o que pensar. O gênero de estudos a que se dedica esse ilustre mineiro é novo e fascinante. É no apocalipse que Aníbal Vaz de Melo vai encontrar explicações para todos os nossos tormentos e nossas dores.

E, então, o cronista cita o texto do Aníbal:

> E do fundo do poço saíram gafanhotos pela terra e lhes foi dado um poder que tinham os escorpiões. E eles vestiam carcaças que pareciam ferros e o rumor de suas asas ..." (4/1/49).

Além de perceber a questão da instauração da divulgação de nossa literatura pelo espaço da crônica, essas publicações permitem refletir sobre o crítico Djalma Andrade em relação às produções de sua época, e refletir sobre como essa crítica poderá contribuir para releitura de nossa produção literária. São inúmeros escritores desconhecidos pela crítica contemporânea, citados pelo cronista. O que dá pista para o pesquisador, tal qual um arqueólogo, ir em busca desses nomes e de suas produções. Existe em Minas uma carência deste tipo de trabalho.

Da mesma maneira, muitos políticos são citados em suas crônicas. Para poder entrar neste universo da política é preciso contextualizar esse momento. A política que dominava o Brasil entre 1947 e 1954 (época de publicação da coluna "A História Alegre de Belo Horizonte") se fazia por um pensamento de participação das massas populares urbanas, mas sob controle do governo na propaganda nacionalista e na promoção da industrialização por meio da atuação do Estado.

O Governo Dutra (1946-1951) iniciou-se pela convocação da Constituinte e pela promulgação da Carta de 1946, democrática e liberal. Mas, o contexto da Guerra Fria e as pressões norte-americanas diretas levam o governo Eurico Gaspar Dutra a promover mudanças dos direitos constitucionais. Pela defesa da democracia ocidental e consequentemente a luta contra o comunismo, o Pres. Dutra suspende as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947, é fechado, e os parlamentares no Congresso Nacional, ligados a esse partido, são cassados. Logo depois, o Governo Getúlio Vargas, no período de 1951 a 1954, se faz repetindo a política adotada durante o período ditatorial: uma forte propaganda nacionalista e uma prática política de caráter populista. Para sustentar sua política nacionalista e estatizante, Vargas mobilizou as massas populares urbanas por meio dos sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Surgiram muitas reações dos setores conservadores

liderados pela União Democrática Nacional (UDN) contra a política de Vargas. Em agosto de 1954, em um atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, morre, no Rio de Janeiro, um major da Aeronáutica. Vargas é responsabilizado pelo crime e pressionado a renunciar pelos militares, suicidou-se. Mapeando a publicação da coluna "A História Alegre..." no dia que aconteceu e nos dias que sucederam o suicídio, nada foi encontrado, parece que a coluna já havia saído do jornal, ainda não se pode precisar se volta posteriormente. Contudo, durante o tempo de publicação, o assunto política tinha um espaço privilegiado em sua coluna. Em algumas crônicas, o jornalista deixa aparecer até mesmo sua simpatia por determinadas personalidades, como é a figura do Milton Campos. É sempre com certa admiração que o escritor fala sobre a figura singular desse homem público. Menciona as qualidades do político íntegro, do professor dedicado, do artista no mundo das letras. Porém, o que mais se comenta sobre o governador Milton Campos era o seu caráter ético irrepreensível:

> "Com Milton Campos não fala./ É que o Milton não dá trela,/ Alma sensível, singela,/ Muitas vezes grave e triste,/ Não quer que ninguém o amole,/ Em versos do Anatole/ Nem sabe se o mundo existe..." (13/1/49).

Governador de Minas Gerais (1947 - 1951), Milton Campos realizou uma significativa administração na área de educação, instituiu milhares de escolas primárias e nos setores de agricultura e energia elétrica, realizou notável obra administrativa, além de sustar o empreguismo e recuperar as finanças. Daí a grande admiração dos mineiros por esse político.

Na segunda parte desta mesma crônica, numa posição de empatia política, Djalma relata a satisfação dos mineiros também em relação à economia:

> "Os produtores de fumo do município de Pomba, em telegrama ao Presidente da Republica, manifestaram a sua satisfação pela alta desse artigo:

> Todo mundo tem seu dia,/ Segundo agora se viu:/ Pomba demonstra alegria,/ Ao ver que o fumo subiu".(13/1/49).

Mas o cronista abre espaço também para comentar o que acontecia nos bastidores da política mineira:

> "Antigamente o governo organizava festas sociais que até hoje são lembradas pela sua imponência e brilho. No tempo do Sr. Bueno Brandão, havia sempre recepções e bailes no palácio da Liberdade. O "Diário de Minas" de onze de julho de mil novecentos e doze dá notícias de um animado sarau oferecido por centenas de moças da Capital. (...)
>
> Essa vidinha boa durou até o governo do Sr. Antônio Carlos que começou com brilhantes festas e barraquinhas e acabou frouxamente com a Revolução de Trinta de desagradável memória. Durante a administração do ilustre Andrada, o governo dava a impressão da Corte de Luís XIV. Homens de talento e damas de grande beleza enchiam os salões do Palácio da Liberdade. Enquanto reinavam a alegria e a despreocupação nos altos do nobre edifício, nos porões e subsolo políticos astutos se preparavam para o golpe que levaria ao poder o Sr. Getulio Vargas. É com esse requinte e com essa malícia que os mineiros provocam tempestades e terremotos." (6/1/49)

Ironicamente, o intelectual se vincula à vida "miúda", como era chamada na época, para relatar as fofocas da sociedade mineira, não deixando escapar a oportunidade de comentar os acontecimentos da hipócrita sociedade moderna:

> Iolanda Monteiro, a bela dançarina que apontou Paulo Gomes como matador de Delgado, ouvida em São Paulo não confirmou o seu depoimento. Acredita-se que a amante e parceira do indignado tenha feito as serias declarações movida pelo ciúme.

> Iolanda, a bela granfina/Em São Paulo espalha o pe;/Palavra de dançarina,/Oferece pouca fé.
> Ela – sorriso brejeiro/"Rouge", "batom", pó de arroz,/Já quer livrar seu parceiro/Da alhada em que um dia o pôs.
> Iolanda, com seu ciúme,Para o delito em questão/Trouxe uma onda de perfume,/Despesas e confusão. (13/1/49)

Mais irônico, é quase impossível. A ironia, traço forte no seu texto, revela uma crítica bem humorada que faz dos diferentes aspectos do comportamento do povo mineiro, uma riqueza de sua imagi(nação) ao transitar com sutileza entre a realidade e a ficção para transformar fatos jornalísticos dramáticos em sátiras.

As crônicas de Djalma Andrade falam de coisas banais do cotidiano e tratam, também, de situações complexas que permearam a sociedade da época. Ao mesmo tempo, em um tom de humor, o autor criticava personagens do mundo político ou artístico mineiro, nacional e internacional, do esporte ou do espetáculo. Num contexto maior, Djalma reflete, também, o imaginário social brasileiro e mundial, desvelando a "realidade", ao narrar a sociedade escondida nessa complexidade de temas que cotidianamente escolhe ou lhe vêm propostos pelos acontecimentos ou pelos leitores:

> "Telegramas de Londres noticiam que a modista Louise Haackel requereu o divorcio sob a alegação de que seu marido so conhece uma frase carinhosa. Desde que se casaram há quase cinco anos, seu esposo, de manhã à noite, lhe diz:
> 'Minha gatinha', desejando ser amável e terno./O mundo corre risco/Quando é sempre e, em tudo, igual,/Se não varia de disco/ Na ternura conjugal.
> Homem sem graça e tedioso/Seguir errados caminhos/Se faz tédio o mesmo esposo,/Enfada o mesmo carinho.
> Marido nunca adivinha/O mal que lhe traz a vida:/-Bem que podia a gatinha/A onça ser promovida." (29/7/48).

Entre esses e outros assuntos, o autor denuncia de forma irônica a falta de alimentos na cidade:

> "Em Belo Horizonte, não há farinha de trigo nas padarias e nem carne nos açougues.
> Na praça para castigo/Do povo, da multidão,/Não há farinha de trigo,/Não há farinha de pão.
> O povo sente a amargura,/A tristeza do momento/Fartura mesmo, fartura,/Só se tem de sofrimento."/ (5/8/50)

Ao fazer uso das artimanhas do humor e nas entrelinhas do enunciado escancarar as mazelas da sociedade brasileira, o cronista mostra o seu olhar sempre atento ao que acontece. Para isso, estrategicamente, usa e abusa novamente da ironia:

> Faz pena a vida de políticos em véspera de um pleito renhido. Perdem aquele ar distraido, aquela disciplina, aquela superioridade que os distinguem da massa de sofredores. Uma onda de angustia envolve-lhes a alma com a simples aproximação do pleito. Tornam-se amaveis, acolhedores, cordiais e obsequiosos. (...) (15/8/50).

O leitor, ao relacionar enunciado e enunciação, percebe o que se passa nos bastidores dos acontecimentos. E é esta percepção que alimenta a sua crítica, como também seus escritos. A ironia "romântica" que caracteriza as crônicas desse jornalista nasce na subjetividade e na revolta do individuo contra a sociedade hipócrita e cômoda. Assim, através desta estratégia, manifesta-se o valor da opinião individual, a busca do diálogo com a "realidade". DUARTE, neste sentido, afirma que "Na ironia romântica não são apenas as narrativas como tais que são irônicas, mas é o sujeito que a enuncia que assume a atitude ironicamente crítica em relação ao mundo, a si próprio e ao que cria. (DUARTE, 1994:60). Nas crônicas, a dinâmica dos acontecimentos veem apresentada de forma deslocada em um tom crítico, irônico e humorístico. O autor ironista é,

como o define KIERKEGAARD, (1991: 214), "esse ser que conserva este fino sorriso significativo, ambiguamente revelador de tanta coisa". Observe este exemplo:

> No Reno, Estados Unidos, os maridos pagam uma taxa de cincoenta dólares quando surram as esposas. Acrescenta o despacho telegráfico que no ano passado, foi essa taxa que mais lucro deu ao erário.
> No Reno, que é terra culta,/Com tudo que se requer,/O marido paga multa/Sempre que surra a mulher.
> E segundo a cifra justa/De estatísticas cabais,/É a taxa que menos custa/E aquela que rende mais./(...) (14/4/51).

Num tom de brincadeira, Djalma denuncia a violência contra a mulher. A ironia presente nas crônicas é bastante sutil. Através dos recursos de deslocamento de sentido, e de associações, o cronista estimula a percepção e a observação do leitor, levando-o a uma reflexão sobre o enunciado e a "realidade", isto é, sobre a violência conjugal. Apesar deste tipo de ironia aparecer, às vezes como um tom de zombaria, o resultado é de uma atitude crítica. Nada escapa à língua deste jornalista, sempre atento a tudo que ocorre no mundo e principalmente na capital mineira. Assim, como cronista da cidade, o autor denuncia também o aparecimento dos primeiros camelôs. Construída dentro do projeto positivista, "Ordem e Progresso", Belo Horizonte teve todo seu traçado urbano planejado. Portanto, tudo que fugisse a essa "ordem" deveria ser repelido pela sociedade:

> "O comercio em Belo Horizonte passou a ser feito nas calçadas. Taboleiros de frutas de bugigangas, de matérias plásticas nos passeios das ruas principais dão a cidade um aspecto desagradável de feira-livre.Laranja, maçã, banana/Na rua mudada em feira:/ Dura cocada baiana,/Em que a canela é a poeira./(...) Na esquina um pobre mancebo/Esbanjando em um mau latim/Camelô metido a sebo/Dá lições com um manequim.

> Sob a forte claridade/Da luz do sol tropical/De porta a porta a cidade/É um bazar monumental." (30/8/50)

Enquanto os centros eram valorizados, a população começa a dar sinais do crescimento desordenado, formado por grupos de baixa renda. Nesse contexto, começa a aparecer um dos grandes paradoxos das metrópoles: enquanto os governos investiam na arquitetura moderna, que destacava o cenário dos centros, caracterizando-os como o lugar de intercâmbio e pólo financeiro, começa a aparecer o contraste entre riqueza e pobreza nas grandes cidades, aparecendo também os pedintes na jovem capital mineira:

> No intuito de ferir profundamente o coração mole do mineiro, as mendigas, em Belo Horizonte, para implorar a caridade publica, trazem sempre nos braços uma criança. As que não têm filhos pedem um menino emprestado das companheiras de infortúnio e assim conseguem entenercer ainda mais os corações. São manobras criadas pela miséria na dura luta da vida" (14/4/51).

Nessa época, o controle da ocupação do solo já começa a preocupar os urbanistas e também esse cronista da cidade. O projeto, baseado numa perspectiva higienista, que levava o que estava fora do controle da cidade para a periferia, daí o traçado da avenida do Contorno, já dá sinais de falência. A mendicância incomoda a sociedade moderna. Assim como incomoda os assuntos relativos á violência:

Só ontem foi divulgada, em primeira mão, pelo "Diário da Tarde", a notícia do levante de Neves, no dia de Natal. Zé Muniz e o bando de facínoras de Lagoa da Prata tentaram fugir do famoso presídio. O anunciante foi morto a pauladas. Ficou, também esclarecido que, à noite, muitos criminosos ali deixam suas células e vão fazer farra. Reina um grande mistério em torno dos fatos.

Deu-se em Neves. Predomina
Um grande espanto, ora essa!
Sim, as notícias das chuvas,
Aqui chegam mais depressa.

Só ontem se soube, quando/Não se pode esconder mais/A violência do bando/De facínoras brutais.
O povo fica surpreso,/Silencio...sigilo...medo.../Ali se guarda o segredo/Em vez de guardar o preso. (4/1/49).

Como se pode observar Djalma Andrade se caracteriza um intelectual quando faz uso do maior jornal mineiro e vê o espaço da crônica e da poesia como uma intervenção e ação pela linguagem. A poesia, por conseguinte a literatura, mesmo que não tenha o compromisso primeiro de engajamento, cria um espaço de tensão e consequentemente de reflexão. Ressalta-se aqui que devido ao volume grande do material encontrado, pois as crônicas eram publicadas diariamente, separei apenas algumas citações para servir de ilustração e análise. O recorte é sempre difícil e muitas vezes o que fica de fora seria tão significativo quanto ao selecionado. Mas, a sensação de que algo importante ficou sem ser comentado faz parte do sentimento do ensaísta no momento de sua análise. Assim, privilegiei algumas passagens que mostram o aspecto irônico do autor, a sua relação com a sociedade, com a política e com a cidade. Também algumas crônicas que tratam do mundo das artes, especificamente da literatura. Além de outras em que o relato pareceu-me "pitoresco", para usar um termo da época. Este trabalho trata-se apenas de uma amostragem do que se poderia fazer com todo o material existente, sobre esse cronista, na Hemeroteca do Arquivo Mineiro. Através deste material, muitos estudos poderiam ser desenvolvidos como, por exemplo, a respeito das produções literárias da época e seus anônimos autores. Poder-se-ia ia mapear as relações políticas partidárias, carregadas de ideologias, próprias da época. Segundo Cury (1998), existe "...a necessidade da pesquisa em fontes primárias num país como o nosso que sofre, no seu cotidiano, a violência da dominação cultural e do apagamento de seus registros." (p. 27).

Portanto, Djalma Andrade inscreveu-se na cena literária por não deixar perder no tempo os acontecimentos de sua época. Ao contrário, resgatou aquilo que o tempo, em sua passagem fatal, engoliria. Por perceber o valor sócio/político/cultural de seu trabalho, incentiva-se esta pesquisa, enfatizando a importância da continuidade dos estudos como contribuição para a história literária mineira. É sempre fascinante a possibilidade de "leitura inaugural", uma vez que existem inúmeros trabalhos à espera deste tipo de pesquisa. "A pesquisa nos muitos acervos e arquivos que ainda permanecem praticamente intocados no nosso país, também ela deve ser incorporada aos estudos genéticos como material importante para a literatura e sua história". (CURY, 1993:84). Autores sem alentada fortuna crítica podem ser trazidos à cena pelo trabalho com fontes primárias e se revelarem de uma importância insuspeitada para a historiografia e crítica já consagradas.

Bibliografia:

CANDIDO, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.* Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Acervos: Gênese de uma nova crítica. In: MIRANDA, Wander Melo. (org). *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Centro de Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, 1995. p.53-63.

CURY, Maria Zilda. A pesquisa em acervos e o remanejamento da crítica. In: *Manuscrítica*. N.4 Dez. 1993. p.78-93.

DERRIDA, Jaques. *Mal de arquivo - uma impressão freudiana*. Trad. C.M. Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUARTE, Lélia Parreira. Ironia, humor e fingimento literário. In: *Cadernos do NAPq.* Belo Horizonte: FALE/UFMG, n. 15, p.54-78,fev.1994.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Barreto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Wander Melo. Archivos e memória cultural. In: *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.35-42.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo : Companhia das Letras, 2005.
SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos Intelectuais*. Trad. Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

SOUZA, Eneida Maria de. Males de Arquivo. In: MARQUES, Reinaldo (org.). *Limiares Críticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SUSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios – a formação da crítica brasileira moderna.In: *Papéis colados*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993. p. 12-33.

OBSERVAÇÕES SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO

Pedro Sérgio Lozar

Consta que a razão do recente acordo ortográfico é uniformizar a escrita entre os países que têm o português como idioma oficial; pretende-se com isso preservar ou aumentar o seu prestígio no mundo. É pueril, sobre ser absolutamente inútil. A língua continua como a viu o poeta: "desconhecida e obscura" (*Língua Portuguesa* – Olavo Bilac). Além do mais, quem sabe português não vai deixar de entender um texto por causa de menos ou mais acentos, menos ou mais hifens, menos ou mais tremas. São dificuldades para a compreensão, isto sim, as diferenças de pronúncia e de vocabulário, que se acentuarão cada vez mais com o correr do tempo, e ainda estrangeirismos adotados por esse ou aquele país e não difundidos nos demais.

Cabe lembrar que o português é a língua oficial de oito países, mas o percentual médio dos indivíduos que o praticam, excluídos Brasil e Portugal, é 24%. Desses países, apenas Portugal nos é familiar, sendo os demais completamente estranhos para nós brasileiros, não cabendo portanto falar em inter-relacionamento.

Quanto à aspiração de que o português venha a ser reconhecido como língua internacional pela ONU, que exigiria a uniformização, não sabemos como se houveram o árabe, o chinês, o espanhol, o francês, o inglês e o russo, idiomas atualmente considerados internacionais pela instituição, para apresentarem unidade ortográfica ou mesmo linguística.

Aliás, os motivos não importam.

Não conhecemos as regras de ortografia do português europeu e de outros que o seguem, e nem vem isso ao caso; o de que precisamos são normas praticáveis de escrita do português do Brasil, o idioma que falamos e sobretudo escrevemos e lemos quotidianamente e do qual parecem alienados os excelsos membros da Academia Brasileira de Letras, autora do acordo, e do Congresso Nacional, que o transformou em decreto. Evidência disso é a omissão no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP*, 5ª edição (2009) da Academia, de expressões já antigas e de largo curso no Brasil, como (pela ortografia do acordo) *alma-penada*, *arroz com feijão*, *bolsa-família*, *cão de fila*, *cesta-básica*, *chefe de família, chefe de gabinete*, *diretor-presidente, engenheiro-eletricista, samba de breque...*

Vamos falar do hífen. Seu emprego, pelo menos entre nós, nunca foi bem explicado, e o recente Acordo confunde mais ainda a questão. Além disso, o Decreto 6583, de 29 de setembro de 2008, nas Bases XV, XVI e XVII, que regulamentam o uso do hífen, traz palavras e expressões que não deveriam ser admitidas em textos didáticos ou normativos, como *certos* (alguns), *em certa medida*, *em geral*, *etcétera*, *muitos*, *por exemplo*; refere-se a casos gerais mas omite os particulares; assim, o texto enumera alguns prefixos ou falsos prefixos (deste modo grafado no Decreto mas suprimido no *VOLP*, onde deveria figurar com hífen: *falso-prefixo*), encerrando as duas listas com *etc.* Impossível deduzir se isto inclui todos os demais casos ou alguns deles, e quais.

No parágrafo 1º da Base XVI, do Decreto, diz-se que o prefixo se separa por hífen da palavra seguinte, se esta começa por *H*, e cita, entre outras, *co-herdeiro*; o *VOLP*, todavia, traz apenas *coerdeiro*, em discrepância com o Decreto. Não há neste *Vocabulário*, aliás, nenhum exemplo do prefixo *co-* separado por hífen, mesmo que o vocábulo seguinte se inicie com *o*: *coobrigar*, *coocupação*, *cooficiante...*

O Decreto nada diz sobre o prefixo *re-*, de grande vitalidade e produtividade no idioma, supondo-se não ter havido alteração na norma do seu uso, que constitui outra exceção: *reequipar*, *reescrever*, *reestruturação...* (sem hífen antes de palavra começada com *e*.)

A*nti-inflamatório, anti-imperialista*, *anti-infeccioso...*, anteriormente sem hífen (*antiinflamatório*, etc.), ganharam o delicado ornamento; a intenção parece ser evitarem-se duas vogais seguidas, o que contradiz o próprio Decreto ao não prescrever este, e bem, o hífen em formações com os citados prefixos *co-* (*coobrigado*, *cooptação*) e *re-* (*reencontro*, *reempossar*); isso, todavia, não impede a leitura correta, a exemplo de *aaleniano*, *Aarão, compreender, reeleição, reelaborar, iídiche, coorte, zoologia, uuteni...* Por que não adotar o uso dos prefixos sem o hífen, exceção feita a palavras iniciadas com *H* etimológico e outros casos? Ou eliminar este, como em tantos casos, e empregar aglutinado o prefixo?

"Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação", reza o Decreto. Vamos ao *VOLP* e achamos *caixa de óculos*, *pau de óleo*, *vista de olhos*, sem hífen por existir a forma de ligação DE, conforme à regra. Mas vemos também *caixa-d'óculos*, *pau-d'óleo*, *vista-d'olhos*, com hífen. E agora? Acaso o *d'* , com apóstrofo, não é a preposição *de* abreviada, ou seja, elemento de ligação? Ou a força vem do *e*, aqui ausente?

Emprega-se o hífen quando não há formas de ligação, determina o Decreto. O *VOLP* registra *infantojuvenil*, *posteroexterior*, em tudo afins a *luso-brasileiro* (primeira palavra abreviada, sem elemento de ligação); seria *infanto-juvenil*, *póstero-exterior*. Da mesma forma, *dentolabial*, *dentolingual* deveriam grafar-se com hífen; palavras aliás desnecessárias, porquanto já existem as formas corretas *dentilabial*, *dentilingual* com o elemento latino de ligação -i-.

Galo-de-briga, com hífen, não seria o mesmo que *galo de rinha*, sem hífen?

Diretor-geral, *diretor-gerente*, *diretor-secretário* com hífen; *diretor presidente*, *gerente geral*, sem.

Classe peculiar constituem os nomes compostos que designam espécies animais ou vegetais: escrevem-se com hífen mesmo com elemento de ligação: *boca de lobo* (bueiro), mas *boca-de-lobo* (planta); *bico de papagaio* (formação óssea), mas *bico-de-papagaio* (planta); *chapéu de sol* (guarda-chuva), mas *chapéu-de-sol* (planta); *olho de vidro* (prótese), mas *olho-de-vidro* (abelha); *perna de pau* (jogador), mas *perna-*

de-pau (pernilongo). Quer dizer, temos a coisa propriamente dita: a boca de um animal; temos a expressão com significado de *bueiro*; e temos a *planta* do mesmo nome. E também a boca da ave; certa excrescência óssea; e nome de planta. Ora, desde que não se trate propriamente do bico da ave ou da boca do canídeo não se poderiam grafar as duas outras locuções com hífen? Seria bem difícil confundir formação óssea com planta e mandíbulas com escoadouro. Não poderiam as composições que não significassem a coisa ser escritas com hífen? Para que essa distinção, para que complicar? Por favor, senhores, o português já é bastante difícil para que se precise inventar mais tropeços.

Se ficamos de *braço dado* com alguém (sem hífen), podemos também estar de *mãos-dadas* (com hífen). Confessamos a nossa incapacidade para atinar com a diferença; conjeturando, seria meramente anatômica? Mistério.

Qual o critério para hifenizar *caldo-de-feijão* e não *caldo de cana*? E se se tratar de *caldo(-)de(-)laranja, caldo(-)de(-)carne*, *caldo(-)de(-) mocotó* e outros, como escreveremos? A propósito, o *VOLP* não consigna nenhuma expressão ou locução com a palavra *suco,* mas, enfim, *suco(-) de(-)laranja* não seria o mesmo que *caldo(-)de(-)laranja*?

Por que *misto-quente* com hífen e *misto frio* sem?

A questão dos elementos *bem-* e *mal-* é delicada. O *VOLP* traz uma lista de expressões em que figuram ambos os advérbios com função de prefixo; omite, todavia, a restante quase totalidade dos particípios adjetivados existentes em português, com os quais são geralmente empregadas as palavras *bem-* e *mal-*. Como interpretar a 4ª regra da Base XV do Decreto 6583, que diz usarem-se com hífen "os advérbios *bem* e *mal*, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica"? Trabalho *bem-acabado*, pessoa *bem-afortunada*, mulher *bem-vestida* levam hífen; mas não sabemos por qual razão um projeto *bem estruturado*, um instrumento *bem tocado*, um violão *bem afinado* são privados do maroto sinalzinho – ou, pelo menos, não figuram no *Vocabulário Ortográfico*. Porventura não formam também "unidade sintagmática e semântica" com o outro vocábulo?

Quanto a *mal-*, a norma ordena hífen "antes de vogal ou *h*", não compreendidos, portanto, os vocábulos que se iniciam com *L*, que, se não estamos errados, não é vogal nem *H*. O VOLP, todavia, registra *mal-limpo*.

Caso estranho é o de *água-marinha do sião*: apenas os dois primeiros vocábulos são ligados por hífen; constitui então locução mista, não podendo ser integralmente hifenada por não se tratar de animal ou vegetal? A nosso ver, aqui apenas *água-marinha* constitui composto, e desse modo *sião* é substantivo próprio, devendo ser com inicial maiúscula: *Sião*. Outras como *cara de segunda-feira* (o *VOLP*, contudo, traz *chá da meia noite*, tirando o hífen da expressão de tempo), *arroz-doce de festa*, *canela-à toa* (sic!), *capitão-mor das ordenanças* são exemplos de expressões parcialmente hifenadas. Quanto a *sargento mor de campanha*, *sargento mor de ordenanças*, é eliminado o hífen original de *sargento-mor*. Partícula poderosa esse *de*, que subverte a índole do hífen; não conseguimos entender como a preposição pode determinar a presença ou não do sinal, provocando grafias que tocam as raias da incoerência.

Maria vai com as outras, arroz-doce de festa, foi ao chá de cozinha da diretora presidente. Mera sequência de palavras em que as expressões estão descaracterizadas, sem unidade semântica, negação do princípio do emprego do hífen; o gênio da língua o impõe nesses casos.

Esmeralda do brasil (*b* minúsculo mesmo) não é igual a *esmeralda-brasileira*? *Feijão de tropeiro* deve ser o mesmo que *feijão-tropeiro*; então, para que essa diferença? Até parece ser a preposição que prescreve a existência ou não do hífen, e não o preceito do seu emprego em compostos: expressões que resultam em significado independente das palavras que as formam.

Peso-mosca, *peso-pena*, *peso-pesado*, com hífen, são categorias do boxe; *peso meio mosca*, *peso meio pena*, *peso meio pesado* também, mas escrevem-se sem hífen; a presença do adjetivo, promovido nestes casos a "elemento de ligação", elimina a necessidade do sinal. Qual é o sentido prático, gramatical, linguístico, expressivo ou significativo da diferença? Pensem na confusão que isso provoca, principalmente para os estudantes! Será que compensa procurar uma uniformidade superficial

da ortografia, de todo inútil, a troco da quase impraticabilidade dessas novas normas?

O Decreto admite exceções como *água-de-colônia*, *arco-da-velha*, *cor-de-rosa*, *mais-que-perfeito*, *pé-de-meia*, *à queima-roupa, ao deus-dará*, sob alegação de que são formas consagradas pelo uso; não diz se são somente estas ou se há outras, igualmente consagradas, e mais uma vez somos obrigados a socorrer-nos do *VOLP*, já que nos falece a faculdade de adivinhar. Mas por que não igualar, grafando todas com hífen?

Resta saber se são sujeitos às novas normas de emprego do hífen certos casos particulares em que o seu uso dá maior expressividade ao texto. Suponhamos, numa narrativa, a passagem:

"Chegaram uma moça, um rapaz com jaqueta de couro e um menino. Estavam muito alegres e comentavam a respeito da festa. O jaqueta-de-couro parecia o mais animado."

O texto quer referir-se ao personagem caracterizando-o com uma expressão que é quase cognome. Qualquer que tenha o sentimento do vernáculo usará o hífen neste e em casos semelhantes, ainda que arriscando-se a um franzir de sobrolhos por parte dos censores.

Quem lida com o idioma somos nós, simples cidadãos, quem tem de aprender são os que o estudam e se interessam por ele; não podemos aceitar que membros de qualquer que seja a academia ou parlamento se arroguem o direito de mudar a seu talante – mudar para pior – as regras.

Enfim, não sabemos o que é locução, expressão, sintagma... Não conhecemos filologia ou linguística: apenas escrevemos e lemos, e queremos uma ortografia racional, prática, não interessa se usada ou não em outros países de língua portuguesa. Uniformizar para complicar, convenhamos, não é inteligente. E a nenhuma entidade do mundo, por importante que seja, deve ser dado poder para determinar a escrita dessa ou daquela língua. Cremos que organizações internacionais têm finalidades de natureza bem mais elevada do que a preocupação com questões de ortografia.

Quanto às outras mudanças, são aceitáveis algumas.

É injustificável a eliminação do acento agudo em *para*, do verbo *parar*, que pode evitar ambiguidades, enquanto é facultativo em *falámos*, perfeito, assim como o circunflexo em *dêmos*, subjuntivo de *dar*, e em *fôrma/forma*.

Se se trata de eliminar acentos, seria igualmente dispensável, por exemplo, em *hoteis* (é) – quem sabe não lê *hotêis*, em *papeis* (é) – quem sabe não lê *papêis*, em *anzois* (ó) – quem sabe não lê *anzôis*, em *corroi*, *destrois*, naturalmente oxítonos, ou em *sois* (ó), que não se confunde com o verbo *sois* (ô). E ainda em *ceus* (é), *chapeus* (é), que não são *cêus*, *chapêus*, da mesma forma que não se lê *idêia*, *herôico*, suprimido o diacrítico agudo pelo acordo. Ou deixá-los como acentos facultativos, circunstanciais, qual em outras línguas que não os adotam regularmente.

A injustificável eliminação do trema foi resultado de negociação entre as Academias de Portugal e do Brasil: vocês abrem mão disso que nós abrimos daquilo. Barganha infeliz.

A adoção oficial das letras *K*, *W* e *Y* no nosso alfabeto deixou a questão na mesma, uma vez que já eram usadas nas condições referidas pelo Decreto.

Mas, enquanto gastamos atenção com o acordo, rola solta a degeneração do idioma nacional, com a absurda e ridícula mania da sua substituição por estrangeirismos. Tal é a grande ameaça à língua pátria, à sua integridade, à sua feição particular e única.

Vamos exigir a revogação imediata do Decreto 6583, ou simplesmente ignorá-lo; podemos e devemos fazer isso porque o idioma é nosso, do povo, e não de uns poucos que se arvoram em seus donos. Podemos promover reforma ortográfica coerente, que venha para facilitar; proporcionar melhor ensino do idioma e coibir o uso de palavras alheias. Isto sim, é defender a língua pátria.

TEÓFILO OTTONI, SEGUNDO PAULO PINHEIRO CHAGAS*

*Carmen Schneider Guimarães***

Preâmbulo

Por que Teófilo Ottoni?

Há pouco tempo, comemoramos o cinquentenário da inauguração de Brasília. Cinquenta anos!

Quem sabe, Juscelino Kubistchek não se tenha inspirado e até mesmo se espelhado no exemplo do irmão serrano, também fundador de uma cidade – a que deu o nome dea Nova Filadélfia – a pretendida capital das entranhas mineiras?

Brasília recebeu os cuidados materiais e artísticos dos maiores feitores da construção do país: a inteligência de Lúcio Costa, a competência de Israel Pinheiro, o talento do traço audacioso de Niemeyer, entre outros construtores da capital. Contou com a máquina administrativa e com os recursos financeiros de que o Brasil pôde lançar mão. O homem de Diamantina, filho da riqueza das terras mineradoras do estado, ele mesmo uma verdadeira jóia de agudez e determinação, edificou um monumento que a história pátria consagrou. Teófilo Ottoni, filho das mesmas terras da Vila do Príncipe, há cento e cinquenta e sete anos, desbravou, quase

---

* Palestra proferida no dia 10.6.2010, na Universidade Livre da AML.

** Escritora, presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras.

sozinho, a mata mineira nordestina. Interagiu com belicosas tribos de índios – revoltados com o desmando de reinós e terríveis preadores do gentio – tornando-os, com sua atitude apaziguadora, amigos e até solidários. O homem já pregava: "O índio é uma criatura livre e deve trabalhar por conta própria, e seu trabalho deve ser remunerado". Pinheiro Chagas comenta: "A Democracia pontificava em plena selva".

No vale do alto Mucuri, às margens do rio Todos os Santos, em 1857, Filadélfia fora elevada a distrito e freguesia da comarca de Minas Novas. E a lei mineira de 9 de novembro de 1878 criava o município de Filadélfia, já na categoria de cidade, com a denominação de Teófilo Ottoni, em homenagem a seu fundador.

Não fora só a ousadia e o destemor desta realização, muito mais se poderia reviver, como a implantação da Cia. de Estradas – Navegação a vapor, marítima e fluvial, do Vale do Mucuri, criada por Teófilo Ottoni.

Das 630 páginas da obra biográfica de Paulo Pinheiro Chagas, sobre uma das mais expressivas personalidades que realçaram na vida política e social no século XIX, nestas Minas Gerais e no país, depreende-se que, sem dúvida, Teófilo Ottoni situa-se entre os mais renomados líderes.

"Teófilo Ottoni é um pouco do destino nacional", assim começa Paulo Pinheiro Chagas a biografia do mineiro, cognominado ainda pelo autor, de "o grande precursor da República".

O escritor abre o Prefácio de seu substancioso livro denunciando o esquecimento a que fora relegado o mineiro, alcunhado ainda de "Senador do povo". Lembra Pinheiro Chagas que Ottoni nunca fora poder, e o poder é quase tudo neste "país tão grande que desanima". E insiste em dizer que embora isso, ele exerceu a mais definitiva influência na preparação das forças que edificaram o regime republicano. Cita precursores como Tiradentes, Caneca e Rateliff, que chegaram a ser seus ídolos, e dos quais ele bebeu as primeiras lições de democracia e as defendeu bravamente. Consolidou, ainda, com os reveses da monarquia, os ideais republicanos, juntamente com os não menos batalhadores Evaristo da Veiga, Bernardo de Vasconcelos e o futuro Visconde de Itaborai. A mocidade e o povo cedo adivinharam nele o guia provincial, dando-lhe um apoio que teve visos de idolatria. Os últimos dez anos de

sua vida ficaram conhecidos como a "era ottoniana", quando o bravo filho da Vila do Príncipe "governou o espírito público com a inspiração de um profeta" – afirma o escritor.

O livro não nos oferece outro recurso senão o da esquematização. O resumo leva-nos, juntamente com Pinheiro Chagas, às mais importantes etapas da vida desse devotado homem das entranhas mineiras e do território nordestino do Estado. O tratado subdivide-se em três significativos momentos, e foram chamados por ele, de Manhã, Meio-Dia e Tarde. Quem sabe, a quarta parte do trabalho, o que seria Noite, não chegou a ser escrita porque Teófilo Ottoni morreu aos 68 anos, quando muita coisa ainda viria a acontecer.

As Raízes iniciam a primeira parte do livro, partindo do Arraial das Lavras Velhas do Serro Frio, com o relato de sua história. Fala da opulência do ouro que detivera a bandeira de Antônio Soares e Antônio Rodrigues, e prende-se com entusiasmo à gente de Fernão Dias Pais Leme. Nasce o paladino da liberdade, Theóphilo, filho do Cap. Jorge Benedito Ottoni e de dona Rosália Maia Ottoni, no dia 27 de novembro de 1807.

Lá se vão dois séculos desse nobre surgimento. Iviturui, chamavam os índios ao lugar, por conta de frigidíssimos ventos nos intratáveis penhascos. E se apelidou, por etimologia tupi: Serro do Frio. O povoado desenvolveu-se rapidamente, e doze anos mais tarde, já se firmava com foros de Vila do Príncipe, que crescia de importância. Paulistas e reinóis vão tentar fortuna em suas terras. Até mesmo a Metrópole prestigiava-lhe o progresso. Dela faziam parte os atuais municípios de: Serro, Diamantina, Bocaiúva, São Francisco, Montes Claros, Rio Pardo, Grão Mogol, Minas Novas, Teófilo Ottoni, Salinas, Tremedal, São João Batista, Peçanha, Guanhães, Araçuaí, Ferros, Conceição e parte de Januária, sem falar dos vários que surgiram da fragmentação destes. Saint-Hilaire é o responsável pela citação, em sua Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais, no 1º volume.

O Capitão Jorge Benedito Ottoni fora eleito vereador do Senado da Câmara, cuja posição lhe dava grande destaque junto aos governantes, e conseguia sempre alteração de ordens que reputava danosas aos seus

munícipes. É de ver-se o entusiasmo com que o pequeno de sete anos, Teófilo, seguia pelas ruas, de mãos dadas com o pai, no acompanhamento de juizes, vereadores e demais funcionários. A Vila figurava só alegria, quando todo o povo corria para apreciar o desfile de seus representantes. Daí as raízes de justiça e liberdade incrustadas na mente de Teófilo Ottoni.

Realçam, na Seção Manhã, descrições com subtítulos: – A Comarca do Serro do Frio – O fundidor Manuel Vieira Ottoni – Ana Felizarda Pais Leme – Teófilo Ottoni, o latinista – A partida para a Corte – A grande lição de democracia – José Elói Ottoni, e muitos capítulos elucidativos que dão sequência à Manhã.

Os estudos de Teófilo Ottoni já o haviam colocado como criatura de excepcional inteligência, razão pela qual a ele foi conferida uma espécie de bolsa de estudos em Portugal. Na Corte, a convite do tio José Elói, Teófilo e o irmão Honório, já matriculados na Academia de Marinha, vão residir com o poeta. Teófilo tornou-se um líder entre os colegas. Dos exames prestados, uma carta do chefe da esquadra, Jorge de Brito, ao Imperador – faz notícia de que "Teófilo Benedito Ottoni sobressaiu entre todos os alunos acadêmicos como o melhor estudante", pleiteando-lhe a "praça de aspirante graduado em guarda-marinha".

É apenas o começo da saga de um grande nome na História, não só de Minas, mas nacional.

Continua a primeira seção do livro com Iniciação – Estreia de Teófilo Ottoni na imprensa – Baixa da Armada – Regresso à Vila do Príncipe – Bandeiras das Franquias provinciais. Com O Capitão da Casaca Branca e O Líder silencioso o autor completa, em Manhã, a primeira parte de seus estudos e pesquisas.

O segundo momento do livro, chamado de Meio-Dia, inicia-se com o capítulo Marcha para o Oeste, e dentre tantos subtítulos, destaca o rio Mucuri, com Teófilo, o dedicado estudioso do assunto e das condições para a incorporação de uma Cia. de Navegação e Comércio do Rio Mucuri e sua plataforma industrial. O progresso, e em seguida, o regresso. Teófilo Ottoni é chamado pelo biógrafo de "o último bandeirante". Há certa interrupção na trajetória biográfica do líder mineiro, quando o escritor se

dedica à notícia do falecimento do poeta José Elói Ottoni (que havia sido eleito um dos deputados à Corte de Lisboa) e à obra do árcade mineiro. A propósito do seu nome, poderemos intercalar um episódio a respeito do ilustrado tio de Teófilo. Em meio ao conturbado momento que o país vivia, em 1821, uma nuvem de insubmissão encobria o Reino brasileiro. Conta o autor que, certa noite, no Teatro S. João, no espetáculo de gala, e na presença do rei Dom João VI, o poeta levanta-se na plateia, e com voz firme, declama um soneto, com nítido ataque ao soberano.

Também Jorge Benedito Ottoni fora eleito dentre os vinte deputados por Minas às Cortes de Lisboa, nesse mesmo ano de 1821, um dos representantes da comarca do Serro Frio, época em que se forma em Vila Rica o primeiro governo provisório mineiro.

Em meio a muitas ocorrências revolucionárias, o livro marca firmemente a trajetória de grandes nomes dentro da história, não só mineira, mas do país. Turbulências persistem na década. (A emoção também gerada pela morte de Líbero Badaró, vítima de tirania, acentua-se, nos começos de abril do ano de 1831. E é quando se repete a frase final desse ilustre brasileiro: "Morre um liberal, mas não morre a liberdade").

Jorge Ottoni destaca-se como um dos representantes da comarca de Serro Frio. Também José Elói havia sido uma das figuras centrais na assembleia. E o genitor de Teófilo, ao regressar a Vila do Príncipe, lança-se à luta com muito ardor pela Independência. O que se deu a 1822. O Serro vivia e conhecia muito bem o despotismo português. Saint-Hilaire já delatava: "isolada do mundo", a comarca estava demarcada, como se fora de uma fazenda particular. "A pátria dos diamantes estivera mergulhada na longa noite do absolutismo", diz o autor. Na memória da gente serrana, perdurava o pelourinho e a forca, assim como o açoite, o confisco, o degredo, o esquartejamento dos patriotas. Do caldeamento de lutas, dos ideais reprimidos e da revolta pelo orgulho patriótico forjou-se a têmpera de um grande líder.

Teófilo Ottoni, chegada a sua vez, não esperou o detonar da insurreição, e em trepidante campanha, prepara a opinião pública. A Sentinela do Serro é sua tribuna. O líder inconteste conclama os serranos,

chamando-os às armas, "para deitar por terra a tirania". A 7 de abril, o Imperador abdica em favor do filho de menor idade, partindo do Brasil, rumo a Lisboa.

Algum tempo após, Ottoni detecta o desvirtuamento da causa. "Os caramurus"; os "exaltados", os "moderados". Deve-se ter em mente a Democracia e a republicanização da Constituição do Brasil. Ottoni dá apoio aos "moderados", lembrando Washington, Jefferson ou Franklin, que figuram seguidamente nos seus escritos jornalísticos.

Dois anos mais tarde, Vila Rica vê-se tomada por uma revolta: instalava-se a crise da vitória. "O 7 de abril tinha sido uma meia vitória. Não era a República que triunfava mas o despotismo que caía". Houve também, ao tempo, um "Ato Adicional", nascido numa modesta redação de Vila do Príncipe. E este "remoçava, pela democracia, as instituições monárquicas". Assevera ainda o escritor: "Mais do que uma página da Constituição, era um compromisso". E Teófilo Ottoni diz, convicto: "Tenho fé no governo do povo por si mesmo", e defenderá essa causa pelos anos afora.

As lutas faziam com que Teófilo Ottoni ganhasse a tradição de prestígio, além de popular, também nas lides intelectuais. E assenta-se em uma das cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Membro correspondente.

De político lutador a executor inspirado. Com A Mata Povoa-se, é notado o entusiasmo crescente do homem idealista e desbravador. Organiza-se a Cia. do Mucuri, uma companhia de estradas. Dá-se a fundação de uma cidade, em plena selva, dividindo-se ao meio a distância entre Santa Clara e Minas Novas, quando se nota a convicção de Teófilo, ao afirmar: "Aqui farei a minha Filadélfia". O governo mineiro prestigiou a iniciativa e ali se fundou a "Nova Filadélfia". Teófilo Ottoni contrata técnicos alemães, polacos, ingleses, franceses e italianos para atuarem na Cia. do Mucuri, da qual ele era o presidente. São três os núcleos de trabalho abertos: Santa Clara, Urucu e Filadélfia. Alargam-se as comunicações de Minas com o litoral. Sabe-se que o nome da nova cidade foi escolhido pela admiração de Teófilo à notável cidade americana, na época bastante conhecida pelas atividades culturais, com a fundação de

Academias de Belas-Artes, Universidade de Pensilvânia (onde ela se situava), colégios, seminários, também onde se fundou o primeiro jornal das Colônias Médias, denominado American Weekley Mercury, e o primeiro jornal diário dos Estados Unidos, Pennsyilvania Packet. Sobressaía como a mais importante e mais extensa cidade norte-americana no início do século XIX. Sobretudo encantava Teófilo Ottoni, o fato de ela ter sido, em 17-9-1787, a cidade em que se adotou a Constituição dos Estados Unidos.

A cidade idealizada por Ottoni nasceu assim, "criada pela vontade de um homem, filha do sonho e da aventura de pensamento e da ação". A euforia do biógrafo está patente, quando afirma ainda: "E o dia de seu natal, em plena selva virgem do Brasil, constitui um poema divino, desses que só aos eleitos é dado escrever". A fundação da cidade conta ainda com o apoio do governo de Minas, que prestigia a empresa. No dia 7 de setembro de 1853 inaugura-se "a capital", como centro das colônias do Mucuri. Surge a primeira estrada de rodagem construída no império.

O ideal de Teófilo Ottoni cresce. Abre a estrada de Santa Clara, artéria aorta do vale do Mucuri, com o propósito de alcançar o mar. A Cia. do Mucuri é uma realidade, e ainda em 1853, o Presidente de Minas, Luís Antônio Barbosa, elogia a empresa, secundado pelos relatórios do Ministro do Império.

E é quando se organiza a navegação a vapor, com a aquisição do navio Mucuri, que faz a linha do Rio de Janeiro ao Espírito Santo e ao Mucuri, para que se instale uma nova cidade em plena selva.

Mas os tempos tornaram-se difíceis e houve problemas com a navegação fluvial. Teófilo Ottoni incumbe o engenheiro John Barnett Humphreys de estudar as características do rio. Constrói-se o navio Peruípe, depois de outras tentativas infrutíferas.

Tarde. Já na terceira seção do livro, surgem alguns tropeços, depois da colonização do Mucuri. Pinheiro Chagas aponta o governo como sequestrador do dinheiro de um empréstimo. Teófilo Ottoni vê sucumbir a Companhia que era "a menina de seus olhos", e é quando se dá o naufrágio do navio Mucuri.

Teófilo procura salvaguardar o contingente indígena do território explorado. Não quer que se matem índios, e estabelece planos de catequese. Ali estão os botocudos e suas diversas tribos. Paz com os Giporoks, paz com os Nak-Nanuks. Ele era o Capitão Grande – paz entre as tribos. Autêntico precursor de Rondon, pois já dissera em outras palavras o que o nobre desbravador e amigo dos índios ditara há menos tempo: "Não atirar sobre os selvagens, nem mesmo para responder à agressão", quando Rondon decretava: Morrer, se for preciso; matar, nunca!". E escrevia nos jornais, em Notícia sobre os Selvagens do Mucuri: "Este maldito tráfico dos selvagens, mais infame que o dos pretos da África, tem sido a causa de calamidades sem número".

A atuação de Teófilo Ottoni junto às lutas entre os selvagens e a pacificação dos nativos é um capítulo especial em sua biografia. Torna-se uma tradição criminosa entre os índios a presença do homem civilizado em suas terras. Os portugueses firmavam para eles uma permanente ameaça e eram considerados inimigos, a partir das primeiras capturas do gentio. Mas Ottoni tem ideias próprias a respeito da catequese dos nativos, especialmente dos Botocudos. Como se disse, entende-se com os Nak-Nanuks, e ainda com os Giporok, Mek-Mek e Potik. Garante-lhes que vai acabar com o tráfico. E a paz será feita. O Capitão Giporok depõe o arco e a flecha, e voltando-se para os seus: "O Capitão Grande", Paqueju ê rehê!, que quer dizer: O Capitão é bom! E quando da escolha para a fundação da Filadélfia, o Capitão Timóteo, supremo cacique da confederação dos Nak-Nanuks, donos da terra, aponta Ottoni e brada: "Pogirun!" O homem das mãos brancas. Firmara-se o tratado de paz. Só mais tarde, com a ausência de Ottoni, os índios se rebelam.

E com o tempo, diz o autor: "Vila do Príncipe começa a avultar. Torna-se um grande centro de civilização e cultura", e cita Daniel de Carvalho, quando alegava que o Serro fora a Atenas de Minas, e entusiasmado, afirma: "Seus sobrados erguem-se atrevidos e sobranceiros. O barroco das igrejas dá provas de seu fino gosto"; e ajusta-se com Saint-Hilaire: "Em todo o Brasil, não tinha visto senhoras tão educadas, tão belas, tão distintas no trajar, como as de Vila do Príncipe".

Vale a pena que se admirem os dizeres laudatórios a respeito da história de rincões mineiros, hoje não muito lembrada. Chamada de sede do grande distrito do ouro e dos diamantes – ouro de Itapanhoacanga, diamantes do Tejuco, esmeraldas do rio doce, Vila do Príncipe transforma-se, em poucos anos, na capital política de todo o sertão norte-mineiro. Vila do Príncipe, segundo o biografista, "madrugava na prática da democracia".

O livro de Pinheiro Chagas, assim como os de outros autores que historiaram os tempos ottonianos são densos e requerem cuidados especiais com a saga dos homens e da terra. Nelson de Sena, em seu Memória Histórica e Descritiva da cidade e município do Serro, cita nomes ilustres da biografia serrana: os Ottoni: Teófilo, Cristiano, José Elói, Jorge, Carlos Honório, entre outros: João Nepomuceno Kubistchek, Felício dos Santos, João Pinheiro, Pedro Lessa. Depreende-se, no entanto, de todos eles, que Teófilo Ottoni foi, como se disse antes, um guia provincial, que deu ao seu povo um apoio, e mereceu visos de idolatria. De todas as tribunas que usou para declarar seu pensamento, pregou a democracia, com a qual se identificou, chegando a imprimir-lhe sua fé, seu caráter e persistência. Pode-se dizer que ele o fazia com a inspiração de um profeta, como o imaginou Pinheiro Chagas. E o biógrafo tece elogios ao homem de tantos merecimentos, que só a grandes vultos poderiam ser direcionados: "Probo até o sacrifício, simples como a verdade; envelheceu no desamor às honrarias, que sempre recusou" – e acrescenta, "que na coerência de sua doutrinação, na pobreza e na saúde dos costumes, era fácil ao povo buscar a inspiração da antiga virtude republicana (...)".

A convicção com que Paulo Pinheiro Chagas se refere ao caráter de Teófilo Ottoni e ao claro sentido de apostolado que ele desenvolvia proporcionaram-lhe a expressão: o João Batista da República.

A terceira parte do livro de Pinheiro Chagas também cuida de coisas boas. Teófilo Ottoni, homem incansável na luta pelo progresso de sua terra, elege-se seguidamente para o Senado, vencendo sempre em primeiro lugar. Até mesmo quando não o pretendia, é eleito à sua revelia, em 1860, e aclamado como o Senador do Povo.

Ottoni preocupou-se com o rio São Francisco, pois estabelecera um plano de navegação, em uma extensão de duzentas léguas entre os municípios de Juazeiro e a cachoeira de Pirapora, acima da barra do rio das Velhas, e que, segundo ele, comportaria navios de maiores lotações do que os de Ohio, nos Estados Unidos. E vai além, quando afirma: "E para pequenos vapores também, sem nenhuma obra hidráulica, parece que é adaptável o São Francisco em algumas dezenas de léguas, desde Pirapora até a barra do rio Pará, na comarca do Pitangui".

Fizemos questão de citar o trecho para que se constate o valor do pensamento maiúsculo do nordestino mineiro, já que tanto se discute hoje a respeito do rio da unidade nacional. E na época (1943), o historiador Pinheiro Chagas usou dos mesmos propósitos, e comenta: também para o transporte terreno o homem se voltara: "Ottoni cuida das estradas de ferro e as da terra e as defende para os vales do Paraíba, rio Doce, rio Grande e do São Francisco.

O fundador da Filadélfia mineira guardava outra advertência: "que as terras ali sejam atendidas, as que jazem incultas, mas que têm mais valor do que as do Congo, de Cocais e da Itabira".

Joaquim Nabuco, em seu decantado Um estadista do Império, afirma que Teófilo Ottoni foi a figura que fez as eleições de 1860 tornarem-se o acontecimento que marcou época em nossa história política, quando liderou a mocidade e o povo em geral, indo de freguesia em freguesia, acenando lenços brancos, "recomeçando a encher a maré democrática". Pregou a democracia em todas as tribunas e identificou-se com ela. O conceito que já definira Robespierre – que sua vida valia pelo mais eloquente de seus discursos – servia-lhe ajustadamente.

Teófilo Ottoni possuía o fervor de um apóstolo e a audácia de um tribuno, pois tinha respirado a democracia no lar paterno, define Pinheiro Chagas. Grandes estudiosos de sua biografia teceram-lhe um perfil de alto conceito. Lafayette Rodrigues Pereira, ao traçar-lhe o retrato, não se excedeu, quando afirmou: "A natureza parece que o predestinara para tão grande tarefa. Ele tinha o gênio, a eloquência, o sentimento, o instinto, a energia, a atividade, e até as cóleras da democracia".

Acredita-se que não existiu quem exercesse com maior influência a preparação de estímulos à concretização da democracia no país, senão Ottoni. Precisou acomodar-se, por vezes, às exigências dos fatos, "em benefício da unidade física da nação, então ameaçada".

O homem do Serro compreendeu a impraticabilidade da implantação da República, num Brasil ainda não disposto a recebê-la, e devotou-se à causa de sua preparação.

É visível e claro o final da fase da preparação, pois, um ano após sua morte, surge o Manifesto Republicano de 3 de Dezembro de 1870, subscrito com a lucidez da juventude por ele doutrinada.

Houve o interregno histórico das lutas, bem antes, em 1941. Começaram na Câmara, desde sua reabertura, com Teófilo Ottoni, os Andradas, Limpo de Abreu, Montezuma, Holanda Cavalvanti, Marinho, José Pedro, José Feliciano, entre outros. Ottoni apresentava-se como a grande figura do momento. Firmava-se permanentemente na tribuna. Insolente e atrevido, sempre diante dos ideais, o liberalismo, a que se devotara longamente. Agia como um paladino dos velhos tempos. Na Câmara, era a grande voz do partido a irritar os próceres conservadores, que proclamavam a necessidade de impedir o congresso liberal que se anunciava.

Pretendiam dissolver previamente a Câmara e anular o Ato Adicional. Contestava Ottoni, alegando que se o governo agisse desse modo, estaria se transformando em um governo de fato, sem legitimidade. E tudo levava à revolução. A rebelião vem do Pará e segue até o sul. Vitórias dos rebeldes. E a guerra era feita ao governo legítimo, ao sr. Dom João VI. Em 1941, Ottoni pediu a palavra 97 vezes na Câmara. Mas a reação monárquica encontrara eco nesse gabinete de 41. Agiam conservadoramente os ministros da Guerra e o da Marinha, quando o governo fizera aprovar duas leis retrógradas: uma, restabelecendo o Conselho de Estado e a outra, reformando o Código do Processo Criminal. Vieram dias tumultuosos, com a dissolução da Câmara. No Sul, a Guerra dos Farrapos. Surge a sociedade dos Patriarcas Invisíveis, e a 17 de maio, São Paulo proclama Rafael Tobias de Aguiar seu presidente. A província de Minas não dispunha de recursos militares,

cabendo-lhe o encargo de "distrair as forças legais", assumindo "atitude revolucionária", com a clara disposição de bater-se pela volta da ordem constitucional.

A honra da palavra empenhada não deixara Ottoni furtar-se ao compromisso junto aos companheiros, quando recebe a notícia do levante de Barbacena. E seu irmão Cristiano segue para Minas, embora sabendo pelo próprio Ottoni que não havia esperanças de vitória.

Teófilo Ottoni vivia os primeiros meses de um casamento por amor com Carlota Amália de Azevedo. E quando ele próprio se decide a ir à luta, ela o compreende e, dominando a emoção, incentiva-o ao cumprimento de seu amor à causa: "É preciso que vás. Não podes faltar ao teu dever". E daí para frente, empunhando armas, ele viverá uma verdadeira aventura, às vezes, romanceada, outras, histórica.

Os gritos de "Viva o Imperador!" eram rebatidos com os de "Viva a Constituição", no ataque a Queluz.

Nunes Galvão comandou os revoltosos, que marchariam, vitoriosos, sobre Ouro Preto, ostentando sempre na linha de frente, o Capitão da Casaca Branca. José Feliciano Pinto Coelho, presidente da província, não concorda com o avanço e pretende interromper a revolução. Entretanto, a ordem agora é de seguir para combater e vencer as forças de Sabará, cuja fuzilaria durou doze horas. Abandonado o assalto a Ouro Preto, as tropas revolucionárias seguem para Santa Luzia. Na defesa do governo, o barão de Caxias, comandando um grande contingente. E dá-se um golpe do destino que contraria todas as previsões, quando a batalha em Santa Luzia estaria ganha.

Pergunta Teófilo Ottoni, em circular: "Houve traição, ou foi uma dessas fatalidades com que o destino se apraz em zombar das mais belas combinações do espírito humano?". Mesmo com a deserção de Galvão, em terras luzinenses, travara-se a suprema batalha de 42. Ali se fixara um marco, no ementário das lutas nacionais pela liberdade – lembra Pinheiro Chagas. No dia seguinte, os chefes revoltosos veem-se detidos pelo general Nunes Aguiar, quando Ottoni declara: "Ficamos para ser presos", e responde à pergunta de Aguiar: "Ottoni é este seu criado". Os revoltosos seguem a pé para Sabará, e ali são algemados e acorrentados uns aos

outros e colocados à execração pública. Um nome é lembrado pela honrada atitude com relação aos prisioneiros: "Os presos hão de beber enquanto tiverem sede e comer quando houver o quê!" Era a contra-ordem ditada por Antônio Nunes Duarte.

É justo que se consulte a História. Cenas comoventes hão de saltar-nos aos olhos, como a que se deu na saída dos prisioneiros de Congonhas. Jorge Ottoni, pai de Teófilo e o irmão Honório Benedito Ottoni, presos no Serro, por crime de parentesco, chegam à cidade. Ao vê-los, Teófilo salta do animal que cavalgava por generosidade do Capitão Bento Leite, em recomendação do barão de Caxias, e beijando a mão de seu genitor, pede-lhe a bênção.

O cortejo entra na velha capital, deixando consternados os moradores. Talvez se lembrassem de outros episódios históricos, representado o de 1789, pelo mártir Tiradentes; o de Bernardo de Vasconcelos e o padre José Bento, em 1833; e mesmo antes desses, em 1720, o de Felipe dos Santos e Tomé Afonso. É verdade que a turba dos bajuladores do poder grita impropérios: "Morte aos chimangos!" E o Cel. Cid Morais adverte que "mandará romper fogo" a quem se atrever.

Ano e meio mais tarde, Ottoni vai a júri. Sereno e soberbamente tranquilo, o Capitão da Casaca Branca entra na sala. Não dispõe de advogado, e ele próprio faz sua defesa. Não se senta, e toda a sala se levanta com ele e permanece de pé até o início dos trabalhos. No final, é absolvido por unanimidade. José Mariano Pinto Monteiro, presidente do conselho de jurados, entrega-lhe "a pena com que tinham lavrado e subscrito a sentença", e que, depois da apelação, é confirmada pela Relação. Teófilo Ottoni só então vai conhecer o filho, Teófilo Carlos.

Para a legislatura de 1845-47, lá estão os nomes conhecidos: Teófilo Ottoni, José Feliciano, Melo Franco, Pedro de Carvalho, Marinho, Limpo de Abreu, Godói, entre outros. Diz Pinheiro Chagas: "a fina flor da geração luzia"...

Em 1848, um nome surge na bancada mineira, trazido pela influência do irmão: Cristiano Ottoni.

Mas ainda muita diplomacia vai ser necessária, também para conter os homens ditos civilizados.

Saltando sobre os primeiros largos momentos da História pátria, deparâmo-nos com um sério movimento que deu chance ao nascimento da República tão esperada. Em março de 1869, surge o Manifesto do Centro Liberal, com a assinatura de Nabuco, Teófilo Otttoni, Sousa Franco, Zacarias, Chichorro, Furtado, Otaviano, Dias de Carvalho, Paranaguá. Dela constavam os compromissos: reforma eleitoral, judiciária, abolição do recrutamento, a extinção da Guarda Nacional, e a esperada emancipação dos escravos.

De uma fulgurante vida, a serena morte, mas não admitida passivamente. Era 17 de outubro de 1869. Dias antes, Teófilo Ottoni ainda ocupa a tribuna, quando é advertido pelo velho amigo, o Senador Furtado, que ao ver-lhe as feições decompostas, lhe diz: "Não, meu amigo, basta! Vai tratar-se.Vê-se que está doente".

Era o fim de um grande brasileiro. O enterro realiza-se com incalculável multidão. Ministros, conselheiros, senadores, deputados, generais, magistrados. Dispensa-se o coche fúnebre e Pogirun é levado pela multidão: gente das oficinas, das escolas. "A mocidade e o povo são a nota dominante, nesse último comício", diz o biografista. E acrescenta: "O ministro do povo morria nos braços do povo". E uma chuva de poesias é espalhada sobre seu túmulo: de Bernardo Guimarães, José Bonifácio (o Moço), Américo Lobo, Almeida e Silva Junior, João Salomé de Queiroga, entre dezenas de outras.

No ano seguinte, seleta turma de jovens funda o Partido Republicano, e só daí a algum tempo, a República, dos ideais e da bandeira ottoniana, é proclamada no Brasil.

O LÍRICO E A IMAGEM: AS MUITAS FORMAS DA POESIA MODERNA

*João Carlos de Carvalho**

A busca do gênero lírico puro ao longo do século XX se tornou uma obsessão de muitos grandes poetas, como sabemos, e deu um estatuto de linguagem privilegiada a essa forma de expressão sem igual dentro da literatura moderna como um todo. A tradição lírica, de certa maneira, é aquela que, ao longo da evolução dos gêneros, se distanciou das formas de narração corriqueira, ganhando muitas vezes uma aura de sublimidade. Explica-se isso graças a sua condição itinerante entre a busca da imagem e a relação com o referente que o obriga a se deter imprecisamente num campo de discurso fronteiriço por excelência, onde não é mais apenas narração, mas não deixa de se apegar a alguma forma de relação descritiva com o possível referente, mas mantido graças a um ritmo que tem ser o mais particularizado possível, em que, isomorficamente, convivem dois espaços antagônicos, o mundo de dentro e o mundo de fora. Diferente da narrativa como um todo, como nos ensina Bákhtin, o estatuto poético aparentemente se basta por si mesmo. Dessa forma, empreende-se que o gênero lírico não é propriamente um discurso literário que tenha de se encaixar neste ou naquele princípio, ou um gênero como o que caracteriza o épico ou o dramático (narrativa direta em 3a pessoa ou indireta por

* Doutor em Letras pela UNESP, Professor da Universidade Federal do Acre.

meio da 2a pessoa), já que a busca pela síntese, através principalmente da imagem, ou uma frase que engrene um determinado efeito elocutório, apenas lhe permite vislumbrar a possibilidade do processo narrativo, ou seja, não dá permissão para que se evidencie a apreensão do objeto como algo relatável puramente onde, claro, isso foi profundamente percebido e levado ao extremo pela lírica moderna. É justamente a partir desses princípios que podemos observar o gênero lírico sobre o seu ângulo privilegiado, ou seja, por meio da sua multifacetação de formas muito mais facilmente dada aos experimentos da linguagem, contagiante por excelência (até mesmo em relação a outros gêneros), principalmente a partir do século XIX com Rimbaud e Mallarmé, ao mesmo tempo que se mantém atrelado a uma tradição bastante forte. É portanto provável que depois de lermos um bom número de grandes poetas, que tenham surgido ao longo do século XX, suponhamos que não há propriamente um tipo de expressão estilística de época a que possamos apegá-los numa situação "classificatória" mais adequada. Mesmo que outros gêneros modernos guardem também essa característica, é no lirismo que a verdadeira experiência da linguagem pode atingir um ponto extraordinário de execução, graças principalmente ao profundo diálogo com a força da tradição secular em que o formato poético havia adquirido ao longo de séculos de aprimoramento. (1)

No Brasil, por exemplo, são inúmeros os poetas que se encontram (e se desencontram) mesmo por meio de propósitos antagônicos. Nossos primeiros modernistas tiveram uma relação umbilical com a herança parnasiana, como um Manuel Bandeira. Mais adiante, o maior de todos, Carlos Drummond de Andrade, iniciando-se como um poeta *avant la lettre* se esmerou ao longo da sua carreira em buscar formas mais variáveis possíveis, inclusive algumas clássicas. Vinícius de Morais que se iniciou como um poeta de versos longos e desmedidos acabou por se tornar um dos maiores sonetistas da língua portuguesa no Brasil. A união entre tradição e liberdade de expressão do íntimo deu a Cecília Meireles uma condição ímpar de consciência poética em nossa língua. Sem falarmos em outros gigantes, como Jorge de Lima e Murilo Mendes ou mesmo um Mário Quintana, aparentemente muito mais prosaico.

Portanto, o que pode caracterizar o lírico como gênero do devir é a sua capacidade de tentativa de assimilação total do objeto, fazendo deste um todo que respeite intrinsecamente as partes. A percepção do ritmo é algo indissociável da sua compreensão semântica, mas sobretudo convoca uma atenção especial no momento da leitura, principalmente a silenciosa, obrigando a seguir e a buscar o ritmo por meio de tantas modulações de vozes interiores sejam possíveis por meio de necessárias releituras. Um poema só é um poema se puder se lido mais de duas vezes. O fato de a poesia estar relegada a uma prateleira mais escondida nas livrarias e sebos não significa a sua simples desvalorização enquanto objeto mercantil, mas a coloca num mercado restrito que necessita de um público necessariamente preparado para o que quer encontrar, mas que no fundo precise estar sempre aprendendo sobre o próprio objeto. Sua magia vem justamente das inúmeras possibilidades do que esperar dela enquanto leitura (muitas vezes, por outro lado, necessariamente em voz alta, para fazer funcionar no seu campo particular de musicalidade), pois dos seus desvios semânticos o que reparamos é que o gênero, problemático por sua condição especial de demanda muito própria de recepção, principalmente na modernidade, obriga-nos a nos debruçar numa corrente contínua que se dispersa na sua capacidade ímpar de dissolver o objeto no próprio sentido procurado. Nesta relação entre o eu e o objeto, o leitor só teria a ganhar se pudesse fazer da leitura um desafio e um parceiro complementar de uma emoção buscada pela própria leitura, nunca a emoção pela emoção. No jogo de palavras que a poesia se tornou na modernidade, a sensação de desmoronamento apenas abrevia a nossa provável destreza de lidar com as palavras. Diríamos que o leitor de poesia é uma vítima a cair sempre na armadilha da própria linguagem poética, não sendo assim não é poesia, ou no mínimo é apenas uma poesia sem ambição poética, o que daria no mesmo. Aguardar para ela um público muito amplo, nos dias de hoje, principalmente para a poesia moderna, seria a sua própria morte. Sua recepção deve continuar restrita, porque as dificuldades de leitura a obrigam cada vez mais a isso.

A teoria com que trabalho diz respeito a compreender a poesia lírica moderna como um possível gênero que produz discursos a partir de uma

matriz de aglutinação onde as palavras se propõem também enquanto "enfeite" de significação, o que muitas vezes caracterizou o alto lirismo no século XX. Atentemos para a tradição que começa a surgir com a poesia pós-romântica de Baudelaire. Naquele período, a poesia conservava um status privilegiado de recepção e propósito de enobrecimento de uma concepção de mundo por meio das particularidades do ritmo e da riqueza da sua linguagem. Baudelaire rompe com isso, mas mantém o elemento altivo da consecução poética herdada dos românticos. Rimbaud estabelece um parâmetro de incomensurabilidade em que a linguagem poética jamais se libertará por inteiro a partir de então. Mallarmé, para ficarmos entre os principais, estabelecerá novas condições elásticas para o que se considerava até então um campo de sublimação por excelência. Todos esses elementos em jogo desafiam a poesia a entrar no século XX como um cavaleiro desataviado de suas principais vestimentas com as quais ela sempre se apresentava. Evidentemente, essa revolução implementada pelos franceses não surtiu um efeito imediato e a poesia moderna inevitavelmente teve de conviver com formas tradicionais não porque elas fossem contrárias ao que se estava criando, mas porque a poesia havia atingido um nível muito elevado de expressão para descartar o que já havia conquistado. As vanguardas tentariam de alguma maneira acelerar o processo crítico em que a poesia se via mergulhada e isso abriu espaço para todo tipo de exagero, ou pelo menos de acreditar que a crise da linguagem a qual passava a poesia desde Mallarmé entrava numa aguda situação sem retorno.

O que surpreendeu, de qualquer modo, o discurso poético na modernidade é o fato de ele não se saciar com nenhuma forma, mesmo aquela que procurasse apenas destruir a própria tradição. A modernidade, no século XX, acelerou, para o bem ou para o mal, o campo de experimentação, mas não conseguiu esgotar o campo de curiosidade do qual novos poetas foram se apropriando, mesmo quando todas as possíveis linguagens vanguardeiras haviam chegado ao seu limite. O natural seria revisitar formas antes negligenciadas. Estávamos, na verdade, diante de um desafio ainda maior. O poeta que surge daí, principalmente a partir da década de 30 em diante, quando as novas conquistas formais estão mais

ou menos estabilizadas, acaba tomando para si um compromisso de renovação do qual só lhe resta o impossível, isso porque não haverá para ele nada que ultrapasse satisfatoriamente o que a crise de linguagem implica. O que resta para boa parte da grande lírica é a possibilidade de realização na própria linguagem, independente de se estar indo para frente ou para trás.

Para Hugo Friedrich, havia uma linha claramente traçada a partir das rupturas implementadas ainda no século XIX na França. Evidentemente, percebe-se hoje o limite que isso alcança, pois ao trabalhar com conceitos como "despersonalização" ou "desumanização" isso apenas se tornou uma maneira de privilegiar o campo de trabalho intelectual em que a poesia atua, mas que necessariamente não é o único elemento responsável pela alta qualidade atingida pela linguagem e a problemática alcançada. O irracionalismo trabalhado parece ter sido o grande passo para que a linguagem lírica alcançasse uma espécie de língua dos deuses, onde poucos iniciados e privilegiados poderiam ter acesso, mas nem tudo era feito para os anjos. Há uma tal transfiguração dos eus que o limite entre o campo biográfico e o poético praticamente se apagam, na verdade, mas isso simplesmente amplia a capacidade das vozes poéticas que vão surgindo de maneira cada vez mais extraordinária. Estou falando de poetas tão diversos como Dylan Thomas, Wallace Stevens, Luis Cernuda, Paul Celan, Saint-John Perse, Vicente Aleixandre, Marianne Moore, Elizabeth Bishop, Francis Ponge, Giuseppe Ungaretti, Eugene Montale, Sophia de Mello Breyner Andresen, Jorge Guillén, João Cabral de Melo Neto, Pablo Neruda, Jorge Luis Borges, Federico García Lorca, Willians Carlos Willians, Haroldo de Campos entre muitos outros de igual relevância.

Michel Hamburger nos fala da situação perturbadora que perpassará toda a poesia moderna, desde Baudelaire, de certa forma retomando uma discussão antiga. Mas a sua leitura nos lembra da necessidade de encararmos as "evoluções" em diferentes idiomas, como por exemplo, de um lado as línguas românicas, e do outro as anglo-saxãs. A partir de meados do século XX houve uma tendência avassaladora à chamada antipoesia, mas não era algo simétrico, e apenas uma abordagem minuciosa

das diferentes grandes vozes que se erigiram poderia nos mostrar um mapa mais ou menos delineável, algo que representasse a força de uma forma de expressão que se manifestava em várias dicções. A poesia moderna, não necessariamente modernista, é aquela que avança e retoma suas diferentes vestimentas. Na literatura brasileira, o apego às formas fixas dos parnasianos fez com que os modernistas se rebelassem contra um determinado modelo, mas, de certa maneira, as medidas tradicionais jamais foram totalmente abandonadas no que se desenrolou adiante, e não estou apenas falando na retomada de padrões clássicos da conhecida Geração de 45. Quase todas as grandes vozes atuais da lírica brasileira (dos últimos 30 ou 40 anos) de alguma maneira se dedicam a alguma forma de ritmo regular. Ana Cristina César, o maior nome da chamada poesia marginal dos anos 70, mostrou em muitos dos seus poemas "livres" uma certa negociação com a tradição. Manoel de Barros, que se dedica a combater o logocentrismo ocidental, talvez seja a única voz de um poeta bem sucedido que procura se manter fiel às formas livres implementadas pelos primeiros modernistas, mas muito mais porque se ele escolhesse outra forma de expressão talvez não conseguisse o mesmo êxito. Outros nomes de importância – Bruno Tolentino, Alexei Bueno, Carlos Nejar, Nauro Machado, Armando Freitas Filho, Paulo Leminski, Fabrício Carpinejar, entre outros. – mantêm de alguma maneira sua ligação com a nossa tradição romântica ou parnasiana.

Tomemos como base, a título de especulação, três poemas de três poetas representativos (já aqui citados) da nossa lavra mais significativa, praticamente contemporâneos em suas produções, produzindo suas obras em linhas muito próximas em termos de uma poética voltada para o processo de criação, porém por meio de uma reflexão e forma de expressão bastante particularizada. João Cabral de Melo Neto, em "A lição de poesia", fala-nos da poesia como um desafio de produção, algo que marcou a sua poética ao longo de toda a sua trajetória: "Toda a manhã consumida/ como um sol imóvel/ diante da folha em branco:/princípio do mundo, lua nova." Não nos é difícil percebermos que o eu lírico surge como uma espécie de demiurgo, transcendendo sua própria condição telúrica, ou sua própria inspiração para o processo do devir poético. Mais

adiante, a constatação: "Já não podias desenhar/ sequer uma linha;/ um nome, sequer uma flor/ desabrochava no verão da mesa:" O eu lírico faz da impotência, por meio dos referentes, o motivo de procurar uma voz, uma transcendência possível e termina a primeira parte do poema mostrando a dificuldade com o próprio mote criador, o que justifica a vinda do demiurgo, do ente privilegiado em que ele se alçou: "(...) que pode aceitar, / contudo, qualquer mundo."

Na segunda parte do poema, a revelação se torna inteira, já que o mundo deixa de ser abstrato e ganha um novo estatuto dentro do processo criador, graças a um novo elemento: "A noite inteira o poeta/ em sua mesa, tentando/ salvar da morte os monstros/ germinados em seu tinteiro". Há um rito de passagem graças à presença da noite, e aí os demônios, na mais lídima tradição platônica, podem ser soltos: "monstros, bichos, fantasmas/ de palavras, circulando, / urinando sobre o papel/ sujando-o com seu carvão". Aqui o demiurgo se apresenta com os seus ingredientes necessários, capaz de dar forma ao que já se prenunciava pela manhã, mas que só ganhou consistência na dicotomia claro/escuro, onde a noite revela os mecanismos de funcionamento de todo o processo de criação poética.

Na terceira parte do poema, a síntese alcançada por meio da reflexão madura, da percepção dos elementos contrários que levaram ao próprio estado poético: "A luta branca sobre o papel/ que o poeta evita, / luta branca onde corre o sangue/ de suas veias de água salgada." É sob esse estado de domínio que o poema revela as brechas da emoção vingadora, aquela que controlada pelo eu lírico lhe auxilia: "e de que servirá o poeta/ em sua máquina útil." Instrumentos estes que variarão sempre dentro do mesmo impulso: "Vinte palavras sempre as mesmas". Aqui, portanto, o poeta se revela pronto para o desafio de dominar o mecanismo do funcionamento poético. Ora, esse tipo de preocupação marcava os nossos parnasianos, mas a herança talvez venha dos românticos, graças à agudização da consciência criativa, mas o que vemos aqui é uma consciência pronta a qualquer jogo de linguagem que lhe desafie o processo de construção, onde o racional e o irracional se irmanam num mesmo complexo, onde o mundo do lado de dentro e o mundo do lado de

fora se confundam e a forma, sempre a mesma ou variável, se constituirá de acordo com o desafio ao "engenho".

Num poema pouco conhecido chamado "Arte poética", Carlos Drummond de Andrade nos dá uma pista importante para melhor ampliarmos a nossa discussão. Vale a pena transcrever o poema por inteiro:

> Uma breve uma longa, uma longa uma breve
> uma longa duas breves
> duas longas
> duas breves entre duas longas
> e tudo mais é sentimento ou fingimento
> levado pelo pé, abridor de aventura,
> conforme a cor da vida no papel.

Ao se referir à tradição clássica por meio da contagem métrica daquele período, o eu lírico se volta para um campo palpável em que a poesia é sempre reconhecida convencionalmente. Há ali um halo de eternidade e emboloração ao mesmo tempo, mas do qual nenhum poeta com vocação consegue se afastar de maneira definitiva. No entanto, ao escolher a forma prosaica de expressão, sem uma medida definida, Drummond mostra bem que o mais importante, ao fechar o poema, é o que está por trás da própria forma, a experiência humana, enfim. O que está em jogo, sendo assim, é a maneira como o processo de criação sabe explorar o manancial da própria vida, pois sem ela não haveria forma que desse conta da problemática que nos impomos ao existir. A poesia é indestacável da técnica, sem dúvida, mas a técnica é indestacável da vida.

Em alguns fragmentos do poema "Uma didática da invenção", de Manoel de Barros, encontraremos elementos que reforçariam alguns aspectos já discutidos nesse artigo, e que nos ajudariam a fechar a nossa reflexão sobre a lírica moderna. Na terceira parte do poema, ele nos diz "Repetir repetir – até ficar diferente, / repetir é um dom de estilo.", remete-nos a esse diálogo com o incomensurável estabelecido pela lírica

moderna por meio do jogo legado pela tradição e também pelo desconcerto que as vanguardas levantaram no início do século XX. E estamos falando de um poeta que joga livremente com a forma, sem nenhuma preocupação com algum tipo de medida métrica, mas que inevitavelmente estabelece um elo com todas as vozes que reforçam uma tradição. Mais adiante, na parte sétima do poema, o eu lírico levanta a sua bandeira que, de certa forma, acompanhará, ou acompanhou, toda a sua poética: "No descomeço era o verbo./ Só depois é que veio o delírio do verbo./ O delírio do verbo estava no começo, lá onde a/ criança diz: 'Eu escuto a cor dos passarinhos.'" E aí a invenção sinestésica se apresenta como uma maneira de composição em que a linguagem nada mais é que resultado de um ato perceptivo. Nesse tateamento fenomênico, Manoel de Barros simplesmente reforça um estatuto poético imprescindível, que independe da forma escolhida, mas que se vincula a uma força intuitiva que sem dúvida foi refinada na concepção da própria poesia moderna. E ele nos diz, mais à frente, "Em poesia que é a voz de poeta, que é a voz de fazer/ nascimentos – / O verbo tem que pegar delírio." Aqui temos o processo onde a voz lírica que emerge não passa de uma forma mais acurada de percepção do universo. Aí está toda a história da evolução da lírica moderna, que nos seus contorcionismos lógicos, no seus enigmas, nada mais reforça que a própria problemática humana e, no caso, a sua despersonalização ou desumanização não é mais que uma outra maneira de falar do que nunca deixou de estar em jogo: a nossa própria condição de perceber e interpretar o mundo à volta com o nosso espanto. A lírica moderna apenas nos mostra, mais que em qualquer outro momento, os limites da lógica na tradição do pensamento ocidental.

É Harold Bloom que nos lembra que a influência poética não acarreta a diminuição da originalidade, mas torna muitas vezes um poeta ainda mais original (p.35-6). Essa relação de forças é extremamente palpável na evolução da lírica como já foi demonstrado em vários estudos. Mas o que nos sobressalta é a maneira como a lírica moderna transformou isso num campo de batalhas bastante peculiar, dentro do quadro geral da literatura ocidental. Enquanto em outros gêneros (como o dramático, o romance) a ruptura se dá de forma avassaladora e qualquer retorno a

fórmulas antigas é vista como retrocesso, a poesia faz da tradição uma alavanca para as suas múltiplas formas de manifestação, mantendo uma hábil maneira de lidar com os dois lados, afinal as muitas formas de musicalidade da poesia não pode prescindir de limites. A poesia moderna nesse caso nos mostra que a voz poética não é para qualquer um, apesar de tantos arriscarem versos. A competência poética exige uma competência técnica acima de tudo, com o risco de o fracasso ser completo. Mas essa competência técnica não é nada se aliada a ela não houver uma profunda intuição do humano e suas contradições.

Notas:

1. Evidentemente não estou me referindo à famosa função poética de Roman Jakobson, que diz mais respeito ao mecanismo da linguagem como um todo. Aqui o que interessa é entender a linguagem poética como uma forma de elaboração superior que de alguma maneira acaba influenciando decisivamente outros gêneros, como o romance e o teatro modernos.

Bibliografia teórica consultada:

BÁKHTIN, Mikhaíl. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornini Bernardini et al. São Paulo: UNesp/ Hucitec, 1988. 439 p.

BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. Trad. Arthur Nestrovski. Rio de Janeiro: Imago, 1991. 213 p.

FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.349 p.

HAMBURGER, Michel. *A verdade da poesia: tensões na poesia moderna desde Baudelaire*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 462 p.

A SAGA DOS RETIRANTES

*Zanoni Neves**

As migrações no século XX constituem um tema de pesquisa que certamente deveria merecer maior atenção de historiadores e cientistas sociais. Mas a poesia, o romance, o conto e a literatura de viajantes não deixaram passar despercebido esse fenômeno que contribuiu para transformar a sociedade brasileira.

Nossa reflexão sobre este tema iniciou-se com a publicação do artigo "O grande auto de Natal" nas páginas do jornal CORRENTE, edição especial de 20 de dezembro de 2002. (1)

Introdução

Neste artigo, pretendemos comentar traços fundamentais de uma obra literária que marcou época na dramaturgia brasileira – o auto Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto – enfatizando sua importância histórica ao revelar, com percuciência, a vida dos emigrantes

---

* Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Nossos agradecimentos ao Prof. Luciano Figueiredo, editor da Revista de História da Biblioteca Nacional, pelo incentivo à publicação deste artigo em revista literária.

tangidos pela seca. Este tema também está presente na obra de outros autores que comentaremos mais adiante.

Morte e Vida Severina foi encenado pela primeira vez no TUCA – TEATRO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA, de São Paulo, nos anos 1960. Diversas montagens foram realizadas nas últimas décadas. Dentre os gêneros dramáticos, o próprio autor classifica Morte e Vida Severina como um auto, que – vale lembrar – se tornaria um belíssimo musical. Numa feliz parceria com o poeta João Cabral, Chico Buarque de Holanda compôs as músicas para a peça teatral que posteriormente seria adaptada para o cinema e a televisão.

Na seção "Cultura popular, poesia e humanismo", desejamos discutir como a vida de camadas sociais subalternas – incluindo a cultura que se expressa na linguagem e na literatura popular – inspirou João Cabral de Melo Neto a escrever Morte e vida severina. Tanto na forma quanto no conteúdo, esse "auto de Natal pernambucano" – o subtítulo da obra – mira-se na vida social daqueles segmentos da sociedade brasileira sem perder de vista sua cultura. Quadrinhas e sextilhas da poesia popular inspiraram o eminente poeta conforme já o mencionaram alguns autores. Valores sociais, costumes e termos e expressões populares foram incorporados ao poema conforme teremos oportunidade de comentar.

Essa narrativa em versos tem como tema central a viagem de um retirante para Recife, entrando em contato com pessoas do campo e da cidade. Outros autores, cuja obra teremos a oportunidade de citar, mencionaram a vida dos flagelados em direção ao Sudeste através do Rio São Francisco.

Pretendemos verificar a hipótese de que o auto Morte e vida severina atende a objetivos humanísticos de seu autor ao lidar com traços da cultura popular sem perder de vista a vida social de segmentos das classes populares.

Esclarecemos que a noção de "popular", mencionada neste artigo, diz respeito aos grupos e camadas sociais subalternos como lavradores, empregados em ofícios urbanos e, de um modo geral, as populações vitimadas pela exclusão social.

É importante conhecermos o conceito de cultura, formulado por Claude Lévi-Strauss, que fundamenta os nossos comentários sobre traços da cultura popular encontrados nas obras literárias citadas no presente texto:

> "Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos em cuja linha de frente colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas visam a exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social e, ainda mais, as relações que estes dois tipos de realidade mantêm entre si e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros". (2)

Para fins de interpretação, ressaltamos a importância da linguagem como sistema simbólico, relacionando-se com outros sistemas como componentes das culturas a exemplo da religião.

Em seu estudo da cultura popular, o Professor Antônio Augusto Arantes Neto argumenta: "Embora os símbolos culturais tenham existência coletiva, eles são passíveis de manipulação. Articulam-se no interior de uma mesma cultura concepções e interesses diferentes ou mesmo conflitantes." (3) Vale acrescentar que a manipulação de símbolos pode implicar sua ressignificação, atendendo aos interesses de grupos, classes e/ou agentes sociais. É necessário lembrar que a noção de "manipulação" no presente artigo não contém juízos de valor.

A nosso ver, a manipulação simbólica de traços da cultura popular no referido poema atende a objetivos estéticos, mas também humanísticos. Ao escrevê-lo, seu autor estava ciente dos interesses e da visão crítica do público a que se dirigia. Não custa lembrar que a encenação do auto/poema foi muito bem aceita por intelectuais, professores e estudantes universitários.

As migrações do Nordeste para o Sudeste contribuíram para potenciar o crescimento econômico desta última região, fornecendo mão-de-obra barata para a monocultura do café e para a indústria. O Rio São Francisco foi a rota dos emigrantes que demandavam os grandes centros

econômicos da sociedade brasileira. Neste particular, o romance, o conto, a literatura de viajantes e a poesia são testemunhos da vida dos emigrantes através do grande rio. No segmento "A grande travessia", comentaremos trechos de obras literárias que mencionaram a trajetória dos emigrantes nordestinos em direção à região sudeste. Jorge Amado, M. Cavalcanti Proença e Petrônio Braz figuram entre os autores que serão citados.

Como se verá, a leitura de Morte e vida severina e de outras obras literárias suscitou evocações, trazendo a lume fatos marcantes que estavam esmaecidos na mente do autor deste artigo. A nosso ver, esta é uma das características das grandes obras literárias ao despertar a emoção e a sensibilidade do leitor. Na seção "Uma experiência pessoal", relatamos fatos de nossa infância e adolescência em Pirapora (MG) como um testemunho da vida dos flagelados.

Inicialmente, vamos conhecer alguns trechos do auto/poema de João Cabral de Melo Neto que encanta o leitor pela simplicidade bem como pela profundidade, valorizando a temática da cultura popular. Pretendemos destacar a beleza do poema e interpretá-lo. Em seguida, um comentário sobre a obra de outros autores que abordaram a saga dos emigrantes através do rio São Francisco.

Cultura popular, poesia e humanismo

Muitos brasileiros, sobretudo os nordestinos, já conhecem de cor esses versos por intermédio dos livros, do teatro, do cinema ou da televisão:

"O meu nome é Severino, / Não tenho outro de pia." (4)

Assim se apresenta ao leitor o protagonista do auto/poema. Severino era – e ainda é – um nome muito difundido nas classes populares do Nordeste para batizar crianças do sexo masculino.

Depois de tentar identificar-se dentre muitos outros Severinos, habitantes do sertão pernambucano, o referido personagem conclui sua apresentação:

> "Mas, para que me conheçam / melhor Vossas Senhorias /
> e melhor possam seguir / a história de minha vida, /
> passo a ser o Severino / que em vossa presença emigra." (5)

Enfim, Severino é um retirante em busca de trabalho.

Em sua caminhada, encontra inicialmente dois sertanejos que carregam um defunto numa rede como era habitual no chamado "Grande Nordeste", que – vale lembrar – inclui a região norte-mineira, tendo em vista o fenômeno das estiagens prolongadas. Na zona rural, a rede substituía o caixão nas cerimônias fúnebres de pessoas das classes populares.

Depois de iniciar um diálogo com os dois homens, Severino pergunta sobre a identidade do morto:

> "E sabeis quem era ele, / irmãos das almas. /
> Sabeis como ele se chama / ou se chamava?" (6)

Os dois homens prontamente respondem:

> "Severino Lavrador, / irmão das almas, /
> Severino Lavrador, / mas já não lavra" (7).

Vale ressaltar a importância da expressão "irmão das almas" na linguagem e na religiosidade popular. Não se pode esquecer que o "rezar para as almas" é um costume sertanejo de origem indígena, que se incorporou ao catolicismo popular, conforme nos ensinam os pesquisadores desta área do conhecimento. Apela-se às almas com fervor assim como se recorre, em momentos de aflição e perigo, aos santos cultuados nos templos católicos: a Virgem Mãe Santíssima (Maria), o Bom Jesus da Lapa, São Gonçalo, São Severino ("que é santo de romaria") etc.

Prossegue o diálogo entre os personagens com outros esclarecimentos prestados pelos carregadores do defunto. Vejamos agora outra pergunta do retirante:

> "E foi morrida essa morte, / irmãos das almas, /
> essa foi morte morrida / ou foi matada?" (8)

Os dois homens satisfazem mais uma vez a curiosidade de Severino:

> "Até que não foi morte morrida, / irmão das almas, /
> esta foi morte matada / numa emboscada." (9)

As duas expressões populares "morte morrida" e "morte matada" também comprovam que o poema bebe na fonte da cultura popular. Pertencem à linguagem do Nordeste, incluindo a região do Médio São Francisco, onde ainda estão presentes na fala de seus habitantes. Ademais, vale notar que a morte por emboscada era (é) um "serviço" corriqueiro de jagunços, praticado a mando dos "coronéis" no passado e de grileiros no presente. Matava-se (mata-se), por exemplo, em disputas pela posse da terra.

No meio da jornada em direção a Recife, Severino encontra outros Severinos mortos e vivos. Numa casa, cantam-se excelências para a alma de um defunto – as conhecidas "incelenças" pertencentes ao catolicismo popular. Mais adiante, o personagem constata:

> "Desde que estou retirando / só a morte vejo ativa, /
> só a morte deparei / e às vezes até festiva; /
> só morte tem encontrado / quem pensava encontrar vida." (10)

É importante lembrar aqui os folhetos e as canções dos cantadores de feira. Há evidentemente diferença entre os versos eruditos do poeta João Cabral e as sextilhas da literatura popular. Nas estrofes dos folhetos (de cordel), por exemplo, predominam rimas simples entre o segundo, quarto e sexto versos. Mas o autor inspirou-se na literatura popular como se pode verificar na citação acima e em outras, ao longo deste texto.

À procura de trabalho, Severino dirige a palavra a uma mulher que se debruça numa janela, um costume muito presente nas culturas de comunidades do interior:

> "Muito bom dia, senhora, / que nessa janela está; /
> sabe dizer se é possível / algum trabalho encontrar?" (11)

A mulher faz perguntas a Severino, que responde sobre suas habilidades no lidar com a terra, a moenda, o banguê, o gado etc. Mas o pobre retirante constata que naquele lugar todos os ofícios estão relacionados à morte. Em seguida, questiona:

> "E se pela última vez / me permite perguntar: /
> não existe outro trabalho / para mim neste lugar?" (12)

Sua interlocutora prontamente responde:

> "Como aqui a morte é tanta, / só é possível trabalhar /
> nessas profissões que fazem / da morte ofício ou bazar." (13)

Severino prossegue em sua caminhada. Depara-se com um enterro de um trabalhador de eito. Os amigos que o levam ao cemitério falam da sua sina:

> "Essa cova em que estás, / com palmos medida, /
> é a conta menor / que tiraste em vida./
>
> É de bom tamanho, / nem largo nem fundo, /
> é a parte que te cabe / deste latifúndio.
>
> Não é cova grande, / é cova medida, /
> é a terra que querias / ver dividida." (14)

Em poucas palavras, estes versos colocam a questão da concentração fundiária no Brasil com rara contundência. Vale uma pergunta: em que texto a questão da terra foi abordada com tanta sensibilidade?

Depois de muito caminhar, Severino chega a Recife, e anda pela cidade. Ouve a conversa de dois coveiros, na qual naturalmente o tema

da morte está presente. Mas dirige-se a um mocambo à margem do Rio Capibaribe onde fica conhecendo um morador do lugar. A conversa entre os dois personagens inicia-se da seguinte forma:

> "Seu José, mestre carpina, / que habita este lamaçal, /
> sabe me dizer se o rio / a esta altura dá vau? /
> sabe me dizer se é funda / esta água grossa e carnal?
>
> Severino, retirante, / jamais o cruzei a nado; /
> quando a maré está cheia / vejo passar muitos barcos, /
> barcaças, alvarengas, / muitas de grande calado." (15)

Na verdade, Severino está desolado, desesperançado, sem perspectivas, e fala assim ao seu interlocutor:

> "Seu José, mestre carpina, / Que diferença faria /
> Se em vez de continuar / Tomasse a melhor saída: /
> A de saltar, numa noite, / Fora da ponte e da vida?" (16)

O poeta utiliza um recurso de linguagem tocante para falar de suicídio. A partir desta estrofe, o poema ganha extraordinária beleza. Uma nova personagem saindo do mocambo entra em cena, e fala assim ao mestre carpina:

> "Compadre José, compadre, / que na relva estais deitado: /
> conversais e não sabeis / que vosso filho é chegado? /
> estais aí conversando / em vossa prosa entretida: /
> não sabeis que vosso filho / saltou para dentro da vida? /
> saltou para dentro da vida / ao dar seu primeiro grito; /
> e estais aí conversando; / pois sabei que ele é nascido." (17)

Nesses versos, pode-se observar que a vida confronta a morte presente de forma patética na sextilha, anteriormente citada. O poeta utiliza o mesmo verbo – "saltar" – para falar da morte e da vida.

Vale lembrar também que o vocativo "compadre" revela a importância das relações de compadrio – um componente fundamental das relações sociais e da cultura, sobretudo, nas classes populares.

Nos versos que se seguem, revela-se a belíssima solidariedade dos vizinhos e amigos de Seu José, residentes nos mocambos onde vivem os excluídos da cidade de Recife. Trazem pequenas dádivas para a criança conforme permite a pobreza dos moradores do lugar:

> "(...) Minha pobreza tal é / que coisa não posso ofertar: /
> somente o leite que tenho / para meu filho amamentar; /
> aqui são todos irmãos, / de leite, de lama, de ar" (18)

Outra expressão muito utilizada no meio popular: "irmãos de leite", ou seja, "irmãos colaços" na linguagem erudita. A oferta do leite materno revela solidariedade, fraternidade entre os moradores do mocambo.

Uma peça de artesanato é oferecida ao menino por outro morador do lugar:

> "(...) Minha pobreza tal é / que melhor presente não tem: /
> dou este boneco de barro / de Severino de Tracunhaém." (19)

O artesanato integra a cultura material de grupos populares do Nordeste. Vale mencionar, por exemplo, os bonecos de barro do Mestre Vitalino, de seus filhos e discípulos. O nome citado nos versos acima é significativo: é também Severino.

Em seguida, verifica-se o diálogo entre duas "ciganas dos Egitos" que fazem vaticínios acerca do futuro do recém-nascido. Depois de fazer predições terríveis sobre os primeiros anos de vida da criança, uma cigana assim fala:

> "(...) Vejo-o, uns anos mais tarde, / na ilha do Maruim, /
> vestido negro de lama, / voltar de pescar siris; /
> e vejo-o, ainda maior, / pelo imenso lamarão /
> fazendo dos dedos iscas / para pescar camarão" (20)

Mas a outra cigana tem uma visão alternativa acerca do futuro da criança, e fala com segurança:

> "(...) Não o vejo dentro dos mangues / vejo-o dentro de uma fábrica: / se está negro não é lama, / é graxa de sua máquina, /
> coisa mais limpa que a lama / do pescador de maré /
> que vemos aqui, vestido / de lama da cara ao pé." (21)

Na predição da segunda cigana, a criança recém-nascida se tornaria um empregado de uma fábrica, lidando com graxa e máquinas.

É importante lembrar o lugar das ciganas na cultura popular, "lendo as mãos" dos seus clientes, com vaticínios sobre sua vida afetiva e econômico-financeira.

Ao longo do auto/poema, há referências a outros tipos populares como nos versos acima – o pescador de maré e o pescador de siri.

No final do poema, Seu José, mestre carpina, retoma sua fala, e responde a pergunta que Severino lhe fizera:

> "Severino, retirante, / deixe agora que lhe diga: /
> eu não sei bem a resposta / da pergunta que fazia, /
> se não vale mais saltar / fora da ponte e da vida; /
> nem conheço essa resposta, / se quer mesmo que lhe diga. /
> É difícil defender, / só com palavras, a vida, /
> ainda mais quando ela é / esta que vê, severina; /
> mas se responder não pude / à pergunta que fazia, /
> ela, a vida, a respondeu / com sua presença viva.
>
> E não há melhor resposta / que o espetáculo da vida: /
> vê-la desfiar seu fio, / que também se chama vida, /
> ver a fábrica que ela mesma, / teimosamente, se fabrica, /
> vê-la brotar como há pouco / em nova vida explodida; /
> mesmo quando é assim pequena / a explosão, como a ocorrida; /
> mesmo quando é uma explosão /
> como a de há pouco, franzina; /
> mesmo quando é a explosão / de uma vida Severina" (22)

O leitor é motivado a refletir acerca da relevância da vida, de acordo com a visão humanista do poeta, de acordo com a solidariedade para com os desvalidos, que caracteriza sua obra literária. Nos versos acima, sem perdermos de vista o contexto, vale ressaltar uma expressão de rara beleza – "o espetáculo da vida" – que expressa muito bem o pensamento do grande poeta.

A longa travessia

Das primeiras décadas do século XX aos anos 1960, grandes levas de retirantes transitaram pelo rio São Francisco com destino a São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e outros estados.

O escritor Jorge Amado, que viajou a bordo do vapor "Otávio Carneiro" nos anos 1940, escreveu o romance Seara Vermelha, cujo tema é a vida dos retirantes que chegavam a Juazeiro (BA) para "pegar o vapor" com destino a Pirapora (MG):

> "A chegada de grandes levas de flagelados representava sempre perigo de propagação de doenças. Sem falar no impaludismo que era endêmico por ali, havia a varíola muito comum entre os que chegavam da caatinga." (23)

E, em Pirapora, "pegavam o trem" da EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil com destino aos grandes centros.

A postura humanística do grande romancista, bastante conhecida, denunciou o sofrimento, a doença e a morte entre os retirantes.

Em seu livro Ribeira do S. Francisco, M. Cavalcanti Proença mencionou as condições em que viajavam os retirantes: "Em 1925 foi uma descida geral, descida do sertão e subida do rio. Acomodaram-se no 'Antônio Muniz', que em boas condições é capaz de alojar trezentas pessoas, cerca de mil e duzentos flagelados." (24) Referindo-se ao mesmo vapor, Proença confirma as informações que nos foram concedidas por velhos fluviários em Pirapora: "...o navio tinha de parar, de vez em quando, para enterrar gente, dois e três por dia." (25) A bordo, a diarreia

matava idosos e crianças recém-nascidas. A penúria e a falta de higiene eram fatores letais.

No ABC do "Antônio Moniz", um poeta anônimo mencionou as migrações através do Rio São Francisco:

> "(...) Única culpa é do Seabra / Governador da Bahia /
> Que tem feito no Estado /Uma completa anarquia /
> Vejam quantos imigrantes / Passam aqui hoje em dia." (26)

Os lentos "gaiolas" transportavam os retirantes, percorrendo a distância de 1.371 km entre Juazeiro e Pirapora. Os espaços da "segunda classe", onde se acomodavam, eram os porões e o convés das chatas que navegavam a contrabordo dos vapores.

No poema regionalista "A barca Aurora", um retirante do Piauí chega a Remanso (BA), cidade ribeirinha, e fala assim ao piloto da embarcação:

> "Seu mestre da barca 'Aurora' / permita me apresentar /
> da seca sou retirante / demando um outro lugar /
> meu destino é Pirapora / mas lá não posso ficar
>
> O sol tudo queimou / em São Raimundo Nonato /
> Faltou água no pote / e a comida no prato /
> Padeceu a criação / secou o verde do mato!
>
> Em Pirapora pretendo / tomar dos trilhos a estrada
> e a São Paulo chegar / sem olhar encruzilhada /
> labutar nos cafezais / construir nova morada!" (27)

A esperança alimentava o sonho do "Eldorado", a terra da redenção na perspectiva dos retirantes.

Em seu conto "Gente do Norte ou uma viagem de vapor", Pedro Ramos Nogueira, que trabalhou numa empresa de navegação, relata a vida dos emigrantes a bordo: "Crianças doentes, mulheres sujas, fezes

nos panos, no chão, moscas esvoaçando e uma fedentina de miséria e pobreza pairando no ar. Lá vai a gente do Norte no rumo do Sul. Gente sofredora, estóica, mas vai triste na incerteza do futuro, na saudade da terra madrasta que vai ficando atrás." (28) Pode-se dizer que este conto é também o depoimento de uma "testemunha ocular da história", de quem visitava o porto de Pirapora diariamente, pois a sede da empresa Navegação Mineira do Rio São Francisco, onde trabalhava o Sr. Ramos Nogueira, estava localizada à beira-rio, mais precisamente na Av. São Francisco, bairro da Pitombeira, em Pirapora.

As entrevistas confirmam o romance, o conto e os relatos de viajantes. (29)

Naquela cidade mineira, a situação social dos retirantes continuava sendo de penúria. Neste particular, vejamos um trecho do romance de Petrônio Braz, nascido em 1928 no município de São Francisco (MG):

> "Voltando-se para o velho perguntou:
> - Por que a demora em Pirapora?
> O velho encolheu os ombros e disse:
> - A passagem nos trem de imigração demora sair. Quem não tem dinheiro pra espera passa muito mal... Num tem serviço... Os novato, sem dinheiro, tem que pedir esmola. As moça se perde pra ganhar dinheiro..." (30)

As moças que "se perdiam", isto é, que perdiam a virgindade, podiam ser encaminhadas para a prostituição nas imediações do porto, onde se concentravam muitos embarcadiços das empresas de navegação, principais clientes das "zonas" (do meretrício).

Nos anos 1930, o estudante Carlos Lacerda escreveu um relato de viagem, comparando os flagelados a "uma carga de gado": "(...) Aos milhares, amontoados." (31)

Uma experiência pessoal

A beleza e a contundência dos versos de João Cabral de Melo Neto suscitaram evocações, sentimentos humanitários e, até mesmo, o despertar da consciência para os problemas sociais – um dom da verdadeira obra de arte.

Pirapora foi cenário da migração de milhares de nordestinos tangidos pela seca e/ou expulsos pelo latifúndio conforme já mencionamos. Lá havia um posto de triagem dos emigrantes. Os vapores das companhias de navegação despejavam na cidade homens, mulheres e crianças, vítimas da indigência.

À beira do ramal da EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil que ligava a estação ferroviária ao porto de Pirapora, havia o albergue municipal onde os flagelados abrigavam-se à espera de autorização que lhes permitissem chegar aos centros industriais e aos cafezais do Sudeste. A partir daquela cidade mineira, o meio de transporte era o ferroviário. Seja nos vapores ou nos vagões da estrada de ferro, os retirantes viajavam "de segunda classe" conforme o jargão das empresas de transporte. Embora significativa para a compreensão da situação social dos emigrantes, esta expressão não denota as condições subumanas a que estavam submetidos.

Nos anos 1950, percorríamos de calças curtas as ruas de Pirapora em busca de brincadeiras e jogos infantis. Numa dessas andanças, deparamo-nos com o albergue municipal onde se hospedavam os pobres retirantes. Era uma grande construção coberta com telhas, em torno de um pátio central, porém, sem compartimentos.

Passados cinquenta anos, a leitura de Morte e vida Severina avivou em nossa memória a imagem de sofrimento e falta de privacidade de famílias inteiras que desembarcavam no porto de Pirapora e abrigavam-se no referido albergue à espera do "trem" da EFCB que os levaria a São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Tivemos também a oportunidade de observar a chegada dos emigrantes em Pirapora, quando lá aportavam os vapores comandados pelo Capitão fluvial Joaquim Borges das Neves, nosso pai, que viajou

durante quarenta anos naquelas embarcações. Com muita frequência, comparecíamos ao cais do porto para recebê-lo depois de uma viagem a Juazeiro (BA), cuja duração podia ser de um mês ou mais. A nossa alegria com a chegada da figura paterna não impediu que mantivéssemos em nossa memória a imagem dos pobres retirantes que chegavam ao porto.

Naqueles dias, porém, ainda não percebíamos a dimensão da tragédia que se desenrolava sob os nossos olhos de criança e adolescente – a tragédia da indigência a que estavam submetidos milhões de brasileiros.

Os habitantes daquela cidade ribeirinha também conheceram os chamados caminhões "paus de arara" onde viajavam centenas de flagelados. As estradas que ligavam Pirapora a Belo Horizonte e Brasília – esta, durante sua construção – não eram asfaltadas. Nos meses secos, respirava-se uma poeira fina, de cor avermelhada, durante as viagens, sendo comum a sensação de sufocamento, experimentada por quem lá passava. No período das chuvas, as estradas ficavam quase intransitáveis com muita lama e poças de água. Frequentemente era necessário descer do veículo para retirá-lo do atoleiro.

Os "paus de arara" eram cobertos com lona, sob a qual se abrigavam os emigrantes, assentados em tábuas dispostas paralelamente nas carrocerias, sem recosto. Ali, viajavam dia e noite em ambiente promíscuo.

Um fato ocorrido nos anos 1960 merece ser comentado. Um daqueles caminhões estacionou em frente a uma padaria na Rua Otávio Carneiro esquina com a Rua Januária, no bairro Santo Antônio, em Pirapora – nas proximidades de nossa residência. Seus passageiros desceram, dirigindo-se ao estabelecimento comercial. Em pouco tempo, restaram apenas as prateleiras e balcões vazios. Os retirantes, famintos, saquearam-no em poucos minutos, e seguiram viagem.

A falta de segurança naqueles caminhões era evidente, não sendo incomum ouvirmos notícias acerca de acidentes com vítimas.

Conclusão

Traços da cultura popular – matéria-prima do auto/poema de João Cabral de Melo Neto – foram objetos de ressignificação. O poeta utiliza-se desses traços culturais, ainda hoje presentes em segmentos das classes populares, para escrever sua obra de caráter essencialmente humanístico. Destacam-se também no poema referências à vida social de segmentos empobrecidos e excluídos da sociedade brasileira; por exemplo, o flagelado, o habitante do mocambo e seus vizinhos.

A trajetória de Severino é a saga de milhões de brasileiros que, vitimados pela seca e expulsos pelo latifúndio, demandavam as áreas metropolitanas do Nordeste e das regiões Sul e Sudeste em busca de uma vida digna.

Lendo Morte e vida severina, percebe-se sua importância histórica não apenas para a literatura nacional, mas também para o despertar das consciências sobre o drama dos emigrantes. Para além de seu valor literário, o auto/poema contribuiu para suscitar discussões de natureza humanística sobre as migrações. Ainda hoje, é um testemunho histórico de um fenômeno social que transformou a sociedade brasileira, e não apenas cidades como Recife.

Certamente, o leitor que fez a primeira leitura de Morte e vida Severina logo percebeu as diversas referências à morte ao longo da narrativa. Uma bela surpresa, entretanto, fica para o final! João Cabral de Melo Neto era um homem que valorizava a vida, sobretudo as "vidas severinas" dos retirantes e das camadas sociais pobres e excluídas. É importante lembrar que a beleza dessa obra literária está no confronto entre morte e vida, tão bem contrastadas pelo poeta na fala de seus personagens.

Igualmente inspirados por um humanismo solidário, diversos autores que viveram na ribeira do São Francisco ou viajaram através do rio legaram-nos seu testemunho acerca do drama vivido pelos flagelados em sua longa travessia do Nordeste para o Sudeste.

Por fim, lembramos ao leitor que a cultura popular e a vida social dos pobres e excluídos tem sido uma fonte inesgotável de inspiração para

a chamada arte erudita; não apenas para a literatura brasileira. E quase sempre a apropriação desses temas pelos autores nacionais tem motivações humanísticas e solidárias.

Notas e referências bibliográficas

1. NEVES, Zanoni. "Um grande auto de Natal". Corrente. Pirapora (MG): Ano XXV, nº 966, edição especial de 20 de dezembro de 2002, p. 3.

2. LÉVI-STRAUSS, Claude. "A obra de Marcel Mauss". In: MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Trad. Lamberto Puccinelli. São Paulo: E.P.U. / Unesp, 1974, v. I, p. 9.

ARANTES, Antônio Augusto. O que é cultura popular. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 50-51.

4. MELO NETO, João Cabral de. Morte e vida Severina e outros poemas em voz alta. 14ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980, p. 70.

5. Ibidem, idem, p. 72.

6. Ibidem, idem, p. 72.

7. Ibidem, idem, p. 72-73.

8. Ibidem, idem, p. 73.

9. Ibidem, idem, p. 73.

10. Ibidem, idem, p. 79.

11. Ibidem, idem, p. 8l.

12. Ibidem, idem, p. 84.

13. Ibidem, idem, p. 84-85.

14. Ibidem, idem, p. 87.

15. Ibidem, idem, p. 100.

16. Ibidem, idem, p. 103.

17. Ibidem, idem, p. 103-104.

18. Ibidem, idem, p. 105.

19. Ibidem, idem, p. 106.

20. Ibidem, idem, p. 108.

21. Ibidem, idem, p. 109.

22. Ibidem, idem, p. 112.

23. AMADO, Jorge. Seara Vermelha. 19ª edição, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969, p. 134.

24. PROENÇA, M. Cavalcanti. Ribeira do S. Francisco. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert / Biblioteca Militar, s./d., v. LXXVI, p. 137.

25. Ibidem, idem, p. 137. Vide também: NEVES, Zanoni. Na carreira do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2006, Coleção Reconquista do Brasil, Capítulo IV.

26. ABC DO "ANTÔNIO MONIZ" (Anônimo), s./n./t.

27. NEVES, Z. A barca "Aurora". Belo Horizonte: Mazza Editora, 1991.

28. NOGUEIRA, Pedro Ramos. "Gente do Norte ou uma viagem de vapor". Corrente. Pirapora: junho de 1998.

29. NEVES, Zanoni. Na carreira do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2006, Coleção Reconquista do Brasil, nº 237, Capítulo IV, p. 106 passim.

30. BRAZ, Petrônio. Jandaia em tempo de seca. 2ª edição, Montes Claros: EDIBRAZ – Livreiro e Editor, 2002, p. 96.

31. LACERDA, Carlos. Desafio de promessa – O rio São Francisco. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1964, p. 115.

SINFRÔNIO DE CASTRO E HONÓRIO ARMOND
– duas faces de uma única essência –

*Antonio Carlos de Albuquerque**

Ao inigualável Machado de Assis de *Dom Casmurro*. Ao Professor Plínio Tostes de Alvarenga (1908/1993), presidente e fundador da Academia Barbacenense de Letras.

Escrevi: até hoje, local como a Escola Agrícola (assim a conheci), de onde via o sol debruar o céu com seus últimos raios, em muitas tardes barbacenenses, desperta emoção forte.

Praça da igreja da Boa Morte: monto alegres barraquinhas de noites de agosto.

Praça Conde de Prados: reconstruo o prédio do antigo Colégio Estadual, onde, moço, eu estudei.

Estação Ferroviária: velho estuário de partida do Expresso que nos transportava a Carandaí, evitando que se enfrentasse a poeira da União-Indústria.

---

* Professor, escritor, membro efetivo do IHGMG.

Residência, na Avenida Bias Fortes, do escritor Guimarães Rosa, quando médico da Polícia Militar, na década de 1930: a visitei. (Aliás, Agnes, a filha do imortal escritor, nasceu em Barbacena).

Avalio o presente. Imagino o futuro. A vida passa como a nuvem que caminha no horizonte.

Nos homens, no entanto, estão as ideias que impulsionam a essência do existir.

As figuras excepcionais de Sinfrônio Augusto de Castro e Honório de Almeida Armond, relembradas, transportam-me para os idos de 1957. Vejo-me nas calçadas de Barbacena! As lembranças possibilitam-me viajar caminhos da mocidade. Tudo se transforma!

Reconstruo o meu presente.

PELAS MANHÃS

Pelas manhãs, eu os via sempre. Bem cedo. Ainda, durante o inverno, quando Barbacena se tornava mais intensamente fria.

Sinfrônio descia cedo à cidade. Honório pretendia alcançar a Escola Agrotécnica. Sinfrônio portava a tradicional batina e o seu capote preto. Honório trajava terno cinza, jaquetão, a gravata desajustada no colarinho branco. Em 1957, Sinfrônio estava aposentado da cátedra. Honório atuava ainda como professor e trazia jornais, livros vários, nos braços. Saudava-os com claro bom dia, em locais diferentes da via pública: Rua Monsenhor João Gonçalves. Meu destino: participar das aulas do curso científico do extraordinário Colégio Estadual Professor Soares Ferreira, outro modo de reconhecer o antigo Ginásio Mineiro de Barbacena. Lá, manhãs sempre encantadoras existiam, ao ouvir professores do galardão de Duque Estrada, Joaquim Santos, Antonio Viçoso Soares Ferreira, José Mendes de Vasconcelos Júnior, Nestor Albino de Almeida Cirino, Fernando Vítor de Lima e Costa, Moacir Rocha, Clodoaldo Dantas, Sebastião Ayres Pinto os quais estão até hoje na janela da recordação.

Sinfrônio, como se referiu Nestor Massena, em seu livro A Igreja em Barbacena (1952), tem no nome a indicação de sua ascendência como

barbacenense (os Castro barbacenenses), como professor, sacerdote, orador, como homem da maior fidalguia. Nascido a 26 de julho de 1881.

De Vito Leão, citado por Massena, na obra acima, referindo-se a três figuras excepcionais de Barbacena, a respeito de Sinfrônio de Castro, escreveu:

> "Um que vale pelos três
> – Padre Sinfrônio de Castro...
> É nada menos que um astro,
> Que na oratória se fez.
>
> E vale por mais, talvez
> Pois que leva no seu rastro
> Muita estátua de alabrastro
> Sem valor para o burguês.
>
> Ouvindo e contando histórias
> É alma das mais finórias
> Que sabe onde põe os pés.
>
> E, quando a "cousa" lhe agrada,
> Dá uma "bruta" gargalhada...
> E, rindo... vale por dez".

Honório, barbacenense, descendente dos Armond, nasceu a 27 de junho de 1891. Busco em Altair José Savassi, na sua página a respeito do centenário do professor e poeta, no Anuário 1991, da Academia Barbacenense de Letras, as referências-síntese a respeito dele.

"Honório Armond não era dessas criaturas vulgares. Dono de talento raro, raríssimo, de uma inteligência vasta como o oceano, de um coração imenso como o infinito, era de uma simpatia ímpar e a sua loquacidade era impressionante".

Tornou-se o príncipe dos poetas mineiros (1927)

Ambos estão sepultados no cemitério da Boa Morte. Tornaram-se, ambos, definitivamente, Sinfrônio Augusto de Castro e Honório de Almeida Armond de Barbacena. São elas as duas metades do caminho, as duas metades que formam um ser humano. Para além do bem e do mal, além dessas duas faces, começa um outro caminho.

O PODER DE COMEÇAR

O filósofo Agostinho pode ser considerado o último dos filósofos romanos e o primeiro moderno. Nele há dois mundos: o da antiguidade e o que se refere ao mundo cristão. E é extraordinária a observação que Hanna Arendt faz dele: Agostinho, um africano romano convertido ao cristianismo, o que lhe valeu mal-entendidos, pois de uma extremidade a outra de sua vida (de profano a um convertido), ele se considerou fiel à filosofia.

A sua conversão não foi a de Saulo, que, após, tornou-se Paulo de Tarso. Agostinho preocupou-se na descoberta das implicações filosóficas de sua fé nova. Hoje, em nossos dias, não se poderá saltar de Aristóteles a Descartes, sem medir a significação desse pulo. Levando-se, então, em consideração, o contexto, pelo pensamento de Agostinho, é possível encontrar facilidade para novos começos.

Arendt nos adverte quanto ao pensamento de Agostinho, filósofo da história, de deixar-nos guiar pela frase extraída do seu livro Cidade de Deus: "initium ut esset creatus est homo, ante quem nullus fuit". Para que houvesse um começo, o homem foi criado, antes do qual não fora ninguém criado. O homem se identifica com a aparição da liberdade da existência humana no mundo. O homem é livre porque é um começo.

Segundo Agostinho, o homem e o tempo foram feitos juntos, o homo temporalis – a criatura temporal – que é mortal, mas que foge ao tempo pelo pensamento. O homem é no tempo, mas o tempo é quebrado em seu meio pelo pensamento. "É em ti, meu espírito, que eu meço o tempo.

O presente dos fatos presentes transforma o futuro em passado. O passado – a memória – aumenta com a diminuição do presente dos fatos

futuros, até o momento em que tudo será passado, quando se consumar o futuro.

A respeito de Heidegger, comenta-se que ele ao ministrar um curso sobre Aristóteles iniciou-o assim: "Ele nasceu, trabalhou, morreu." O que eu necessito deixar claro é que não estou suprimindo dados biográficos, mas indicando uma maneira de compreender a imbricação do nascimento, do trabalho e da morte.

Sinfrônio de Castro nasceu em Barbacena. Em Barbacena, nasceu Honório Armond. Têm, ambos, uma descendência barbacenense fidalga. Foram professores de raro talento, exímios oradores, ourives ímpares das letras. Eles amaram a vida, as pessoas, o mundo. Ambos falecidos: o primeiro em 1973, com 92 anos de idade; o segundo, em 1958, com 67 anos.

PLURALIDADE

Sinfrônio de Castro ao despedir-se do quadro de professores do Ginásio Mineiro (na expressão dele: "o colar de ouro da "Princesa dos Campos") e, na qualidade de paraninfo dos formandos em dezembro de 1941, daquele excelso educandário, firmado na história da educação secundária em Minas Gerais, referiu-se com relação ao tempo e à existência:

"Generosos, ao cabo da jornada ginasial, fostes buscar-me no remansado asilo da penumbra, a que me acolhi encanecido, para dizer-vos, nesta tertúlia de vosso triunfo, que o tempo vos segreda uma palavra – passado. Este ano caiu-me da fronte o estema do magistério. Cedit corona capitis mei. Quisestes, ainda assim, engrinaldá-la dos louros paranínficos de vosso noivado literário, ouvindo os acentos da voz de vosso mestre jubilado, que só palavras amigas vos dirá, com um saber todo de experiências feito. Foram nesta casa os cinco anos de vosso curso fundamental.

"Eis aí vosso passado, que muitas vezes, de futuro, a evocação de vosso espírito fará reviver para refrigério e para consolo, nos agros inevitáveis da humana contingência. Vosso passado literário se constitui de cinco anos. Um lustro, um arrebol, uma alvorada linda como a aurora

nos horizontes de nossa terra. Meu passado se constitui de seis vezes cinco lustros batalhando neste estabelecimento que hoje ides deixar por dissipar trevas e aclarar horizontes para a juventude. Sentimos, pois, unidos, amarguras da despedida, dulcificadas pelas alegrias de vitórias incruentas."

Honório Armond, a um relógio, oferece a beleza de seus versos:

Versos a um relógio

Velho relógio, amigo de outras eras,
Esquisito, bizarro, original,
No teu ranger, isócrono, que esperas?
... o dia de hoje ao de amanhã é igual!...

Desejos, ilusões, sonhos, quimeras,
Desesperos e anseios, afinal.
São minutos apenas e são meras
Vibrações de tua alma de metal.

Vives, assim, indiferente e mudo,
Impassível, sereno, imoto e quedo,
Aos felizes sorrias, aos tristes choras!...

Dás, entretanto, uma resposta a tudo:
Agora!... É muito tarde! Espera! É cedo!....
Nesta ronda fantástica das horas.

Pela obra que nos legou, pelos exemplos edificantes, pela memória eternizada que é maior que a sua morte, continuará vivo entre nós e também entre aqueles que não o conheceram.

Referindo-se a ele, a professora e acadêmica Zenaide de Araújo Gomes Vieira Maia, escreveu no Anuário da Academia Barbacenense de Letras (1991):

Honório Armond foi um poeta sublime cujo olhar sempre se elevou mais alto e mais longe da realidade próxima. E, em face do mistério da Vida e da Morte, vibrou o mais íntimo do seu ser.

Sem dúvida, Honório Armond pode ser considerado um poeta-maior, instigando e produzindo luz. Sinfrônio de Castro na vida sacerdotal foi perseverante até o fim. Na arte de escrever, um notável. Um professor iluminado.

Reafirmando, como Agostinho, é em ti, meu espírito, que meço o tempo.

NATALIDADE

Aos mais moços, que alcançaram o barco da formatura para navegar para o noivado da juventude, relembro a recomendação de Sinfrônio de Castro e de Honório Armond, ambos na condição de paraninfos das turmas. Brindaram o brilho do contexto e o nascimento dos alunos para a vida nova, pelo que escreveram e disseram. Tudo por eles foi consagrado.

Sinfrônio de Castro na ocasião do seu jubilamento, na condição de professor do renomado Ginásio Mineiro de Barbacena, em dezembro de 1941, por mim resgatado do original dele, com a sua própria caligrafia, sobre o qual já fiz referência, em certo trecho, exprime:

> "É a consciência a própria razão, que se sente forte porque tem a certeza de princípios e de leis, seguros e infalíveis, no meio das trevas em que se agita o espírito, não raro num penumbramento de agonias. A imaginação, por sua vez, brincando pelos espaços, vencendo barreiras, descobrindo novos céus e novas terras, não perde suas energias, nem desfalece nunca, porque tem seu ideal eterno, donde derivam as belezas todas da arte e as inspirações todas da poesia. A vontade, aliciada pelo bem e pelo mal, fraca e débil, só encontra seu ponto de apoio nas convicções que nascem do infinito e que lhe garantem estabilidade e descanso. Feito para a felicidade, o homem tende para a perfeição. Mas

> para conseguir a perfeição, há mister triunfar de sua própria fraqueza, socorrendo-se do sacrifício e da luta.
> .....
> Instruir sem educar é mutilar o espírito e apunhalar o coração é roubar ao espírito a vida, ao coração, as doces esperanças da felicidade, a pureza dos afetos, a santidade dos amores, a delicia da paz. Já se compreende, senhores bacharéis, que a beleza da ciência não pode divorciar-se da beleza da virtude. A ciência deslumbra, a virtude domina. A ciência seduz, a virtude encanta."

Honório Armond, também, na condição de paraninfo dos alunos do Colégio Estadual – em 1953, é exaltado pela escritora Zenaide de Araújo G. V. Maia, no Anuário de 1991, da Academia Barbacenense de Letras:

> "... poderíamos definir o céu como a presença permanente de tudo aquilo que amamos e a que aspiramos; a perenidade de nossas realizações; o minuto goethiano que deveria deter a ronda do tempo em seu eterno torvelinho, dando a Deus a vitória sobre Satan, pela inutilidade da tentação do homem – o doloroso Fausto de todas as inúteis aspirações. E é por isto que vos desejo nesta hora em que me despeço de vossa turma – de amigos direi – mais que de alunos: ficai na Terra e humanamente amai...
> E que possais alcançar, na Terra – porque ele está aqui e ser-vos-á inútil procurá-lo fora de vós mesmos – este céu que acena aos nossos anseios, na frase imensa do genial batalhador pelo claro e límpido espírito de latinidade, mestre da dignidade humana, paladino da confiança e da regeneração. Este céu que irá objetivar-se na realização de vossos ideais e que vos trará a permanente certeza de que o maior dom da vida é o de se poder vivê-la sem a plúmbea tristeza e a opressiva angústia de ser inútil ou a diabólica tortura, a desventura de ser mau..."

Quem esses conceitos exarava – tanto um, quanto o outro – foi amante da vida, estimulando o sentimento de união dos homens, instigando as consciências reacionárias, possibilitando-as encarar os problemas sociais e as iniquidades humanas. Na vida, a ciência não poderá sobrepujar a virtude e que o movimento da cultura da terra é um modo de amar a pátria, podendo nela viver sem a "opressiva angústia de ser inútil ou a desventura de ser mau".

UMA SÍNTESE

O homem e o tempo foram feitos juntos. O que cada um deve à vida não é apenas a multiplicação da espécie, mas o ressurgir de uma criatura nova no meio do *continuum* intemporal como qualquer coisa inteiramente nova.

Nada mais fulgurante que relembrar de Honório Armond, na sua obra Perante o Além, seus versos para descrever Ciclo: I – Nascer; II – Viver; III – Morrer.

Ciclo

I

Nascer
É a atração mentirosa da Beleza
que, em repulsões, mais tarde se desfaz...
ronda a morte ao redor... e não vos pesa,
ó pais, o vosso gozo tão falaz?...

II

Viver...
Viver... rolar a pedra encosta acima
Esperando a eminência ou o apogeu,
Em que a Glória reluz e o Sonho prima
Pelas forças ideais que à alma nos deu...

Descer sem lá chegar... há quem exprima
O horror de quem, sem culminar, desceu?
E a dor daquele que, ao chegar lá em cima,
Teve o abutre? Ou Sísifo ou Prometeu!

III

Morrer...
Morrer... é continuar, de novo, a rota
Para um longínquo e tenebroso Além...
É ser flor... animal... ou pedra imota...
A Morte um só instante a Vida além...

Da ignóbil podridão a vida brota
e, com ela, ódio... amor... o mal e o bem!
Morrer! Partir para uma terra ignota
que os meus olhos, mortais, longe, entrevêm...

É uma circunferência a Vida, em suma...
De qualquer ponto que tu partas, Homem,
hás de encontrar, um dia, esse teu Ser!

Ou num sol ou num flóculo de espuma
as dores que, hoje em dia, te consomem
terás sempre contigo!.... e é tal morrer!

Sinfrônio de Castro, por ocasião do 70º aniversário de fundação do Asilo de Órfãs, em 3 de maio de 1957, em discurso impresso, dizendo respeito das ações humanas no mundo, escreveu, o seguinte:

"Aos ARMONDES antigos se devem grandes serviços e preciosas dádivas, altamente reveladoras de não comum generosidade.

> ... Para com a sociedade, que maior serviço do que dissipar a nuvem da desventura nos extremos da fatalidade, contribuindo para diminuir infortúnios humanos e os há tantos na arena da miséria? Recolher donzelas, a que faltava a luz da instrução, o pão quotidiano, os abrigos do lar, as carícias da família, a educação do trabalho, a formação moral, tudo isto, é rasgar o sudário da miséria, é dissipar os negrumes do abandono, é levantar o véu da orfandade, para preparar os destinos, que despontam como as rosas que desabrocham em festões de camélias que se balouçam, é dispor um canteiro de viçosos lírios ao calor benéfico de um sol formoso de primavera! Barbacena pode ufanar-se de possuir uma obra civilizadora, como as que mais honram e ilustram um povo.
>
> Em outro discurso, pronunciado à tarde de 20 de fevereiro de 1915, por ocasião do falecimento do Padre Luiz Boavida, Sinfrônio chama atenção para a obra que, a despeito do sobrenome Boavida, o finado havia construído na sua florente adolescência no humilde burel de Vicente de Paulo. Portanto, na ação e no sacrifício.

E prossegue:

> .... "Não procurou o sacerdócio e a Congregação como segura acolhida de repousos ou como um magnífico paraíso de ócios, mas sim como escola severa e arena pacífica, em que se lhe fortaleceu o caráter adamantino e se lhe provou o ânimo acepilhado para as responsabilidades, aspérrimas e altíssimas, da sua evangélica missão."

Chego ao final: é nesse ponto que Sinfrônio e Honório, duas faces de uma única essência, deixam de ser um relato histórico e promovem um convite a uma vida livre da culpa e do medo, na qual há ordem e caos, serenidade e violência, delícias e amarguras.

Reluz a compreensão de que, cada homem, é um singular indivíduo. É pessoa e sujeito e ainda ser de transcendência, de responsabilidade e liberdade.

Pelo nascimento, o homem vem ao mundo como algo singularmente novo que acaba fundando o pensamento do estar junto com-outros-no-mundo. O mundo, considerando apenas a sociedade por interesses, deixado à própria sorte, tende a seguir a lei da mortalidade que preside a vida e todas as coisas humanas. Sem as ações humanas não há rupturas no movimento do homem entre o nascimento à morte. Ao se inserir no mundo – o homem – necessita de acolhimento e proteção em seu desenvolvimento a fim de exprimir a sua singularidade.

Procurei, como um pescador, inda fraco, que desce ao fundo do mar para trazer a pérola, nas profundezas da palavra poética de Sinfrônio e de Honório, não para resgatar o passado como ele o era, mas aquilo que está no fundo e vem transformado, mostrando ao mundo dos vivos como algo imperecível.

NÓS, A OUTRA RAPAZIADA

*Affonso Heliodoro**

Não fazíamos parte dos "desatinados". (O Desatino da Rapaziada de Humberto Werneck. Instituto Moreira Salles. Casa de Cultura de Poços de Caldas. Companhia das Letras. 1992). Éramos também classe média, porém mais modestamente aquinhoados. Nossa geração, que precedeu a deles, relatada no livro referido, não gozava da mesma liberdade, porque viemos alguns anos antes.

O desvario nosso, bem mais comportado, realizava-se nos *footings* na avenida Afonso Pena, na Praça da Liberdade, na Rua Itajubá, no bairro da Floresta – famoso por suas moças bonitas – ou então, em Santa Efigênia, em frente à igreja, na Avenida Brasil. Não significa, entretanto, que participávamos apenas daquele saudável e saudoso divertimento dos jovens – moços e moças – do tempo das serenatas. Moçada muito mais moderada que a de hoje, nossas festas tinham ainda a dureza dos costumes éticos, morais e religiosos daquela época. Eram, porém, bem mais românticas. No *footing*, fosse na Avenida Afonso Pena, na Praça da Liberdade, na Floresta ou em Santa Efigênia, era a busca das namoradas, ou o simples prazer de vê-las desfilar com seus vestidos domingueiros, seu perfume de mocidade, seu encanto de juventude. Nos bailes "assustados", que se realizavam em casas de família – e que tinham esse nome em virtude de não terem sido programados – era a sensação de ter a namorada, ou a pretendida, presa entre os braços nos volteios de uma

* Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – IHG-DF.

dança bem comportada. Os "assustados" aconteciam naturalmente. Aconteciam para comemorar alguma coisa inventada por nós mesmos a partir de um motivo qualquer, para festejar um aniversário sem programa, para confirmar um namoro já autorizado pelos pais da moça, ou então, apenas para propiciar o início de um namorico novo, ainda meio escondido. O relacionamento moça/rapaz continha muito mais sentimento do que o de hoje, na base do *oi*, do *bicho* e do *cara*. E pior agora, do *ficar*.

A abordagem às namoradas era bem complicada. A aproximação meio demorada e cheia de truques. Do vaivém dos *footings*, ao "ocasional" encontro das mãos, à conversa no portão, até, chegar ao beijo – um leve toque no rosto ou nos lábios, quando acontecia – levava um tempão danado. Havia, além do *footing*, do *flirt* e das namoradas, as escapulidas pela noite, em busca da boemia. Preferentemente na Rua dos Guaicurus e imediações, onde ficava a zona boemia, a ida aos cabarés e *rendez-vous*, que os mineiros chamavam de redevu, a visita, às escondidas, a alguma daquelas casas suspeitas, muito reservadas e que se assemelhavam às casas noturnas, tipo "luz vermelha", dos romances de Jorge Amado.

Eram fugas que não chegavam a ser rotineiras, porque dependiam do soldo e da folga. Ainda nem se sonhava com o facilitário dos atuais motéis. Que diferença! Mas o famoso Cabaré da Olímpia, o Palácio de Cristal ou o Montanhês Dancing eram também lugares de boa diversão e bem frequentados. Depois veio a natural decadência e hoje não existem mais. Havia, naquela quadra da vida, as românticas serenatas! Muito em moda no meu tempo o tango argentino, as dolentes modinhas do nosso cancioneiro, o samba-canção, o chorinho, o bolero. Carlos Gardel, Pedro Vargas, Francisco Alves, Noel Rosa, Orlando Silva, Sílvio Caldas, Carmen Miranda e tantos outros grandes intérpretes que embalaram nossa juventude. E nós, seresteiros improvisados, soltávamos nossas vozes apaixonadas ao clarão da lua, nas frias noites de junho e julho da Belo Horizonte de minha saudade.

Gemia em nossos peitos o coração mineiro trazido, principalmente, de Diamantina, Ouro Preto e Montes Claros, que disputa a autoria de canções seresteiras com a cidade onde nasceu Juscelino.

As poéticas serenatas são costumes dessas alegres e românticas cidades. Diamantina, pelo seresteiro-mor que foi o nosso saudoso JK, ainda ostenta o título de cidade-rainha da boa e romântica seresta. O nosso Juscelino, um pouco mais velho do que a Rapaziada de Werneck encantava-se com as noites de luar e ressentia-se de sua falta nas noites escuras de novilúnio. Noites tristes sem seresteiros, sem serenatas. Sem namoradas, sem romance.

E íamos nós, cantores apaixonados, sob as janelas das namoradas, de rua em rua, de casa em casa, derramando nossos amores, nas vozes nem sempre muito afinadas, mas enchendo de romance as noites e os corações das donzelas despertadas no delírio das declarações amorosas de seus cantores noturnos. Nessa época o *fox-trot* e as canções americanas, trazidas pelos grandes musicais de Hollywood, já começavam a lotar os cinemas da cidade. Janet Mac Donald, Nelson Eddy, Martha Egert, Fred Astaire, Ginger Rogers, Bing Crosby, Cid Charise, Ukele Ike – o primeiro que interpretou a canção Cantando na Chuva num musical de 1929, mas só apresentado em BH na década de 30 – transformada depois num clássico da música americana, na magnífica interpretação de Gene Kelly, no belo filme Cantando na Chuva. As músicas cantadas por esses artistas, com versão para o português, tornaram-se, muitas delas, obrigatórias nas noites de luar inspiradoras dos amantes meio boêmios ou mesmo boêmios da cidade.

Nossa condição social e de alunos de uma escola de formação militar, cadetes que éramos, obrigava-nos ao mais rigoroso recato. Tudo era e havia de ser feito na maior moita, como se diz hoje. Bem diferente da rapaziada de Humberto Werneck. As leis, os regulamentos e a vocação para o quartel nos obrigavam a um procedimento condizente com a carreira que pretendíamos abraçar. Havia, naquele tempo, um forte rigor disciplinar e uma exemplar noção do cumprimento do dever por parte dos homens que compunham os quadros da nossa germânica corporação. Exigências éticas e morais, sem descurar da disciplina, eram, como ainda devem ser hoje, a essência da boa formação militar.

Havia as rodas de chope no Bar Alemão, na Rua Rio de Janeiro, quase esquina da Avenida Amazonas, fechado por causa da II Guerra

Mundial. Lá, como nas fugas noturnas, íamos à paisana, para a conversa descontraída, as anedotas, a maionese e as salsichas, e, naturalmente, o chope bem gelado. Não havia a sofisticação dos salgadinhos e dos sanduíches de hoje. O negócio era mesmo mortadela, salame, maionese.

E as noites passadas em claro, em plena rua, só para ouvir o Delê contar centenas de anedotas e morrer de rir, ele mesmo, das anedotas que contava? Essas eram noites nem de amor nem de pecado. Era só aquela coisa de ficar acordado para enamorar-se da lua e ver o sol nascer. E que espetáculo! Belo Horizonte disputa com Brasília a beleza da chegada e da despedida do sol. Em Belo Horizonte ele vem de mansinho, devagar, iluminando o céu e a terra antes de surgir detrás das majestosas montanhas que emolduram a cidade. Em Brasília, não. Ele explode num enorme luzeiro, às escâncaras, logo aos primeiros momentos do alvorecer.

Assim foi meu tempo de moço, que já vai bem longe.

Pois bem, embora todo rigor, toda exigência, toda limitação, tínhamos, como todo jovem, o desejo da aventura e o gosto do risco. Queríamos sentir o sabor da novidade e aquela sensação, muito própria dos moços: ver o perigo de perto. Cumpríamos nosso dever, fazíamos também nossas farrinhas, cantávamos nossas serenatas, íamos à zona boemia, dançávamos, bebíamos, enfim, vivíamos nossa vida. Sem droga, sem violência, sem crime. Bem mais comportados que os "desatinados" de Humberto Werneck: Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino, Paulo Mendes Campos e tantos outros moços das décadas de 30/40, que deixaram seus nomes destacados nas áreas em que atuaram, como a literatura, o jornalismo e outras atividades por onde passaram.

A CHAVE DA GAVETA

*Leida Reis**

Tão logo morri, ele veio e se instalou na casa. Disse aos meus sobrinhos que ficaria até a consumação do fato e acreditaram que se referia à cerimônia de cremação, marcada para a manhã do dia seguinte. Passei outros 14 anos sem sair de casa e, mesmo depois de me libertar da agorafobia, não me esqueci daquela visita.

– O senhor é amigo da minha tia? Nunca o vi por aqui.

– Não, ela não me conhece – limitou-se a dizer, instalando-se confortavelmente na poltrona marrom. Havia trazido um presente para a morta, que era eu.

– Agora, que já não pode aproveitar? – quis saber Manoela.

O desconhecido não respondeu. Deixou o olhar vagar pelo ambiente sem nenhuma cerimônia, enquanto segurava o minúsculo embrulho. Usava botas esverdeadas como não se vê por aqui. Paletó escuro, óculos de aro preto. Um homem de meia-idade que poderia ser leitor de Jean Guitton ou um ex-arauto do Evangelho. Por fim, cansado da mudez interrogativa dos dois jovens à sua frente, entregou o que trazia a Manoela.

Minha sobrinha, supondo que eu não poderia, desembrulhou ela mesma o presente. Era um lápis. Um lápis simples, preto, sem ponta. Um lápis comprado por acaso numa papelaria por rudimentares moedas, dessas que ficam esquecidas na bolsa. Ou entregues como troco. Um simples lápis. Para desenhar a península, teria dito Manoel de Barros, que só mais tarde fui conhecer.

---

* Jornalista e escritora.

Aquele visitante, que não veio como os outros chorar a minha morte, trazia a proposta. A proposta que eu tanto esperava, antes mesmo de saber que meus dias tinham findado. Antes da sentença dos médicos do convênio. A proposta que do meu canto, rodeada de amigos distantes e parentes que eu sequer tivera a chance de conhecer em vida, pude ouvir e prontamente aceitar. Eu não vivera a felicidade fútil e fora relativamente rica em vão. Aquele lápis era o que eu agora procuraria.

Cinco dias depois dos 14 anos que se passaram sem que eu fosse cremada, na Rua das Laranjeiras, em Copacabana, vi *O Arlequim* de Paul Cézanne. Leandro, meu amigo Leandro, apenas tinha dobrado a esquina. Na quase madrugada, ia em busca de seu uísque. Se retardasse um pouco, ele diria que é pura complexidade a vestimenta do arlequim entre vermelho e laranja. E, ainda assim, ainda que a vida do pintor, aos 39 anos de idade, dependesse dele, ainda que a minha dependesse, ainda que os morros da cidade caíssem sobre a sua abóbada, seguiria. Fiquei como um resto naquele apartamento amplo e teria lembrado o crânio na natureza-morta que o pintor escolheu para iniciar sua trilha. Muito mais abrangente. Sobre Cézanne, Joseph Rishel disse: "Ele estava reinventando a forma de se pintar. Ele sabia tudo sobre o espaço ilusionista: ele apenas o ignorou". Como eu gostaria de ignorá-lo agora. Um amigo sem pinturas, um amigo apenas. Mas amigo nunca é apenas.

Sem vivacidade, sem palhetas e cores, deixo Copacabana. Volto para meus desenhos e antevejo Menescal cobrando os quadrinhos que fiquei de concluir há quinze dias, acho. Vinte dias, diz ele. O nanquim está preso na gaveta e é como se eu não tivesse a chave. Não consigo abrir. Não posso. Tenho vontade de gritar que me ajudem, que chamem o chaveiro, que arrombem a gaveta. É quando a empregada percebe o que são para ela movimentos estranhos no escritório e pergunta se preciso de alguma coisa. Sim, eu precisaria. Mas ele encontra amigos e amigas em alguma bodega da cidade e não posso pegar o nanquim ainda que a gaveta não esteja trancada.

Decido aproveitar e peço um rum com gelo. Ela ainda pergunta se não prefiro um suco de uva natural, feita da fruta fervida. Mas não preciso responder, ela sabe o que penso de naturezas vivas.

Passo uma hora, duas horas, três longas horas olhando para a gaveta fechada e o papel sobre a mesa. Poderia trabalhar amanhã ou depois. Ou visitar uma exposição de pintura que seria para mim o início de uma vida nova, a descoberta da tela. Mas amanhece e preciso dormir. Não foi para a imagem que vivi novamente. O corpo cansado da falta de relatividade. Cremes e sucos naturais, ginástica e agora Leandro, um amigo com quem divido a cama. Tudo errado, não voltei à vida para isso. O que busco é o silêncio e a escuridão. É por eles que quero deixar tudo. Fechar os olhos, não como no dia em que morri, ouvindo murmúrios e lamentos. Cerrar as pálpebras.

Ver o escuro como único foco e apagar as imagens. Encontrar o silêncio. O silêncio total. Não só o do bosque, sem sirenes de ambulâncias e carros de polícia, sem barulhos de panelas e meninos jogando bola. O calar das próprias árvores, do próprio lago, a quietude do vento. O silêncio e a escuridão como única realidade, e o cérebro esquecido num corpo inerte e apagado. Ali, sim, eu a encontraria. Ali, sim, eu a teria. Ali, o que busco de fato. Pelo silêncio e pela escuridão eu a teria.

Volto aos meus afazeres disposta a parar. Amanhã começarei a reduzir drasticamente a marcha dos meus acontecimentos. Vou dispensar a empregada para reduzir os ruídos no apartamento. Não mais visitarei Leopoldo e as ruas de Copacabana. Trocarei os sucos e as bebidas alcoólicas pela água. Por enquanto, tomarei água, até que possa dispensá-la também. Vou ligar para uma dessas lojas que vendem usados e pedirei para levar tudo: móveis, eletrodomésticos, especialmente a televisão, o computador, também o telefone. O colchão ficará por algum tempo. Até que me acostume a dormir no chão. Até o dia em que não restará objeto algum no amplo e inefável apartamento, que não seja o lápis. O lápis ganho há 15 anos no dia da minha morte. Com ele, apenas com ele e através do silêncio e da escuridão, eu a encontrarei. Também mudarei meu nome para Coralina. Maria Eduarda vai desaparecer com a fumaça das fábricas. Um dia quis mudar o mundo, agora vai mudar a si mesma. Ficará Coralina, nome que tomo emprestado com a ousadia de quem busca um tesouro. Amanhã começo a me livrar das coisas. E também inicio um processo inédito: prestar atenção na sombra.

RECORDAÇÃO DE JOSÉ SARAMAGO

*Luís Augusto Moreira Salomon**

A minha recordação do escritor José Saramago é um tanto quanto romântica. A primeira vez que ouvi seu nome foi no final da década de oitenta, contava eu pouco mais de dez anos de idade.

Chegava da aula, no horário do almoço e, como de costume, dirigi-me à biblioteca do meu avô, o Presidente Perpétuo da Academia Mineira de Letras, o saudoso Vivaldi Moreira.

Meu avô, como fazia rotineiramente, acabava mais uma de suas sessões matinais de leitura com o auxílio de sua assistente, Marília Moura Guilherme. Ouvi Vivaldi tecer elogios à obra e ao escritor sobre o qual se debruçara naquela manhã: "É mesmo um escritor maravilhoso, de muitos recursos", ele dizia. Ávido por literatura, interessei-me desde logo por saber a quem os elogios eram dirigidos. Foi aí que ele me disse tratar-se de um escritor português que tivera a oportunidade de conhecer numa viagem a Portugal. Como constatasse a presença, na mesa da biblioteca, de mais outros volumes de romances de Saramago publicados pela Editorial Caminho, pude entrever que o interesse de meu avô por aquele escritor era genuíno.

Fiquei com o nome na cabeça e uns anos mais tarde, fã assumido do poeta Fernando Pessoa, procurei o romance *O Ano da morte de*

---

* Advogado.

Ricardo Reis, no qual Saramago, em momento de absoluta felicidade, descrevia os últimos anos do heterônimo do poeta em Lisboa depois da morte do seu próprio criador! Era como se Saramago pedisse licença ao grande poeta para, ainda uma vez, insuflar de vida os pulmões do heterônimo, sem deixar de aproveitar o ensejo para tecer críticas ao salazarismo. Mas no momento, para mim, tal a força da ideia, era como se Saramago encarnasse fielmente o espírito do poeta morto. Acredito, sem sombra de dúvidas, que o próprio Fernando Pessoa teria aprovado a história.

Mais tarde, com a publicação do *Evangelho segundo Jesus Cristo*, romance severamente criticado pela Igreja, meu avô, de criação católica, afastou-se um pouco do escritor. Lembro-me de ter, num instante de cumplicidade literária, entregue a ele um exemplar do romance que acredito não ter lido, mas que guardara em respeito ao autor e sua obra.

Anos depois, já no final da década de noventa, Saramago já consagrado, em vias de obter o reconhecimento maior com a láurea do Nobel, esteve o romancista em Belo Horizonte para proferir palestra e discutir a respeito da globalização e temas pertinentes àquele fim de século.

Sabedor do evento, convidei meu avô para assistirmos àquela aparição ilustre que transcorreria num local próximo à sua casa da Rua Professor Morais. Ele animou-se quase à hora do acontecimento e para lá seguimos.

Ao adentrar o vestíbulo do hotel, senti necessidade de ir ao banheiro e combinei com o avô, parceiro e amigo, que daí a pouco nos encontraríamos no auditório. Como era a primeira vez que lá pisava, não sabia para onde me dirigir e fui subindo umas escadas rumo aos andares superiores. Acabei me perdendo.

Fui obrigado a parar quando dei de frente com uma sala de vidro transparente em que conversavam algumas pessoas. Fiquei paralisado quando percebi o que estava acontecendo. Daí a alguns segundos Saramago passava por mim. Eu me encontrava num estado de êxtase. A única coisa que consegui fazer foi perguntar a um dos acompanhantes do escritor onde ficava o banheiro!

Ao reencontrar meu avô no salão, já inteiramente tomado, ele contou-me haver trocado algumas palavras com Saramago; se não me engano, falaram sobre a região de Minas da qual era proveniente, a Zona da Mata.

Vivaldi foi chamado para compor a mesa e, da plateia, eu observava a sua admiração pelo escritor que nos brindou com instantes sublimes de sua genialidade. Discorreu sobre temas de alta filosofia, que, segundo um de seus últimos escritos em seu blog, estava muito em falta no mundo moderno. Depois, a atriz Cássia Kiss fez a leitura de excertos de sua obra e a palestra acabou.

O crítico americano Harold Bloom sustenta que um autor, para ser tido como canônico, deva possuir certo traço de "estranheza" em sua obra. Ao lermos os livros de Saramago percebemos essa estranheza. Não só na forma – parágrafos longos, frases e diálogos separados por vírgulas – mas, e especialmente, no conteúdo. Saramago falava com estranheza "sobre a estranheza do mundo", sobre as angústias do final do século e do milênio, sobre a necessidade de se crer num Deus possível e a desnecessidade de ter de se destruir para alcançar a reconstrução, coisa que os homens fazem incansavelmente desde o surgimento da civilização.

A vida é feita de momentos, e a passagem de José Saramago por Belo Horizonte sem dúvida alguma fará sempre parte da minha. Relembro desta passagem hoje, dia 18 de junho, em que o grande escritor e embaixador da tão menoscabada língua portuguesa nos deixou.

Acredito que ele, meu avô e o também recentemente falecido Presidente da Academia, Murilo Badaró, estejam neste instante juntos de alguma forma, conversando sobre literatura e sobre os temas mais caros ao espírito.

A MONTANHA ENCURRALADA

Elizabeth Rennó*

Sempre foste para mim conforto e pena
Hoje só resta em ti o meu lamento
No derruir que só teu corpo encena
Em vascas dores de feroz tormento.

Arrancaram-te seiva, cor e sangue.
o uberoso ventre se fez atro
Sem a riqueza férrea feita exangue
No devastar deste cruel teatro.

Chega a soluço a voz da passarada
No réquiem de tua voz adormecida
Coro sonoro proteção _amada__

Em que descia ar de pura fonte
Dos pétreos braços dé encosta florida
Ao verde de teu belo horizonte.

* Mestre em Literatura Brasileira. Ocupa a cadeira nº 21 da Academia Mineira de Letras.

A NAMORADA ANTIGA

*Gérson Cunha**

Para tanto, sou velho, e na vertente,
Já distante daquela mocidade;
Mas um sopro de vida, que me invade,
Faz-me então revivê-la docemente.

Pelo túnel do tempo, e recorrente,
Sem temer a implacável realidade,
Procuro, numa rua da cidade,
Aquele vulto ainda tão presente,

Vejo a casa, o portão, a cerca viva,
Mas a jovem namorada, bem se via,
Era apenas a imagem vocativa!

Não a encontrei, ali, como queria:
No entanto, qual bem era, rediviva,
Esteve sempre em minha companhia...

---

* Escritor, com livros publicados nas áreas de romance, memórias, ensaio, crônica, crítica e poesia.

BRASÍLIA,
A CIDADE DESEJADA*

*Agripa Vasconcellos***

Na savana branca,
No chão vermelho do altiplano,
somente havia
a presença do bugre soberano.

Na terra chã, moitas que vicejavam
com o rebentar da primavera,
há muitos anos apagavam
as pegadas pioneiras do Ahangüera

Nesse altiplano hostil, nos seus próprios matizes,
só se ouviam nos dias sonolentos,
o urro dos canguçus, o pio das perdizes
e, à noite, o bufo e os repelões dos ventos.

---

* Poema publicado no Minas Gerais em 21 de abril de 1960 quando da inauguração de Brasília.

** Médico, acadêmico, ocupou a cadeira nº 3 da Academia Mineira de Letras de 1921 a 1969. Publicou seis romances, formando a Coleção Saga do País das Gerais e as obras: *Silêncio, Nós e o Caminho do Destino, Suor e Sangue, A morte do escoteiro Caio, Sementeira nas Pedras, Fome em Canaã* e *Corpo fechado*.

Desde que o mundo é mundo, este plaino deserto
dentro da vida,
foi geral do sertão, Eden não descoberto,
terra esquecida.

Começaram porem a chegar no planalto,
num doido entrechocar de tremendo bulícios,
como a um sopro de Deus quando mundo era escuro,
pedras, cimento, cal, mecânicos, asfalto;
começaram crescendo os edifícios,
num surto ascensional para o Futuro

Trilhas de bichos maus fizeram-se avenidas,
no acelerado de um labor febril
Haverá na empresa almas ensandecidas,
almas suicidas?
Certo, que não, isto é o Brasil!

Ainda morna das mãos dos engenheiros, quente
do suor candango a fluir das mãos calosas,
de aço e de rochas sobre a mole imensa,
na planície ensolarada
esplende à luz a Urbe das Crenças,
erguem-se as torres vitoriosas
de Brasília, a Cidade Desejada.

Mas para isso alcançar foi preciso que um homem
forjando em ferro os sonhos do passado,
num ímpeto aquilino
se erguesse como um deus no seu grande destino
e mostrasse o que pode um moço iluminado:
Juscelino!

Para o futuro cresce e avança,
com a minha obscura loa,
sorri para a concórdia e paz longe da guerra,
cidade da Esperança,
Metrópole geométrica da Terra,
Que o Cruzeiro do Sul do alto abençoa!

Que o Brasileiro te ame em seus repentes
e ajuda-te nos séculos seguintes
em tua nobre ascensão, firme escalada,
urbe do plano dos Constituintes,
sonho frustrado dos Inconfidentes,
que és, Brasília, a Cidade Desejada...

NORMAS PARA OS COLABORADORES

1 – A *Revista da Academia Mineira de Letras* recebe colaborações, reservando-se a análise quanto à conveniência da publicação, sem data determinada.

2 – As colaborações serão enviadas ao Conselho Editorial, por correio eletrônico – atendimento@academiamineiradeletras.org.br, ou em cd para o endereço: Academia Mineira de Letras — Rua da Bahia, 1466 (Lourdes) – 30160-011 Belo Horizonte MG. Telefax: (31) 3222-5764.

3 – Os artigos deverão vir digitados na fonte *Times New Roman*, corpo 12, em folha A4.

4 – Notas de rodapé deverão constar no final do artigo, numeradas de acordo com a referência no texto.

5 – As referências bibliográficas trarão todas as informações, observando-se os critérios abaixo; títulos e nomes não são abreviados.

VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Obra Poética I*. Belo Horizonte: Editora B, 2006. 444 p.

BOSCHI, Caio; MORENO, Carmen; FIGUEIREDO, Luciano. *Inventário da Coleção Casa dos Contos.* Belo Horizonte: Editora PUC, 2006. 560 p.

IGLESIAS, Francisco. "Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930)". In *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1982.

(Observar esta ordem: sobrenome do autor em letras maiúsculas; título em itálico; tratando-se de capítulo ou parte de obra, entre aspas, ficando em itálico o título geral; cidade (dois pontos), editora, data, número de páginas (se indicado).

6 – Dados pessoais:

a. nome completo; pseudônimo, se houver;

b. endereço completo (logradouro, número, bairro, CEP, cidade, estado, telefone);

c. títulos universitários, quando houver: graduação, área, faculdade, local, tese;

d. atividade atual, natureza e local;

e. obras ou trabalhos publicados: título, cidade, editora ou órgão, data.

O autor de artigo receberá três exemplares do número da *Revista* em que for publicado.

Outras informações poderão ser solicitadas pelo telefone (31) 3222-5764.